

---

# NAÇÃO E DEFESA

---



*ANO IX — N.º 32 — OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1984*  
*(Publicação Trimestral)*

---

**INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL**

***DIRECTOR***

Vice-Almirante ADRIANO COUTINHO LANHOSO  
Director do Instituto da Defesa Nacional

***Comissão de Redacção:***

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,  
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes, Tenente-  
-coronel Oliveiros Martins (Secretário).

***Propriedade, Redacção e Administração:***

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 – 1350 LISBOA

REEDIÇÃO LIMITADA DE 1995

ISSN 0870-757X

DEPÓSITO LEGAL N.º 54801/92

EDITORIAL ... ..	5
DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN, VICE-ALMIRANTE ADRIANO COUTINHO LANHOSO, NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1985, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984 ... ..	9
PALAVRAS DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1985, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984, PELO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA NACIONAL PROF. DOUTOR MOTA PINTO ... ..	17
PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ... ..	23
<i>Adriano Moreira</i>	
A OPÇÃO EUROPEIA DO PORTUGAL ATLÂNTICO ... ..	39
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS DO PLANO DE MODERNIZAÇÃO DA SIDERURGIA ... ..	55
<i>C. A. Raposeiro</i>	
INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL E DEFESA — O CASO PORTUGUÊS ... ..	89
<i>Fernando Roldão Dias Agudo</i>	
A INTERPRETAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO E O SENTIDO FUNCIONAL DE SEGURANÇA ... ..	127
<i>João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldès</i>	
A DEFESA NO MUNDO ... ..	163



---

**EDITORIAL**

---



---

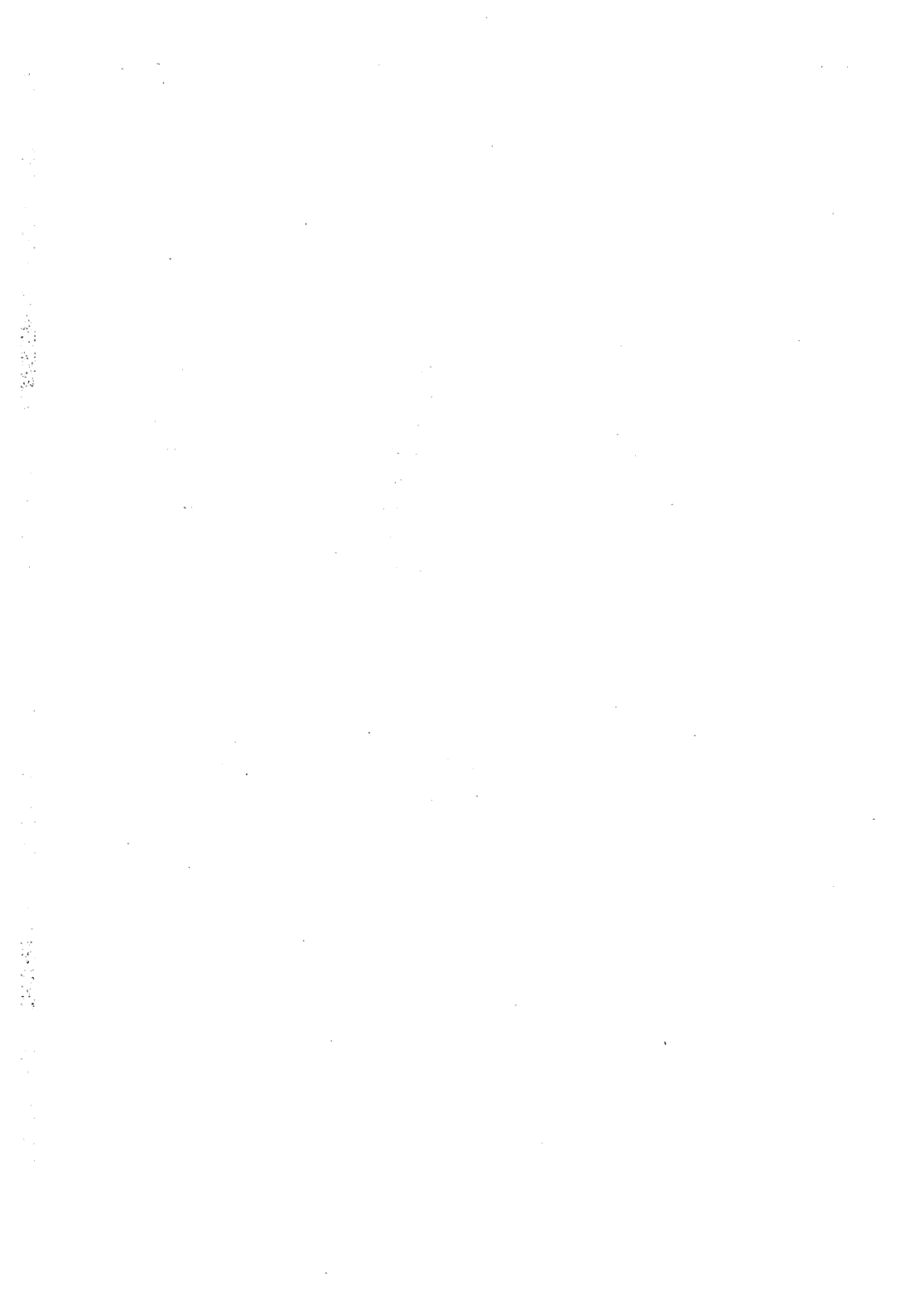
## EDITORIAL

---

*No Curso de Defesa Nacional de 1984 (CDN/84), e pela primeira vez, foi instituída a título experimental, só para aqueles auditores que a desejassem concretizar, a elaboração de um trabalho monográfico individual, tendo por tema um assunto incluído na vasta problemática do conceito integrado de defesa nacional.*

*Consciente de que o exigente curriculum básico do curso, só por si, já exigiria dos auditores interessados uma dedicação e um empenhamento difíceis de compatibilizar com as solicitações do desempenho cumulativo das suas actividades profissionais, a direcção do IDN tinha, desde logo, a consciência plena de que a poucos seria possível levar a bom termo eventuais propósitos generosos manifestados à partida. Assim muitos foram os que tentaram, menos os que acabaram...*

*Estamos, porém, satisfeitos com os resultados. Publicamos neste número da «Nação e Defesa» o trabalho elaborado pelo auditor do CDN/84, Prof. Doutor Fernando Dias Agudo. Temos fé que será o precursor duma prática que se generalizará no futuro. A direcção do IDN não deixará obviamente de, por forma consciente das realidades, empenhar os seus melhores esforços para que assim venha a acontecer.*

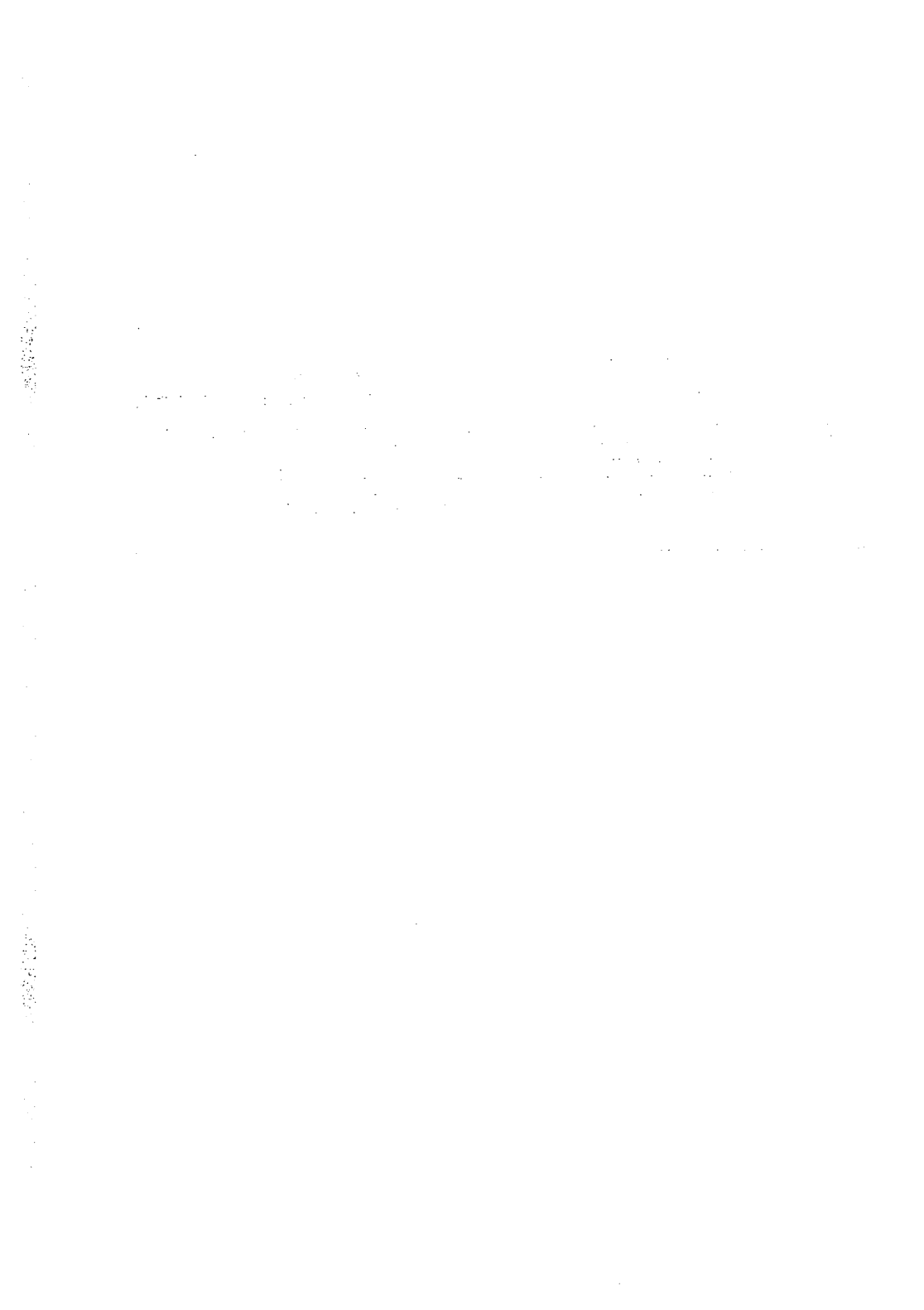




---

DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN  
VICE-ALMIRANTE ADRIANO COUTINHO LANHOSO  
NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL DE 1985  
EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984

---



---

DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN  
VICE-ALMIRANTE ADRIANO COUTINHO LANHOSO  
NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL DE 1985  
EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984

---

A todos agradeço a vossa honrosa presença, que interpreto como estímulo para fazermos mais e melhor, mas, ao mesmo tempo (e perdoe-se-me a imodéstia), como prova de que o que neste Instituto conseguimos levar a bom termo, nós como os nossos antecessores, merece de Vossas Excelências uma atitude de fundadas esperanças no futuro. Tal facto acarreta-nos acrescidas responsabilidades, que gostosamente assumimos, com a consciência plena das dificuldades a vencer mas também com a vontade de o conseguir.

De facto, os meios de que agora dispomos — refiro-me ao pessoal e às instalações administrativas — são escassos para o cumprimento consciente e cabal da missão que a legislação vigente nos atribui, mas temos fé que a compreensão que temos vindo a encontrar, e que é de justiça salientar, nos permitirá resolver o problema a prazo relativamente curto.

Uma palavra especial de boas-vindas é devida aos senhores auditores do Curso de Defesa Nacional de 1985. A todos, os melhores votos de felicidades nos trabalhos que se vão iniciar. Prometo-vos, senhores auditores, muito trabalho esforçado, e conto com a vossa dedicação, com a consciência de que será em grande parte de vós, do sucesso do vosso esforço e da vossa interessada participação, que dependerá a qualidade do produto final que conseguiremos, para vosso benefício pessoal como para benefício do Portugal que todos amamos e que desejamos melhor servir.

Minhas senhoras e meus senhores:

1. Com o acto solene de hoje iniciam-se os trabalhos do IDN, relativos ao ano de 1984/85.

Abrirá as nossas actividades o assessor deste Instituto, senhor doutor João Salgueiro, que proferirá uma lição subordinada ao tema «A Defesa da Economia Nacional».

2. Antes, porém, de, em nome de sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, dar a palavra ao ilustre conferencista, permitam-me Vossas Excelências que me refira rapidamente ao enquadramento con-

ceptual que envolverá as actividades superiormente aprovadas para 1984/85, e que faça uma referência breve à respectiva listagem.

3. O plano de actividades a processar inclui-se, naturalmente, no âmbito da missão do IDN e, conseqüentemente, destinar-se-á a contribuir para:

- a. A definição de uma doutrina de defesa nacional;
- b. O esclarecimento recíproco e a valorização de quadros, das Forças Armadas e dos sectores civis, público e privado, através do estudo em conjunto de grandes problemas nacionais e da conjuntura internacional, com interesse para a defesa nacional;
- c. A sensibilização de camadas expressivas da população para os problemas da defesa nacional;
- d. A valorização de quadros dos três ramos das Forças Armadas, como complemento dos cursos e estágios técnicos frequentados nos institutos superiores de ensino dos respectivos ramos, através do estudo em conjunto de matérias de interesse comum, em ligação íntima com aqueles institutos e sob a sua responsabilidade nos aspectos doutrinários.

4. Dentro deste quadro será obviamente a problemática da defesa nacional, nas suas componentes militar e não militar, como responsabilidade comum de todos os cidadãos, e com o carácter permanente, o âmbito interministerial e a natureza global que a Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, confere à respectiva política, que enformará todas as nossas actividades.

5. No tratamento dos temas que incluiremos no nosso programa de actividades salientaremos, obviamente, que nem «tudo» é defesa nacional e que o jogo coordenado dos factores de potencial estratégico do País não visa exclusivamente a segurança nacional, que daquela decorre directamente.

Temos, de facto, plena consciência de que há que frisar bem que a política de defesa nacional não é a política nacional, e que é a última que deve englobar a primeira, mas estamos convictos de que, por outro lado, há que deixar bem claro que, sendo a defesa nacional uma função determinante do Estado no prosseguimento da sua política de segurança, a estratégia de defesa nacional, decorrente da respectiva política, se tem de entender como a ciência e a arte da administração integrada das potencialidades e das vulnerabilidades do país, umas e outras concluídas criteriosamente do estudo dinâmico e conjugado dos recursos morais e materiais da Nação, face à

situação e à evolução previsível dos cenários nacional e internacional, e às ameaças decorrentes em cada momento.

6. É assim, no quadro conceptual referido — que decorre da missão atribuída ao IDN e da Lei n.º 29/82 já atrás mencionada — que integramos as actividades programadas para o ano que hoje se inicia e que são:

- a. O Curso de Defesa Nacional (CDN/85), com a duração de 32 semanas, que será frequentado por 28 auditores (19 civis e 9 militares), quadros superiores das Forças Armadas e do sector civil público e privado. Começa hoje e terminará em 28 de Junho de 1985.
- b. O Estágio Interforças (EIF/85), com a duração de 4 semanas, a realizar em Julho de 1985, que será frequentado por cerca de 40 oficiais dos três ramos das Forças Armadas, com os postos de capitão-de-mar-e-guerra ou coronel, no final dos cursos superiores ministrados nos institutos respectivos.
- c. O Estágio de Estados-Maiores Conjuntos (EEMC/85), com a duração de 4 semanas, a realizar também em Julho de 1985, que será frequentado por cerca de 16 a 20 oficiais dos três ramos das Forças Armadas, com os postos de capitão-de-fragata/tenente-coronel ou major/capitão-tenente, em princípio qualificados com os cursos de Estado-Maior dos institutos respectivos.
- d. O Estágio Intensivo de Defesa Nacional (EIDN/85), com a duração de duas semanas, a realizar no Porto, possivelmente em Junho de 1985, que será frequentado por auditores a designar superiormente, após ligação com a comissão de coordenação da Região Norte.
- e. Dois seminários abordando temas de interesse relevante, a definir oportunamente. Como exemplo das preocupações que neles se incluirão, lembrarei que os dois realizados no ano académico anterior, e que há pouco concretizámos, tiveram por temas «Transportes Exteriores e Liberdade de Acção de Portugal» e «A Cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa». Em qualquer deles participou cerca de uma centena de personalidades do maior relevo na vida portuguesa, ligada às actividades em causa.
- f. Cerca de 19 conferências (11 delas integradas no programa do CDN/85), visando aspectos importantes ligados à definição e à análise de cenários globais ou regionais de âmbito internacional, proferidas por personalidades estrangeiras de reconhecido mérito,

umas convidadas directamente pelo instituto e outras postas à nossa disposição por amável deferência do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das embaixadas da Suécia, da França e da Espanha, aos quais renovo os nossos agradecimentos.

Além destas conferências, Suas Excelências os Embaixadores da URSS, dos EUA, da RPC e do Brasil farão exposições sobre aspectos da política externa dos respectivos países, também integrados no programa do CDN/85. A Suas Excelências, mais uma vez, o nosso muito obrigado.

- g. Algumas conferências, a concretizar por assessores do IDN fora da cidade de Lisboa, umas delas em locais a determinar oportunamente e outras, desde já planeadas, em princípio, para Porto de Mós (em ligação com as comemorações do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota), Abrantes e Ponta Delgada.
- h. Visitas de estudo a departamentos civis, a empresas públicas e privadas, como a estados-maiores, comandos e unidades das Forças Armadas e das Forças de Segurança, integradas nas actividades do CDN/85, do EIF/85 e do EEMC/85.
- i. Viagens de estudo à região centro do continente, e às regiões autónomas dos Açores e da Madeira e ao estrangeiro (esta ainda a definir), integradas no programa do CDN/85.
- j. Edição trimestral da revista «Nação e Defesa», publicação cujo elevado prestígio, aliás em franco crescendo, me dispensarei de referir, pois creio-o do perfeito conhecimento de todas Vossas Excelências.

7. Antes de terminar, permitam-me Vossas Excelências que vos saliente, muito honestamente, que o programa de actividades do IDN só é possível, embora à primeira vista alguns possam julgá-lo pouco dilatado face às responsabilidades que a missão estabelecida lhe confere, mercê de uma devotada e inexcedível dedicação do reduzido pessoal militar e civil dos seus quadros.

Os meios de que dispomos mais não permitem fazer, se quisermos manter um alto nível de qualidade que, aliás, julgamos imprescindível para o sucesso no cumprimento da nossa difícil missão.

Mas, o que fazemos, com a qualidade de que nos orgulhamos, só é possível também porque, para a concretização do nosso trabalho de planea-

mento detalhado e de coordenação, nos dão a sua prestimosa colaboração numerosas ilustres personalidades da inteligência nacional que, generosamente, têm posto à nossa disposição o seu muito saber, particularmente durante os trabalhos dos cursos de defesa nacional (no que hoje começa recorreremos à boa vontade de cerca de 140 personalidades portuguesas que convidámos) e dos seminários, sem esquecer as exposições incluídas nas viagens e visitas de estudo.

É do merecido prestígio e da tão generosa disponibilidade dos ilustres conferencistas e colaboradores, que nos dão o indispensável apoio dos seus conhecimentos, que resulta a reconhecida valia das actividades que levamos a cabo.

É-lhes, pois, devida uma muito justa homenagem de gratidão, que expresso na pessoa daqueles que, nesta hora solene, nos quiseram honrar com a sua presença.

8. Termino aqui as minhas palavras e, com permissão de Sua Exce-  
lência o Presidente da Assembleia da República, peço ao Exm.º Senhor  
Doutor João Salgueiro que inicie a sua lição.

IDN, 19 de Novembro de 1984.

*Adriano Coutinho Lanhoso*

Vice-Almirante





---

PALAVRAS DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO SOLENE  
DE ABERTURA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL  
DE 1985, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984, PELO VICE-  
-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA  
NACIONAL PROF. DOUTOR MOTA PINTO

---



---

PALAVRAS DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO SOLENE  
DE ABERTURA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL  
DE 1985, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984, PELO VICE-  
-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA  
NACIONAL PROF. DOUTOR MOTA PINTO

---

A experiência da história contemporânea mostra indiscutivelmente às nações, como a portuguesa, que perfilham um modelo de sociedade de tipo democrático, as vulnerabilidades e os perigos que advêm da manutenção e desenvolvimento de preconceitos obsoletos, ambiguidades simplistas ou paralisantes, equívocos, ilusões e confusões — às vezes deliberadamente provocadas — a respeito da candente problemática da segurança e defesa nacional. Tal estado de coisas só favorece poderes e interesses estranhos e aumenta a perturbação mundial.

Será, a propósito, de ponderar quais são — na óptica de coerência com a adesão autêntica aos princípios da liberdade, da democracia e do apego às coisas nacionais — as reais razões de ser e os objectivos verdadeiros, envolvidos na problemática da defesa nacional portuguesa. Tais razões e objectivos residem na sustentação de uma paz digna, na preservação dos melhores valores e produtos da civilização humana, na garantia da independência e da integridade de Portugal e da liberdade e segurança dos Portugueses.

Daí a imperiosa necessidade, como nunca, de informar e formar, correcta e adequadamente, as camadas com mais directa responsabilidade nos problemas da segurança e defesa nacionais, os segmentos da sociedade com maior responsabilidade cultural e técnica e, sobretudo, a população em geral. É que, para além do mais, elites tecnicizadas e especializadas cometem, não raramente, erros irreparáveis em que não incorre o bom senso popular mais profundo e esclarecido.

Só desse modo, com informação e formação, se podem revigorar os valores colectivos e esclarecer e radicar, cultural e racionalmente, as razões de ser da defesa nacional e do que lhe está correlacionado, interna e externamente. Não é de facto suficiente, sendo embora necessário, contar

apenas com a transmissão dos sentimentos colectivos tradicionais, nem com o apelo ao patriotismo, de que aliás os Portugueses têm dado provas.

Sem que isto signifique abandonarmo-nos ao «charme» discreto da analítica puramente tecnicista que, ignorando o homem de sempre e o humanismo, incorre no vício das perspectivas exclusivamente técnicas, do mero diagnóstico, na tentação contemplativa dos modelos macro-económicos e macro-sociais, ignorando o pulsar da vida, a vontade e um certo voluntarismo sem os quais não há acção nem nação.

Exige-se, portanto, hoje também o conhecimento, claro e racional, das realidades que lhe dizem respeito, só assim se podendo sistematizar e pôr em evidência os fundamentos intelectuais, materiais e morais indispensáveis à consideração, com objectividade e eficácia, da problemática global de defesa da Pátria portuguesa.

Não obstante os progressos que, nos últimos tempos, têm sido feitos entre nós para inculcar, em maiores camadas da população, desmistificada e racionalmente, as realidades e os conhecimentos sobre a problemática da segurança e defesa — no que o Instituto da Defesa Nacional tem tido um papel pioneiro e de reconhecido mérito —, é de considerar que se verificam ainda importantes lacunas na consecução daqueles desideratos.

Entre essas lacunas apontam-se, como apelo e estímulo à sua superação:

— A intervenção activa do nosso sistema educacional, em particular no que concerne às universidades, no estudo, na investigação e numa sã pedagogia acerca dos conceitos gerais e das questões específicas da segurança e defesa.

Isso, consoante o nível cultural das respectivas estruturas e das populações a que se dirigem.

— A intervenção valiosa e devidamente fundamentada dos meios de comunicação social, votando-se sobretudo ao esclarecimento, isento e sistemático, das várias questões da segurança e defesa nacional. Deve proporcionar-se, inclusivamente, confronto sério e intelectualmente bem apoiado entre pontos de vista diferenciados sobre tais matérias e sempre com a consciência do seu melindre e da manifesta actuação permanente que poderes e interesses, adversários dos objectivos nacionais portugueses, têm numa contra-informação confusa e sofismada.

— A persistente procura de enriquecer a cultura nacional com o corpo de conhecimentos específico e pluridisciplinar que diga respeito à segurança e defesa nacional, cuja complexidade e importância na vida do nosso país e da humanidade em geral é insofismável. De referir a notória falha na cultura nacional e a displicência que tem sido tradicional nas camadas civis, intelectualmente mais responsáveis, acerca da referida problemática, a qual comporta, patentemente, aspectos de maior interesse e relevância no âmbito da sociologia, da ciência política, da sociopsicologia, da economia, do direito, das relações internacionais, das ciências de organização e gestão, das mais variadas e sofisticadas tecnologias, das ciências da informação e das relações públicas e de outras bastante específicas, como sejam as da estratégia, da geopolítica e da geoestratégia.

Todas estas áreas de actuação, onde se exige aprofundamento, rigor e estudo sério, têm de ser enquadradas, com respeito pelo pluralismo democrático legítimo, na adesão à ideia do primado do interesse nacional e do valor da nação portuguesa como fundamento e fim de toda a ideia de defesa nacional.

A afirmação da nação portuguesa e da coesão nacional como alicerces da ideia da política de defesa não exclui — antes exige no nosso tempo — uma correcta política de alianças.

O primado do interesse nacional está, porém, sempre presente e, desde logo, no aproveitamento máximo para objectivos nacionais globais dos esforços e benefícios prestados e recebidos no quadro da NATO.

Merece igualmente ponderação o verdadeiro alcance e a natureza das ameaças e agressões externas que devem ser consideradas no tratamento da defesa que nos respeita, contando com as suas correlações a níveis intra e inter-nacionais. Põe-se com acuidade a questão de tais ameaças e agressões não terem como referencial as fronteiras físicas — hoje extraordinariamente permeáveis — mas, efectivamente, as origens em que se apoiem e sejam mentoras das acções que, com mais probabilidade, se façam sentir dentro do espaço nacional.

De ponderar é, também, o alcance, a objectividade e a eficácia que são indispensáveis e estão implícitas na afirmação constante da nossa lei básica de defesa nacional quanto à natureza global e permanente da respectiva política. O que não pode constituir uma simples afirmação de inten-

ções, mas deve responder às realidades e aos conhecimentos bem informados sobre a dita problemática. Tal implica — repete-se — a mais intensa e aperfeiçoada informação e formação dos respectivos decisores, quadros e população em geral, de acordo com a idiosincrasia nacional em matéria de valores a defender.

Um dado estratégico fundamental é o esforço dos adversários da nação portuguesa e das alianças em que se integra livremente para diminuir as nossas resistências psicológicas e culturais. Existem fenómenos espontâneos de degradação social, é certo, mas não há dúvidas sobre um esforço feito para incentivar esses fenómenos. A iniciativa de uma confrontação militar poderá ser substituída, até com menos custos para os seus promotores, por uma luta de desgaste e amolecimento no nosso campo.

A defesa não pode ser encarada exclusivamente do ponto de vista de equipamento ou de efectivos militares. A defesa tem de ser vista, antes de mais, do ponto de vista da consciência da população. E a formação da consciência da população é feita através da educação, da informação, da cultura, da política da juventude e, em geral, em todos os planos de vida colectiva. Se se ignorasse este problema poderia chegar um dia em que o adversário não precisaria de disparar um tiro para ganhar a guerra.

A aptidão para a nação se defender depende dos seus recursos, da sua eficácia, da estabilidade das suas instituições e da sua capacidade de resolver os seus problemas com ousadia e inventiva.

Estes são pontos de reflexão e de directiva que achei oportuno rememorar, no local certo, que é este Instituto.

IDN, 19 de Novembro de 1984.

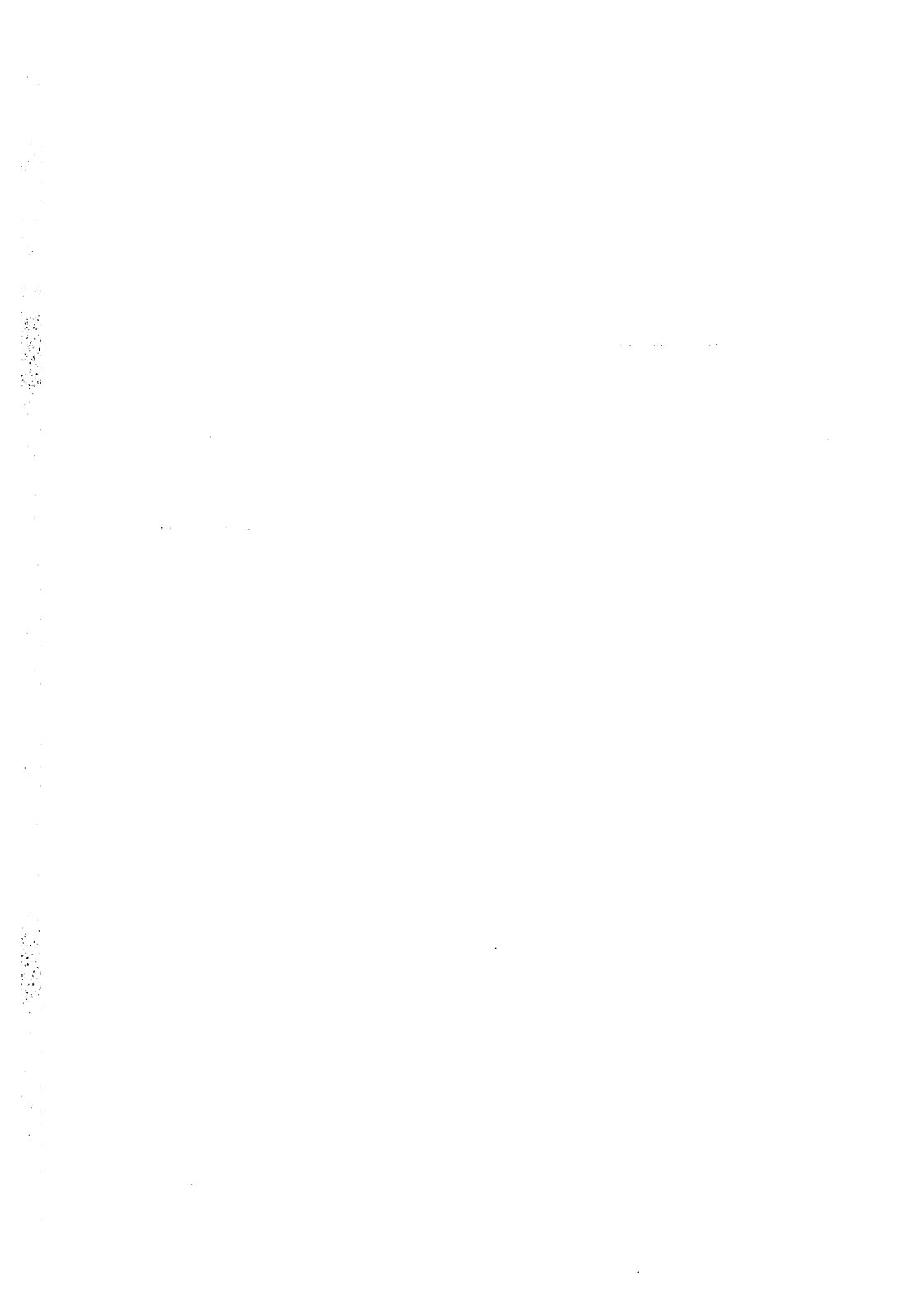
*Mota Pinto*  
Vice-Primeiro-Ministro

---

PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

*Adriano Moreira*





---

## PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

### 1 — PORTUGAL COMO AGENTE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Vamos admitir provisoriamente que temos um conceito operacional definido de relações internacionais, e uma enumeração pacífica dos seus objectivos que seriam, de resto em acordo com a Carta da ONU, a *manutenção da paz e segurança internacionais, e a cooperação e desenvolvimento económico*, como recentemente propuseram Patrick Juillard e Jean-Pierre Queneudec (1). Não discutiremos agora o conteúdo conjuntural de tais objectivos, aceitando que existe um núcleo central, de apreensão intuitiva, sobre o qual o consenso é generalizado.

A primeira questão emergente é a de saber como se define o subsistema português em relação com o sistema mundial, directamente ou por conexão com sistemas intermédios, o que implica averiguar o perfil do sistema mundial, se acaso existe, e dos sistemas intermédios, se poderem ser identificados. Tudo porém revela que a aproximação dos vários problemas tem como exigência prévia uma definição do agente das relações internacionais, que se chama Portugal, cujo conceito estratégico nacional deve condicionar as atitudes básicas das quais decorre a acção chamada soberana dentro do quadro geral dos *desafios-respostas* que possam ser identificados, segundo o conceito metodológico de Toynbee (2).

#### a) *A Revolução da definição portuguesa*

Neste ponto, a mais simples observação mostra que as dificuldades, até simplesmente metodológicas, são importantes, porque o País está envol-

---

(1) *Relations Internationales* (pol.) Paris, 1983-1984, Les Cours de Droit.

(2) *The Patter of the Past*, Boston, 1949.

vido num processo revolucionário (1984) da sua definição como agente das relações internacionais. Deve ficar claro que neste momento não temos em vista a revolução interna que começou em 25 de Abril de 1974, mas apenas os seus efeitos revolucionários na definição da personalidade política internacional do Estado. Trata-se certamente de um processo unitário, mas é inteiramente legítimo, para fins de análise, proceder a esta separação operacional entre os efeitos internos da revolução, a que teremos de fazer posteriormente referência, e as consequências na definição política internacional do Estado.

Quanto a esta, e como já temos referido em ocasiões diferentes, não sendo certamente a primeira das revoluções na vida do País, foi a mais funda, mais acelerada, e mais irreversível da história portuguesa, especialmente naquilo que respeita à definição multicontinental do Estado. Nada nela se compara com as decisões eventualmente tomadas de abandonar posições ou ceder territórios, de retirar de áreas de competição entre potências ocidentais, como em África, ou de aceitar a independência de uma parte do Império, como foi o caso do Brasil no século XIX. Tratou-se agora de definitivamente renunciar ao conceito estratégico nacional, simbolizado durante séculos no pensamento e acção do Infante D. Henrique, e que teve a sua última expressão escrita no Título VII da Constituição de 1933.

Julgamos que a data exacta do começo desta revolução não está em 25 de Abril de 1974, está sim na chamada Revisão Constitucional de 1972, que revogou quase clandestinamente aquele Título VII, sem anunciar, explicar e fazer aceitar, sobretudo pelas forças armadas, qualquer outro conceito estratégico nacional alternativo, deixando assim o País a combater sem objectivos conhecidos. Não é fácil admitir que uma linha de batalha possa ser mantida em tais circunstâncias, salvo nas guerras de mercenários que na Europa começaram a passar de moda, pelo menos, a partir de Henrique IV de França, no século XIV. Existem dúvidas sobre a qualificação jurídico-política da retirada geral dos territórios ultramarinos, nas condições conhecidas, mas parece admissível, como parte da verdade, entender que houve uma relação entre o desaparecimento do conceito estratégico nacional e a paralisação da acção armada.

A revogação do conceito estratégico nacional, com as respectivas sequências, significou a perda de uma função nacional dentro do contexto internacional, com o qual entrara num conflito final, ou, se quisermos, em

disfunção. A estrutura do Poder mundial tinha sido alterada pelos resultados da última guerra, a superestrutura jurídica de raiz ocidental entrara em profunda revisão, o teatro eventual de operações tinha definitivamente assumido dimensão planetária, a hierarquia efectiva das potências era diferente, emergiam novos Estados directores (EUA-URSS) entre os quais não se encontrava nenhuma das velhas potências europeias.

A disfunção é assim uma característica do sistema português em face do sistema mundial do Poder, desde a paz de 1945, evidente desde 1958 na Assembleia Geral da ONU, demonstrada a partir de 1961 com as primeiras manifestações inequívocas da revolta interna com apoio externo.

A situação pode talvez caracterizar-se deste modo: *função histórica secular; avaliação interna da sua legitimidade por aplicação dos critérios normativos do Euromundo; um poder político sem elementos componentes económicos, financeiros e técnico-científicos que pudessem levar à construção de um modelo neocolonial do tipo adoptado pelas grandes democracias ocidentais para os seus antigos impérios coloniais; rigidez do sistema político interno, o qual, com fugaz abertura reformista entre 1961 e 1963, oscilou entre a resistência total ou a debandada, atitude documentada no discurso flutuante do último Governo da Constituição de 1933; colaboração incerta das antigas potências ocidentais, que umas vezes condenavam publicamente a resistência mas prestavam uma ajuda discreta (EUA), outras faziam coincidir os procedimentos (França), em certos casos seguiam para si próprios a política contrária da que aconselhavam (Inglaterra), e finalmente desinteressaram-se por terem limitado as suas preocupações de primeira grandeza à construção do reduto coberto pela Aliança do Tratado do Atlântico Norte, em cujo flanco Sul só descobriram a real possibilidade de uma ameaça depois de 1974.*

No espaço de uma geração, e dentro deste quadro, Portugal teve, na década de quarenta, fronteiras físicas multicontinentais, mas apenas com soberanias ocidentais (França, Comunidade Britânica, Bélgica, Holanda, Espanha) e uma soberania oriental, que não pesava no equilíbrio mundial, a China; a partir do movimento descolonizador, e com primeira aguda expressão na perda de Goa em 1961, fica em contacto com uma dúzia de soberanias, das quais apenas a Espanha era ocidental; desde 1974, encontra-se limitado por uma só fronteira ocidental, que é a Espanha, e pelo mar, e com a função histórica internacional extinta. São 92 000 quilómetros quadrados, acrescentando os arquipélagos do Atlântico, abrangendo uma explosão demo-

gráfica em que avulta o regresso das comunidades europeias que viviam em territórios ultramarinos, e começam a ter importância os emigrantes regressados dos mercados de trabalho europeu em recessão. Isto é uma revolução de definição do agente internacional chamado Portugal.

b) *Os discursos para nova conjuntura*

Nesta situação, tem particular importância a *relação entre o ambiente e o discurso político*, uma perspectiva evidenciada por Aron, e hoje generalizada como tema constante da análise política.

I — *O discurso condenatório*

O primeiro facto importante observável é o de que se produziu uma divisão como que geracional, na sociedade portuguesa, não apenas em decorrência do fenómeno da perda da função internacional, mas também dos esquemas de tomada do Poder pela revolução interna. Interessando apenas neste momento o primeiro aspecto, uma parte da população considerou que a decisão revolucionária ou não tinha fundamento, ou não tinha plano, e que em qualquer dos casos foi um irremediável desastre nacional. Esta posição está documentada principalmente nos escritos publicados pelos generais Silvino Silvério Marques e Kaulza de Arriaga, que sobretudo se referem à situação militar interna da época, e foi publicamente corroborada no programa da televisão espanhola chamado *La Clave*, de 13 de Abril de 1984, pelo almirante Rosa Coutinho que apenas identificava a possibilidade de um desastre militar, nessa data, na Guiné portuguesa; do ponto de vista político foi assumida pelos dois últimos concorrentes à sucessão do Presidente do Conselho Doutor Oliveira Salazar, o Professor Marcelo Caetano em *Depoimento e As Minhas Memórias de Salazar*, e o embaixador Franco Nogueira em *Salazar*, uma biografia ainda não terminada. O primeiro pretende sobretudo demonstrar que os seus intuitos reformistas foram frustrados simultaneamente pela reacção e pela traição, de que pessoalmente se considera vítima, e o segundo procura demonstrar que a política do anterior Presidente do Conselho só tinha como alternativa o desastre, e que este podia ser evitado aguentando até à constituição de uma conjuntura internacional favorável, talvez a guerra, que não seria razoavelmente de excluir. O pessimismo quanto à futura viabilidade independente do País é

um corolário, ainda que nem sempre expresso, falando o último mesmo da necessidade de procurar uma nova personalidade nacional (Viseu, 8 de Julho de 1984, Seminário promovido pela Universidade Católica de Viseu).

Tudo do discurso revolucionário aponta naturalmente em sentido contrário, mas o conflito de perspectivas tem uma consequência interna importante que é a da exclusão de parte da geração viva, que aceita o discurso condenatório, de praticamente todas as actividades públicas destinadas à reconstrução do Estado e do seu futuro (3).

## II — O discurso de justificação

O discurso de justificação tem como documento base o livro do general António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, publicado com explosiva divulgação imediatamente antes do 25 de Abril de 1974, apoiado posteriormente pelos discursos políticos dos partidos cuja constituição foi consentida pelos pactos MFA-Partidos, e que encontram uma fonte próxima nas actas do II Congresso Republicano realizado em Aveiro em 1969.

Memórias e depoimentos que vão sendo publicados dão-nos conta de que os projectistas da mudança foram muitos mais, só que até agora não o tínhamos sabido, nem pelos factos conseguidos, nem por acções frustradas mas conhecidas. De maneira geral, com as divergências naturais entre as matrizes partidárias, os discursos convergem no sentido de estabelecer uma relação de causa e efeito entre o regime da Constituição de 1933 e o desastre em que se traduziu a descolonização, e raro aponta, ao menos com relevância, a mudança radical do sistema internacional, isto é, as forças exógenas que todavia paracem ter desempenhado uma função determinante em todo o processo.

## 2 — AS CORRENTES FUNDAMENTAIS DA LIGAÇÃO AO NOVO SISTEMA MUNDIAL

De facto, e não sendo de omitir que existem acções em curso destinadas à erosão da personalidade nacional, o problema fundamental é o da perda da função internacional e a necessidade geralmente sentida de cons-

---

(3) Adriano Moreira, *O Novíssimo Príncipe*, Lisboa, 1977.

truir outra. Esta questão aparece complicada por um fenómeno social, que se manifestou noutras épocas e em relação a diferentes países, e que podemos exprimir dizendo que nem os homens nem as comunidades são objecto de morte súbita. Existiu durante muito tempo um rei de Navarra quando esta já desaparecera, a coroa britânica conservou o título de rei da França até há poucos anos, há quem detenha o título de rei de Jerusalém. Com isto queremos significar que a perda da capacidade não é logo acompanhada da atitude individual ou colectiva de assumir a nova dimensão, e que a acção fica perturbada pela distância entre os factos e as sobrevivências valorativas, culturais, históricas e sociais.

Os discursos variados sobre a definição de uma nova função internacional não parecem assumir sempre a nova categorização do País como pequena potência, e alguns parecem admitir que existem meios de sustentar uma intervenção mundial que foi a tradição secular, e que se baseava sobretudo na definição dos teatros de operações. Estes eram regionais, as nossas zonas de soberania definiam-se em áreas marginais no que respeitava à competição das potências do euromundo, e sempre foi necessário pagar um preço nacional em todos os casos em que tais áreas marginais se transformaram em áreas de confluência de poderes.

Estamos agora perante um teatro de operações sempre potencialmente mundial, não existem zonas marginais, o preço nacional pago foi global, e, quer no contexto do sistema mundial, quer no contexto dos subsistemas emergentes, a nossa qualificação é de pequena potência, a caminho de Estado exíguo.

Esta última qualificação não resulta apenas de factores exógenos, resulta de uma relação entre a capacidade e determinação internas e os sistemas e subsistemas abrangentes. Acontece que ao mesmo tempo que se verifica a sobrevivência perturbadora de uma visão mundialista da passada função portuguesa no mundo, que não tem nos factos resposta possível, a degradação progressiva dos nossos recursos, com a sua expressão mais sintomática no orçamento da defesa, torna viva a questão de saber até que ponto a trave mestra de qualquer uma função internacional, que é a defesa própria, não pode vir a ser comprometida.

Isto diz respeito não apenas a factores materiais, mas também à determinação, que está visivelmente posta em causa por movimentos chamados pacifistas mas verdadeiramente instrumentos de uma adversa estratégia indirecta, e ainda nas perplexidades crescentes sobre a obrigatoriedade do ser-

viço militar, a sua extensão às mulheres, a sua duração, e até a sua utilidade. Questão diferente, e urgente, é a da redefinição da estrutura tradicional militar, em função da nova definição do País, mais marítimo do que em qualquer época do passado, vista a relação entre a terra que nos resta e o mar patrimonial que o direito internacional nos oferece. Supondo que a categoria de Estado exíguo nem vai ser uma opção de nenhum Governo nem uma imposição dos factos deixados à revelia do voluntarismo político, vejamos as opções que são propostas no sentido de oferecer ao País uma nova função internacional.

#### a) *O discurso leninista*

Não deve ser omitido que o discurso leninista é de vocação planetária, que a sua estruturação se baseia na chamada *lógica objectiva* que assume como resultado inevitável o colapso de todo o sistema ocidental, que tem como valor básico a solidariedade proletária superior às solidariedades nacionais, que advoga como corolário o alastramento da federação socialista, liderada pela URSS, que finalmente não pode contestar que um Governo mundial imposto é o resultado final previsto.

Nada disto deve ser confundido com objectivos tácticos variáveis no tempo e nos lugares, os quais podem, de acordo com a lógica formal, parecer contraditórios com os outros enunciados, mas que são com eles inteiramente coerentes no quadro da invocada lógica objectiva. Por isso o discurso leninista pode ser tacticamente nacionalista, cioso da manutenção da soberania no sentido clássico, apoiante de revoluções burguesas, defensor dos objectores de consciência, coluna dos direitos do homem no sentido ocidental, parlamentarista, e assim por diante. Tal discurso apenas será entendido, lembrando a metodologia de Aron, em relação com a conjuntura, e portanto tendo em conta as solidariedades que serve ou pretende quebrar, os sistemas e subsistemas que deseja manter ou tornar disfuncionais. Na conjuntura actual, as solidariedades militares com sistemas opostos ao de Varsóvia, as solidariedades económicas que revigorem uma ambicionada autonomia política da Europa, os acordos que impliquem um fortalecimento da defesa de todos e cada um, são consideradas alienações da soberania, estruturação de dependência ofensiva da dignidade nacional, perda da liberdade soberana.

O discurso leninista é em Portugal de acento patriótico, com os corolários da retirada da NATO, da condenação da entrada no Mercado Comum, da afirmação da neutralidade e do neutralismo, e, obviamente, de apoio à existência de uma força militar cuja principal ocupação seria então defender a observância de tais princípios. Algumas manifestações, que podem inscrever-se no movimento neutralista, ou dos não-alinhados, devem considerar-se inscritas objectivamente nesta linha.

b) *O discurso democrático*

Por decorrência da própria linguagem que se tornou comum na conjuntura portuguesa, chamamos discurso democrático ao que sustenta orientação diversa da anterior, tendo sempre presente que alguns dos objectivos formais são comuns, embora de sentidos e procurando articulações diferentes. Quase sem excepção, este discurso também liga causalmente o regime da Constituição de 1933 à responsabilidade pela forma como decorreu a descolonização, mas assume esta, ao mesmo tempo, como um serviço prestado ao País na medida em que diz ter posto fim a uma guerra injusta e não querida pela generalidade da população. Isto tem apenas a ver com a doutrina de justificação que nenhum regime deixa de construir, acontecendo até visivelmente que o discurso vai fazendo esquecer que o movimento revolucionário foi exclusivamente militar, e que foi este que chamou os partidos à responsabilidade, para abrir caminho à ideia de que o derrube do regime anterior se deve à participação longa, numa resistência valorosa, daquilo que se identifica como a classe política. Trata-se de um fenómeno menor que tem a ver com a imagem desejada pelos intervenientes na acção política, e nada com os interesses e desafios a que o País terá de responder. E quanto a estes, admitida a interdependência e solidariedade mundiais crescentes, o facto irrecusável de que uma nova entidade, mal identificada com a designação de grande espaço, anda a configurar os agentes da política internacional, parecem ter-se perfilado três desafios fundamentais: o *européismo*, o *atlantismo*, e o *iberismo*. Trata-se, antes de mais, de uma filosofia de grandes espaços, sendo problema urgente o de saber como se estruturam, e que função reservariam a uma potência com as actuais características portuguesas.

O europeísmo não é evidentemente tomado em sentido geográfico, porque esse não é discutível, nem primacialmente como estilo de vida pública



e privada, mas sim, historicamente, como uma atitude de participação ou alheamento dos conflitos de interesses europeus.

O ensinamento tradicional, documentado na mensagem de mais de um homem público, é no sentido de que Portugal sempre perdeu alguma coisa, e nada ganhou, quando assumiu a posição de parte nos conflitos europeus. A própria decisão de caminhar no sentido do mar, segundo documenta Zurara, teve em conta o risco de enfrentar um poder continental europeu na Andaluzia. Deve notar-se que este preceito da experiência diz respeito a uma época de domínio mundial europeu, de competição interna entre potências europeias, e de transformação das nossas zonas marginais de expansão em zonas de confluência de poderes ocidentais. O «Ultimatum» de 1890 é o símbolo dessa contingência em África, como a independência do Brasil o foi no continente americano. Agora trata-se de a Europa ter chamado as legiões a Roma, de ser um espaço ameaçado a Leste pelo expansionismo soviético, e que reconheceu não poder salvaguardar a autonomia possível sem o amparo dos EUA. O quadro histórico transformou-se portanto no de saber se Portugal pode alhear-se, não já dos conflitos intra-europeus, mas de uma ameaça militar que tenha em vista a área europeia à qual geograficamente pertence.

Podem evidentemente adoptar-se pelo menos duas atitudes contraditórias, uma que seria procurar a aliança com o potencial agressor da região, vinda do Leste, outra que seria a de alinhar com a defesa da região contra essa possível agressão. Tudo parece indicar, independentemente das opções ideológicas, que Portugal é um Estado passivo em relação à agressão provável, porque ele próprio não será o agressor. Poderia assim convir-lhe o estatuto da neutralidade, que alguns países ainda sustentam no espaço europeu ocidental, mas também parece bem certo que a neutralidade não é hoje uma livre opção das soberanias, depende realmente da trajectória da agressão e das conveniências do agressor. Supomos portanto que as circunstâncias não consentem essa opção, e que os países europeus que se declaram neutrais ou que, como a Espanha, hesitam em entrar na NATO, sabem que terão de optar em caso de emergência.

Dos objectivos estratégicos que preencherão uma nova função internacional, a participação na salvaguarda da independência da Europa Ocidental é uma das opções que o discurso dominante, que estamos referindo, sustenta, e na qual o País está comprometido pelos tratados vigentes. O constrangimento do sistema que tem esta matriz, obrigará necessariamente a

opções sucessivas em função da evolução do problema da autonomia estratégica da Europa, quer se trate do segundo pilar da NATO, quer se trate de uma independente comunidade europeia de defesa.

Nesta articulação de perspectivas, o europeísmo poderá levar a questões internas de importância, que dizem sobretudo respeito às regiões autónomas. É comum dar relevo ao chamado triângulo estratégico, em função dos esquemas da NATO, e nele se baseia aquilo que tenho chamado o nosso poder funcional. Todavia, no caso de a defesa europeia se tornar independente da solidariedade atlântica, por abrirem caminho e adquirirem peso considerações decorrentes do domínio mundial possível dos EUA-URSS, a personalidade internacional que os regionalismos traduzem, para além daquilo que digam quaisquer textos constitucionais, pode ser estimulada no sentido de se ampliar ou tornar completa. É um problema que não deve ser omitido nestas análises, sobretudo porque existe representação política interna conhecida que vai nesse sentido, independentemente de alterações nos sistemas defensivos em vigor.

Por outro lado, parece ultrapassada a tendência no sentido de entender que o poder marítimo acaba por ter razão militar do seu competidor terrestre, porque as informações que vão sendo publicadas caracterizam os Estados directores dos principais Pactos como sendo ambos potências marítimas. Nesta hipótese, e considerando a dependência dos Estados ocidentais em relação às comunicações no Atlântico, os factos parecem indicar que o triângulo estratégico não é já uma retaguarda, é antes uma frente, o que torna a neutralidade ainda menos plausível, e maior o risco da defesa. Acrescente-se que a insegurança do corredor do Norte de África tende a aumentar, para além das conhecidas opções da Líbia e da Argélia, para reforçar a hipótese de que não é realista considerar apenas a agressão vinda do Leste contra o território da NATO e a nossa função em tal circunstância. A situação instável de Marrocos, as pretensões da Líbia e da Frente Polisário em relação à adjacência africana dos arquipélagos atlânticos, portugueses e espanhóis, sublinham suficientemente a existência do risco.

O europeísmo desdobra-se ainda no processo de adesão às Comunidades Económicas Europeias, que logo em 1974 foi uma decisão simplesmente política no sentido de amparar a resistência contra a marxização do aparelho de Estado, e que finalmente se traduziu num objectivo do modelo económico que se pretende para o País. A recente decisão de Fontainebleau, anunciada unilateralmente em Paris em Junho do ano corrente (1984), aponta para uma

entrada em 1985. Sendo geralmente admitida a necessidade de guardar para o Governo a liberdade e discreção da negociação, não são conhecidos os termos de encerramento prováveis dos «dossiers», mas o Presidente da Comissão das Comunidades declarou em Lisboa, no dia 3 de Julho de 1983, que as relações específicas entre Portugal e Espanha, tal como de resto aconteceu no caso da adesão da Espanha à NATO, constituem uma dificuldade a resolver. O risco é que, em face da debilidade da maior parte do nosso sector privado, e da afirmada falta de eficácia do sector público, possa acontecer que seja mais o Mercado Comum que entre em Portugal do que Portugal a entrar no Mercado Comum, sediando ali muitos dos verdadeiros centros de decisão de onde fluirão as políticas que internamente devemos seguir. Uma coisa parece certa, a qual é que a época das grandes emigrações findou, e que dificilmente a livre circulação de pessoas se traduzirá em que a transferência dos nossos excedentes de mão-de-obra para o território da comunidade seja um regulador do mercado de trabalho. Ao contrário, a recessão económica europeia faz supor que continuará a aumentar a corrente dos que regressam. Com todos os riscos, a opção europeia dominará a nossa vida interna e internacional nos próximos anos, encontrando-nos despreparados até no domínio do pessoal qualificado que deve integrar a administração comunitária. O período de adaptação será portanto de exigências severas para todas as actividades económicas.

A reconhecida relação especial entre Portugal e Espanha serve de ponto de partida para referir a outra tendência que desafia a política externa, e que é o iberismo. Esta questão foi recentemente lançada no debate público por uma sondagem de um semanário influente, o *Expresso*, e enfrentada com certa amenidade pela generalidade dos comentadores, com ou sem funções políticas. Tratou-se em geral de a centrar na livre circulação de ideias, pessoas, e culturas recíprocas, sem fazer alusão ao problema político. Todavia é o problema político que historicamente define o iberismo, que tem essencialmente a ver com a individualidade independente do País.

Referindo-se ao fenómeno português na Península, disse algures Unamuno que seria necessário portugalizar a Espanha, no sentido de que as várias nacionalidades espanholas deviam tirar exemplo de Portugal quanto ao centralismo castelhano. Dando como certo que, nesta data, de acordo com sondagens efectuadas no âmbito do Instituto da Defesa Nacional, a opinião pública portuguesa não aceita a unidade política ibérica, parece

dever salientar-se que a famosa portugalização da Espanha, que tem expressão na sua actual forma constitucional, e dinamizações separatistas evidentes, constitui um fenómeno mais favorável ao iberismo político do que a *Espanha una grande e libre* do regime franquista.

A livre circulação de capitais, produtos e pessoas, decorrente da entrada no Mercado Comum, também promoverá, em face da debilidade das nossas estruturas económicas, o alastramento do conceito e do objectivo. Para um Governo que adopte a defesa da integridade da personalidade portuguesa, este facto deve aumentar as suas preocupações e a actividade no sentido de diversificar as origens dos investimentos.

Aparece, como contraposto a esta tendência, o último desafio que se exprime já correntemente com a expressão *política atlântica*. Tem-nos parecido que se trata de uma forma nova da vocação secular do País, e que o seu pressuposto principal é que a derrocada do sistema político colonial não implicou o desaparecimento da área cultural em que assentava. Trata-se então de encontrar e construir um novo modelo de convívio, agora consentido e participado, entre todos os Estados de língua ou de expressão oficial portuguesa, sem esquecer o Brasil, que tende para ser o menos lembrado. Muitas questões culturais, incluindo a defesa comum da língua, com tudo o que lhe está ligado, desde a famosa arte da *imprimissão*, ao material escolar e aos meios de informação, vão constituir um tema importante da política externa. Deveria acrescentar-se a formação dos altos quadros dos novos Estados, sobretudo no domínio das ciências do Estado e da Administração, coisa que só não está ao alcance do nosso descuido tradicional. Segue-se a cooperação técnica e científica, para a qual continuamos a ter melhores qualificações que quaisquer outros, mas tem de admitir-se que a nossa debilidade financeira abrirá facilmente caminho a uma política das comunidades que tente remeter-nos para colaboradores dos seus próprios objectivos comuns e dos objectivos privativos dos seus membros. É uma tarefa urgente, não é uma tarefa fácil, mas não deveriam atrasar a organização dos instrumentos internos de sustentação de uma política exclusivamente nacional nesse domínio. A tendência ou vocação atlântica, coerente com a experiência histórica, com as obrigações militares internacionais, com a alteração das relações entre os poderes marítimo e terrestre, com a definição cultural de raiz lusitana, é a que melhor ampara a defesa da personalidade, individualidade e independência do País. O Brasil não é necessariamente um aliado em todas as áreas.

### 3 — A FUNÇÃO GLOBAL

De tudo resulta que um dos problemas principais de Portugal, como agente soberano das relações internacionais, é reconciliar-se com a perda da função histórica secular, assumir-se como pequena potência, salvaguardar a sua personalidade, assumir uma função adequada ao mundo unificado, solidário e interdependente em que vivemos, impedir que se instalem as condições objectivas e subjectivas que se exprimem na categoria de Estado exíguo. A relação entre a decisão nacional e a instituição forças armadas é talvez o indicador mais visível da marcha de cada uma das opções possíveis, e existem vários sinais de que a segunda progride nos espíritos e decorre da debilitação dos factores materiais, porque a dependência externa é muito acentuada, a ideia da falta de peso de uma intervenção nossa em qualquer conflito progride, as circunstâncias favoráveis de separatismo existem na conjuntura internacional, o capital de esperança tem sido gasto talvez tão aceleradamente com as reservas financeiras. É urgente substituir todos estes factos negativos pela crença que se exprime no ditado europeu: ainda sabendo que o mundo acaba amanhã, eu hoje plantaria macieiras.

*Adriano Moreira*

Professor do Instituto Superior  
Naval de Guerra

to be able to identify and understand the needs of older people, and to be able to respond to those needs.

It is important to note that the research was conducted in a rural area, where there are fewer services available than in urban areas. The research was also conducted in a low-income area, where there are fewer resources available than in high-income areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas.

The research was also conducted in a community where there is a high level of poverty, which is a common problem for older people in rural areas. The research was also conducted in a community where there is a high level of social isolation, which is a common problem for older people in rural areas.

---

A OPÇÃO EUROPEIA DO PORTUGAL ATLÂNTICO

---

*Virgílio de Carvalho*

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



---

## A OPÇÃO EUROPEIA DO PORTUGAL ATLÂNTICO

---

Segundo o professor brasileiro Everardo Backheuser, «a Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas». Porque assim é, e porque estas condições, favoráveis ou desfavoráveis, se mantêm ao longo dos tempos, não só contribuem para conferir um certo grau de persistência aos objectivos políticos dos países e às estratégias para os realizar, como acabam por modelar de algum modo os comportamentos dos povos. Por isso, teorias geopolíticas que têm sido formuladas por ilustres investigadores com base no relacionamento da História com a Geografia constituem auxiliares preciosos para tentar entender acontecimentos, para prever iniciativas e reacções, para explicar comportamentos de países em determinadas situações, e para formular políticas e estratégias.

Para o professor norte-americano Spykman, «a Geopolítica é a política de segurança nacional dos países em termos dos respectivos factores geográficos». A ser entendido assim, quando especulando em termos geopolíticos, um cidadão deve então fazê-lo acima de tudo com o propósito de prever riscos e ameaças, e de formular estratégias visando a preservação da liberdade de acção do seu país e a defesa dos seus cidadãos e património. Quer isto dizer que, de acordo com a definição de Spykman, as especulações geopolíticas eventualmente baseadas em percepções de antagonistas dos seus países serão apenas compreensíveis ou aceitáveis num posicionamento de advogado do diabo, para funcionarem como alerta. Foi certamente esse o caso do geógrafo inglês Mackinder, que levou uma vida inteira a clamar que o desenvolvimento da potência hegemónica do «Heartland», se fosse acompanhado de um desenvolvimento decidido de poder naval, criaria um desafio imparável ao mundo marítimo, para, já perto do fim da sua existência e da Segunda Guerra Mundial, aparecer a afirmar que aquela potência poderia mesmo assim ser contida nos seus limites geográficos, se a América do Norte e a Europa Ocidental fossem capazes de associar os seus potenciais estratégicos, transformando o Atlântico Norte num elo de união íntima entre ambas.

Mackinder lançou assim a ideia da NATO, que nasceu efectivamente poucos anos depois. No pensamento de Mackinder estaria a convicção de que a Europa, que ele ainda teve tempo de ver amputada da sua parte Leste pela ofensiva final da actual potência continental no final da guerra de 1939-45, não teria potencial estratégico suficiente para poder opor-se à tentação hegemónica desta; e que os próprios EUA, sem a Europa, não teriam capacidade, só por si, para deter a expansão da influência soviética no Mundo.

### *A OPÇÃO ATLÂNTICA DE PORTUGAL*

Os geostrategistas da independência e da viabilização e sobrevivência do Reino de Portugal aplicaram, muitos séculos antes, um esquema em tudo semelhante ao de Mackinder para dar a Portugal suficiente potencial estratégico para resistir à pressão continental hegemónica de Castela. Assim, procederam ao aumento da maritimidade do território inicial, primeiramente na Península Ibérica até lhe adicionarem o cobiçado porto de Lisboa e o decisivo Algarve, e depois projectaram o resultado conseguido para os arquipélagos da Madeira e dos Açores, passando ainda primeiro pela ocupação cautelar de Ceuta para barrar a saída de mediterrânicos para o Atlântico. Deste modo, os geostrategistas portugueses, agregando dois arquipélagos atlânticos à estreita faixa atlântica ibérica que se fizera quase-ilha para fins de desenvolvimento e de segurança, realizaram num País quase-arquipelágico euro-atlântico vivendo para fora da Península, ou «desiberizado», e com potencial estratégico que se revelou suficiente para se opor eficazmente aos históricos desígnios integracionistas de Castela.

Em termos geopolíticos, os Portugueses exploraram a única fronteira desimpedida de que dispunham, a marítima, para serem donos dos seus próprios destinos. Segundo Stefan Zweig («Fernão de Magalhães»), «Portugal encosta-se às terras fronteiriças da Espanha... somente por mar podia dilatar-se país tão pequeno e tão pobre...». Depois, com a capacidade marítima que conseguiram criar com portentoso desenvolvimento científico e tecnológico, puderam aventurar-se a ir muito mais longe, curto-circuitando a poderosa Veneza pela Rota do Cabo, descobrindo e estruturando o colosso Brasil, e montando um vasto Império marítimo, o qual, depois da chegada à Índia, levou menos de 25 anos ao genial Albuquerque a completar, até quase aos mares da China. Por tudo isto é que é impensável, por exemplo,

que o mar português possa ser algum dia objecto de direitos históricos de qualquer outro país, principalmente da vizinha Espanha.

Tal Império era no entanto demasiado grande para um povo demasiado pequeno em termos demográficos, e o inevitável retrocesso foi acontecendo ao longo dos séculos. E, como aconteceu sempre que Portugal teve de fazer um recuo na sua História, tem de enfrentar agora uma crise de viabilidade, a qual pode ser a maior de todas, uma vez que não há mais Índias, Brasis, ou Áfricas.

### *DESAFIOS ACTUAIS À VIABILIDADE DE PORTUGAL*

Regressado em 1974 à sua base euro-atlântica de partida, Portugal enfrenta porventura agora, efectivamente, uma das suas maiores crises. O caso é que, para além de o conjunto territorial actual do País ter provavelmente a expressão mínima, ou nuclear, que lhe assegura ainda a viabilidade, esta mesma viabilidade tende a ser dificultada por vários novos desafios cuja gestão se afigura de extrema delicadeza e dificuldade. São eles, entre outros: a novidade da opção europeia; a circunstância de se encontrar pela primeira vez com a envolvente Espanha em dois projectos, a CEE e a NATO, em condições desfavoráveis de pronunciado desnível económico e de profunda crise psicológica; o facto de a potência marítima ter também pela primeira vez um tratado bilateral de defesa com a Espanha (à qual fornece maior ajuda para o reequipamento militar que a Portugal, e onde tem quatro bases militares); a circunstância de estrategistas da mesma potência marítima tenderem a considerar o arquipélago dos Açores como uma peça importante da defesa do Ocidente e da sua própria; e o desafio dos regionalismos.

### *A OPÇÃO EUROPEIA DE PORTUGAL*

Portugal, ao procurar agora na Europa da CEE condições de desenvolvimento necessárias à sua viabilidade, arrisca-se entretanto a ter de enfrentar problemas de liberdade de acção, designadamente os inerentes à inevitável interposição física da Espanha, que procurou evitar ao longo de séculos com a sua clássica opção atlântica de sobrevivência.

Os riscos em questão podem perfeitamente avaliar-se das próprias afirmações do actual Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, proferidas

em vésperas da Cimeira Ibérica de 1983 — «a reconversão histórica de Portugal passa pela continentalidade, pela integração na Comunidade [Europeia] e, sem dúvida, pela Espanha, salvo num caso e num perigo: que Portugal escolha de novo o arco butante atlântico, que Portugal, como fez desde Aljubarrota aos tratados de Windsor, procure converter-se no arco butante da base de desembarque de uma potência marítima... rompendo todos os equilíbrios da Península Ibérica...; mas existe outra opção, que é a de [Portugal] se enfeudar aos EUA e à Aliança Atlântica...»

Para os objectivos do presente estudo o que interessa principalmente concluir das afirmações em questão é que, para Portugal se dirigir à Europa nas condições desfavoráveis descritas, sem deixar pelo caminho muito da sua liberdade de acção, do seu poder negocial, e da sua individualidade, terá que fazê-lo na sua condição geopolítica de País euro-atlântico quase-arquipelágico, isto é:

- com todas as suas parcelas, dada a natureza «nuclear» do seu conjunto territorial, conforme atrás referido;
- mantendo e privilegiando alternativas marítimas eficazes a sistemas terrestres europeus de transportes e de abastecimento de hidrocarbonetos;
- procurando tirar partido da sua situação geográfica e de condições naturais de portos seus para fins de «transshipment»;
- não renegando a sua opção atlântica de segurança, conservando a sua clássica ligação com a potência marítima (hoje os EUA e a NATO) e procurando no estreitamento de laços económicos com potências extra-europeias (mormente com países do mundo que fala português) a diversificação de relações e de dependências indispensável a uma liberdade de acção suficiente.

Trata-se realmente de avançar por um caminho mal conhecido, pelo que convirá manter em aberto a clássica opção atlântica de segurança nacional, o que, aliás, parece susceptível de contribuir para aumentar o poder negocial de Portugal, tanto num sentido, como no outro. E isto porque: a própria Europa há-de acabar por reconhecer as virtualidades da posição euro-atlântica portuguesa como elemento chave da indispensável componente atlântica da sua defesa; a potência marítima poderá ter de contar com a eventual disponibilidade de Portugal como «elo vital» da solidariedade entre

a América do Norte e a Europa Ocidental sem a qual todo o Ocidente corre o risco de sossobrar perante o crescente potencial estratégico do Leste; e o Mundo que fala português e a CEE poderão beneficiar da experiência portuguesa.

### *A ESPANHA E A COMPLEMENTARIDADE EURO-AFRICANA*

A especial geografia da Espanha parece de molde a prenunciar comportamentos geopolíticos da sua parte susceptíveis de poderem fazer passar Portugal por mero apêndice geográfico seu na Europa. E isto, a não ser evitado, acarreta o grave risco de poder levar ao enfraquecimento da solidariedade entre o Continente e os Arquipélagos da Madeira e dos Açores, a qual se tem mostrado particularmente sensível a erupções de iberismo, conforme aconteceu ainda no reinado de D. Carlos como reacção a uma habilidade dinástica visando a unificação da Península.

O caso é que a Geografia aponta para uma procura de ligação mais íntima da Europa com o Continente Africano através do Mediterrâneo, numa perspectiva de complementaridade interessante para ambas as margens quanto a desenvolvimento e a liberdade de acção relativamente aos dois grandes Blocos. Daí, certamente, as relações especiais já existentes entre a CEE e países norte-africanos, e as dificuldades postas à concorrencial Espanha (e também ao «apêndice geográfico» Portugal) para o seu ingresso na Comunidade.

A Espanha dispõe no entanto de valiosos trunfos geoestratégicos como país mediterrânico, não apenas pela vastidão da sua fachada sul, e pelo arquipélago das Baleares, mas principalmente pela sua posição privilegiada sobre o Estreito de Gibraltar, onde os continentes europeu e africano quase se tocam, tornando naturalmente tentador o estabelecimento através dele de ligações rodoviárias e ferroviárias, e também para abastecimento de hidrocarbonetos. E, sendo assim, Madrid poderá aspirar a tornar-se em futuro próximo num pólo obrigatório de comunicações terrestres euro-africanas, e a Espanha tenderá a ser definitivamente atraída para uma Europa onde possam apresentar-se-lhe condições muito favoráveis para afirmação geopolítica. Nessas circunstâncias, poderá ser difícil a Portugal conseguir ligações terrestres directas para a fronteira franco-espanhola, o

que lhe seria muito conveniente em termos económicos e de liberdade de acção.

A hipótese aventada aponta ainda para que os próprios problemas de Gibraltar e de Ceuta possam um dia evoluir para onde eventualmente converjam interesses espanhóis, marroquinos, euro-africanos, e até mesmo ocidentais.

A dar-se a adesão da Espanha a um tal projecto geopolítico euro-africano, a concepção quase-arquipelágica euro-atlântica de Portugal poderá aumentar

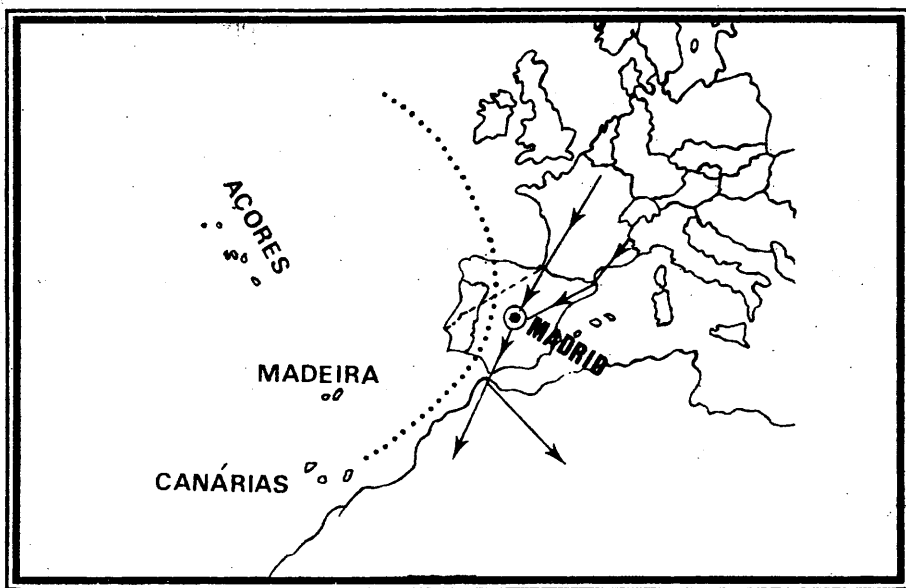


Figura 1

de interesse em termos de segurança ocidental, como atrás se acentuou. Por outro lado, a propensão espanhola para se manter desligada da estrutura militar da NATO poderá tender a radical-se, contribuindo para mostrar a estrategistas norte-americanos as razões por que Portugal tem condições naturais para ser historicamente o aliado mais seguro da potência marítima na região, e por que motivos poderão não ser do seu verdadeiro interesse conceitos globalistas de espaço ibérico, como bem o entenderam os seus antecessores britânicos.

## POR UMA «EUROPA DAS PÁTRIAS» ATLÂNTICA

Impõe-se entretanto fazer um imprescindível ponto de situação.

Em primeiro lugar salienta-se que o que foi referido aponta para a existência de duas vocações geoestratégicas distintas na Península, circunstância a que tanto geoestrategistas europeus, como norte-americanos, deverão estar atentos: a da Espanha como elo de ligação da Europa ao Norte de África, numa perspectiva de concretização duma complementaridade de interesses transmediterrânicos; e a de Portugal, como ligação entre a América do Norte e a Europa Ocidental, numa perspectiva de segurança ocidental, em que se tem como ponto assente — em conformidade com o pensamento de Mackinder, que as realidades essenciais e a História actual comprovam — que a segurança das duas é indissociável, e constitui o próprio núcleo da segurança do Mundo Livre.

Em segundo lugar, manda a prudência, que deve ser uma constante do comportamento geopolítico dum País secularmente inseguro, que Portugal se pronuncie e se bata por uma «Europa das Pátrias» como fase intermédia indispensável à avaliação das possibilidades concretas de viabilidade doutro conceito qualquer de Europa. E, porque deve efectivamente ser assim, a Portugal convirá acercar-se da CEE geopoliticamente esclarecido, atento, e arquipelagicamente coeso. Manda a mesma prudência não esquecer que a Portugal não convém uma Europa que pretenda dissociar a sua defesa militar da do continente norte-americano, não apenas pelos motivos já apontados, mas também porque daí poderiam surgir sérios problemas quanto ao posicionamento geopolítico dos Açores, uma vez que, dada a grande importância geoestratégica do arquipélago, pode situar-se entre ele e a Península uma linha de fractura possível do Mundo Euro-Americano.

Quanto aos regionalismos, insulares e continentais, respeitáveis para a dignificação e para o bem-estar das populações, impõe-se-lhes contudo que se afirmem no quadro da filosofia arquipelágica de segurança nacional, e na referida perspectiva de «Europa das Pátrias», filosofia e perspectiva que, aliás, convinha que figurassem entre as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Note-se que a Europa está sendo feita por países, e que a descontinuidade territorial de Portugal, a ausência de fronteiras naturais na Península, e a existência de pólos de atracção externos impõem aos portugueses um equilíbrio prudente entre as forças centrífugas regionais e a força centrípeta nacional. Segundo o professor J. Borges de Macedo

(Seminário «Transportes Exteriores e Liberdade de Acção de Portugal», no Instituto da Defesa Nacional, em 22OUT84) retirar poder a Lisboa facilita as relações das regiões com o exterior, e esbata Portugal. Doutro modo, no mínimo, poderão produzir-se enfraquecimentos da imagem de coesão e do poder negocial do País todo. A este propósito importa ainda referir que a adesão à CEE não obsteu a que, em Roma, no coração duma Itália também ela feita de colagens territoriais, se conserve acesa a «chama da pátria» no monumento a Victor Emanuel II, guardada noite e dia por dois garbosos soldados.

Ainda quanto à proposta para a aproximação de Portugal à CEE dever ser feita na sua condição quase-arquipelágica, salienta-se que já há ilhas na Comunidade (como a Irlanda e a Inglaterra), que a Grécia não tem outras fronteiras com ela além da marítima e da aérea (e tem na sua Marinha de Comércio um dos sustentáculos da sua economia), e que o mesmo poderá vir um dia a dizer-se de uma Noruega que adira à Comunidade. Uma aproximação quase-arquipelágica a uma «Europa das Pátrias» significa também que o sistema de transportes exteriores de Portugal deva escalonar os diferentes modos em função dos seus méritos relativos, não apenas quanto à economia, mas também quanto à liberdade de acção que prometem. E, sendo assim, certamente que o transporte marítimo continuará a merecer atenção muito especial.

### *A ESPANHA E A ESTRUTURA MILITAR DA NATO*

A hipótese de ingresso da Espanha na estrutura militar da NATO também é susceptível de levantar a Portugal alguns problemas de soberania, de risco para a coesão interterritorial, e de quebra de poder negocial. O caso é que, em princípio, há que ter em atenção que defensores da corrente castelhana de pensamento geopolítico possam ser tentados a aproveitar a Aliança Atlântica para conseguir alguma forma de controlo operacional sobre Gibraltar e sobre o espaço geoestratégico de Portugal, para fins de afirmação política e de aumento do poder negocial do seu país simultaneamente nas Comunidades Atlântica e Europeia. Se assim for, tenderão possivelmente a conceber um «espaço ibérico» abarcando a Península e os arquipélagos das Baleares, das Canárias e da Madeira, e até o dos Açores, e a propor um comando militar unificado para esse espaço, a pretexto de retaguardas de resistência militar ou de apoios logísticos a frentes europeias



numa eventual guerra Leste-Oeste, ou também de uma hipotética ameaça à Península e às Ilhas Atlânticas a partir do Noroeste Africano. O Plano Estratégico Conjunto referido no «El País» de 20-5-84 e 4-11-84 (fig. 2) parece apontar para tal.

A estes propósitos há que salientar que o que parece mais provável é que a tensão Leste-Oeste tenda a permanecer nos limites prudentes da

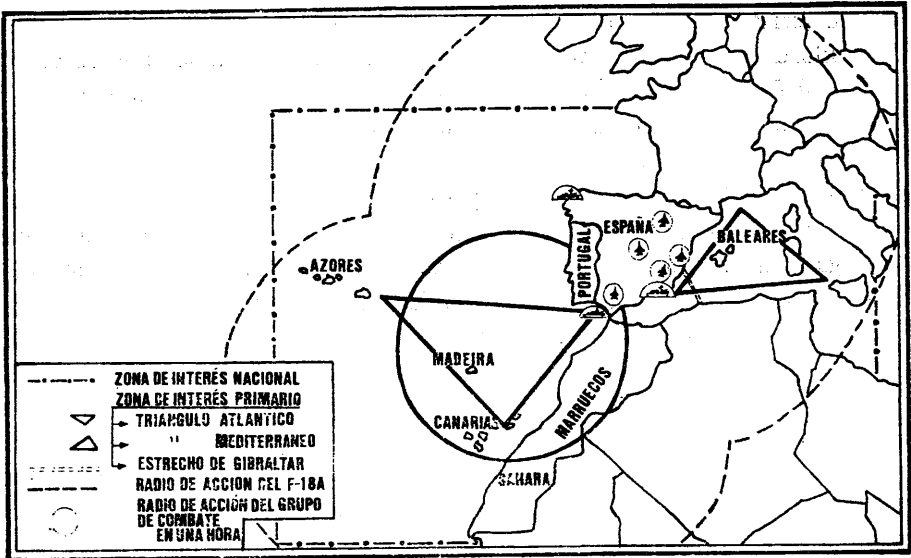


Figura 2

estratégia indirecta, no que as próprias superpotências estão certamente interessadas para evitarem escaladas de violência entre si que poderiam descambar num holocausto nuclear que não deixaria vencidos nem vencedores, cenário este em que um comando unificado ibérico não tem sentido. A tensão Leste-Oeste tende a permanecer uma guerra psicológica e de vontades, a disputar sem um tiro entre aquelas potências, para o que a solidariedade atlântica concorre como uma componente decisiva da dissuasão e da paz. E, neste cenário, o que convirá é não exacerbar problemas evitáveis entre aliados.

O futuro de Portugal não pode estar à mercê de hipóteses de consistência duvidosa, nem o País pode ser prejudicado por uma aliança que tanto precisa do seu contributo. Por tudo o referido é que tem vindo a propor-se,

desde há alguns anos, que as responsabilidades de comando operacional na região, no caso do conveniente e esperado ingresso da Espanha na estrutura militar da NATO, sejam divididas entre os dois países vizinhos, tendo no devido respeito as vocações geoestratégicas dos respectivos conjuntos territoriais, e não a sua presente correlação de poder militar. Por isso se tem defendido que Portugal se pronuncie por um Conceito de Defesa Militar e por um aparelho militar prioritariamente adequados ao exercício de soberania no seu território e no respectivo espaço aeromarítimo interterritorial para tranquilizar a Aliança quanto à segurança nele; e por isso se entende ainda que a NATO trabalharia melhor no sentido de preservar o bom entendimento entre Portugal e a Espanha e, por tabela, a solidariedade atlântica, se apoiasse efectivamente o reequipamento das Forças Armadas portuguesas em conformidade. Tal repartição de responsabilidades, tem-se acentuado com frequência, corresponde inclusivamente a duas funções distintas possíveis na região: uma relacionada com o socorro norte-americano à Europa em caso de guerra, para o qual o quase-arquipélago português apresenta vocação específica comprovada nas duas primeiras guerras mundiais (em que não foi necessário recorrer a território espanhol para o efeito); outra ao longo do importante eixo Baleares-Estreito-Canárias, conforme figura n.º 3 transcrita da conferência do autor publicada na edição de JAN/MAR de 1980 da «Nação e Defesa». Esta solução tem a virtude de respeitar a noção de nuclearidade do conjunto territorial português que justifica o conceito quase-arquipelágico (conceito este que não pode ter qualquer paralelo no caso espanhol, uma vez que ninguém imagina que a Espanha, ao contrário de Portugal, pudesse correr risco grave no caso de perder qualquer um, ou ambos os seus arquipélagos). É pelas razões expostas que se considera como correcta a inserção de todo o conjunto territorial português na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico (o SACLANT, que tem por responsabilidade principal o socorro militar à Europa em caso de guerra) e não na área do Comando Supremo Aliado da Europa (SACEUR). Por essa mesma razão se tem de insistir em chamar a atenção para o grave inconveniente da inclusão dos Açores num comando operacional da NATO com sede nos EUA (WESTLANT), e não no IBERLANT, com sede em Portugal, onde se encontram a Madeira e o Continente. É uma situação desconfortável, que não respeita a imagem arquipelágica e coesa de Portugal, e inconveniente por se prestar a exploração política por adversários da NATO, pois o mesmo seccionamento do espaço estratégico português tem sido também

considerado em versões do tratado bilateral de defesa entre os EUA e a Espanha, através da definição de áreas de interesse estratégico destes países.

Quanto a uma ameaça a partir do Noroeste Africano, haverá a salientar que a NATO constituiria a melhor dissuasão e a melhor defesa contra tal hipótese, e que a Portugal, e certamente também ao Ocidente, não convêm «gendarmes» na região, mas antes um relacionamento equilibrado e sereno entre os três países da chamada Região Atlântica Ibero-Africana (RAIA)

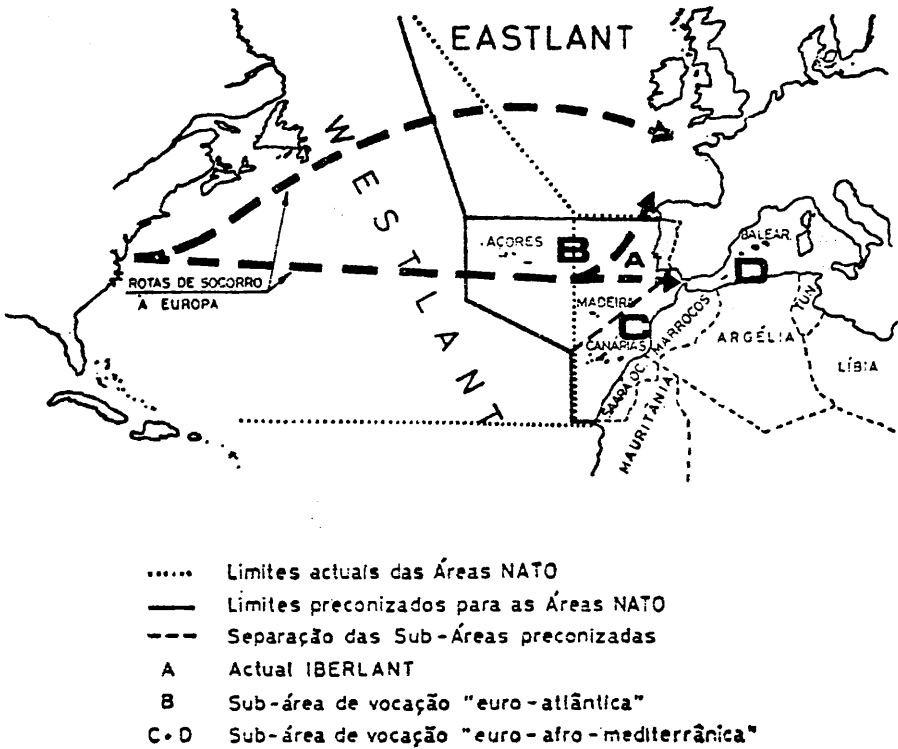


Figura 3

— Portugal, Espanha e Marrocos. Por isso pareceriam inconvenientes esquemas de cooperação estratégica que excluíssem qualquer deles.

Além do mais, a especial geografia de Portugal aconselha a inserir relações militares, e também económicas, com o forte país vizinho em ambiente multilateral, para preservar a sua liberdade de acção.

*O MUNDO DE LÍNGUA PORTUGUESA E O BRASIL*

Do exposto infere-se que a questão da viabilidade de Portugal, historicamente difícil, tende a conhecer horas particularmente críticas, o que deve constituir uma séria preocupação, não apenas para os seus cidadãos, mas também para os dos países que falam português. Portugal legou a estes países, para além duma base territorial viável, uma língua e um carácter que são factores das suas identidade, coesão e integridade territorial. A mera participação geoestratégica de Portugal na Aliança Atlântica, pelas razões que atrás se referem, contribui decisivamente para a eficácia da dissuasão e para a paz mundial. E, deste empenhamento de Portugal em coerência com o significado da sua posição geoestratégica e com a defesa dos valores que espalhou pela Terra, e de que decorrem para si os riscos a que se aludiu, beneficiam afinal todos os países do Mundo Livre, alinhados ou não.

Portugal é assim um património histórico, cultural e de segurança do Mundo Ocidental e, particularmente, do Mundo que fala português. Por outro lado, parece lógico que todos os países que falam a língua de Camões pudessem lucrar em termos de potencial estratégico, ou seja, de segurança e de poder negocial, se conseguissem alguma forma de entendimento susceptível de tirar partido das raízes que os identificam, do idioma à miscigenação, do carácter à filosofia de vida.

Em princípio, não se pode deixar de pensar no gigante Brasil como a maior esperança da viabilidade de uma possível comunidade de países de língua portuguesa com potencialidades promissoras. Efectivamente, o Brasil, para além de ter condições básicas para se tornar numa grande potência — entre elas a sua dimensão continental, o seu potencial demográfico e a vastidão de recursos naturais que se lhe adivinham — dispõe duma matriz lusitana que decorre de séculos de passado em comum com Portugal e da circunstância de cerca de 70% da sua população de mais de 120 milhões ser constituída por portugueses e seus descendentes.

Como alguns Estados favorecidos por grandes áreas terrestres contínuas, e fácil acesso aos oceanos, o Brasil exhibe, simultaneamente, características inequívocas de continentalidade e maritimidade (Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, em «Política e Estratégia» de OUT/DEZ de 83). Por outro lado, em «A Defesa Nacional» de JAN/FEV de 84, o coronel brasileiro Octávio Tosta considera que «o Brasil, graças às dimensões das suas fronteiras marítimas, é o maior condómino do Atlântico; o estrangulamento de 1800 milhas,

existente entre Natal e Dakar, poderá atribuir-lhe co-responsabilidade no controlo das ligações entre os dois Atlânticos, cuja navegação é vital à sua sobrevivência económica».

O desenvolvimento tem sido naturalmente a prioridade das prioridades da estratégia nacional do Brasil, o que se compreende perfeitamente num País cujo Poder Nacional ainda estará longe de corresponder às potencialidades que se lhe adivinham, e também porque o mesmo desenvolvimento é uma condição essencial de segurança e de democracia. Por isso, o Brasil tem vivido naturalmente mais voltado para a sua continentalidade. Mas, quando a sua participação na defesa dos interesses do Mundo Livre lhe pareceu indispensável, o Brasil não recuou, como aconteceu na última guerra mundial, inclusivamente em parte do Atlântico Norte onde, em profícua cooperação com a Marinha dos EUA, contribuiu para a vitória aliada na decisiva Batalha do Atlântico, na referida região do eixo Natal-Dakar.

A medida que o desenvolvimento do potencial estratégico do Brasil lhe for criando a necessidade de aumentar a sua influência no plano externo, parece natural que possa atentar melhor no interesse que tem para si próprio a participação de Portugal na Aliança Atlântica, por motivos que se prendem com a preservação da paz mundial, e na Comunidade Europeia, porque esta é já o seu maior parceiro comercial. Também parece natural que o Brasil comece a preocupar-se com o futuro dos traços comuns susceptíveis de possibilitar solidariedade entre os países que falam a mesma língua que a sua, e com as vicissitudes por que Portugal pode vir a passar na NATO e na CEE. Parece ainda natural que procure melhorar a sua capacidade de projecção externa por via do desenvolvimento de poder marítimo e, consequentemente, de poder naval.

Por outro lado, uma hipotética comunidade, tácita ou formal, dos países que falam português, não terá porventura possibilidades de concretização e de sobrevivência num mundo altamente competitivo e agressivo, se não tiver no seu seio uma grande potência capaz de congregiar solidariedades entre países irmãos e de contribuir para que eles não sejam atraídos por outras. Essa grande potência pode vir a ser o Brasil, sendo de esperar, nesse caso, que possa um dia funcionar para os outros, principalmente para os simultaneamente mais cobiçados e mais inseguros, como a sua «Potência marítima» protectora para os problemas de âmbito regional que os possam afligir, designadamente no domínio de ofensivas contra a sua língua e identidade cultural.

Seja como for, parece pelo menos razoável que Portugal e o Brasil pudessem começar quanto antes a confrontar percepções e experiências, o que poderia estender-se a outros países de língua Portuguesa que o desejassem, visando uma aproximação e concertação de estratégias no domínio duma cooperação multilateral que a todos possa beneficiar.

A comunidade espiritual dos países que falam português é um factor de força do seu potencial estratégico e um refúgio de segurança para todos. Por isso lhes deverá interessar preservar as bases em que ela assenta, e evitar concorrências que a possam minar. E, de momento, a maior responsabilidade quanto a essa preservação cabe certamente a Portugal e ao Brasil.

Novembro de 1984.

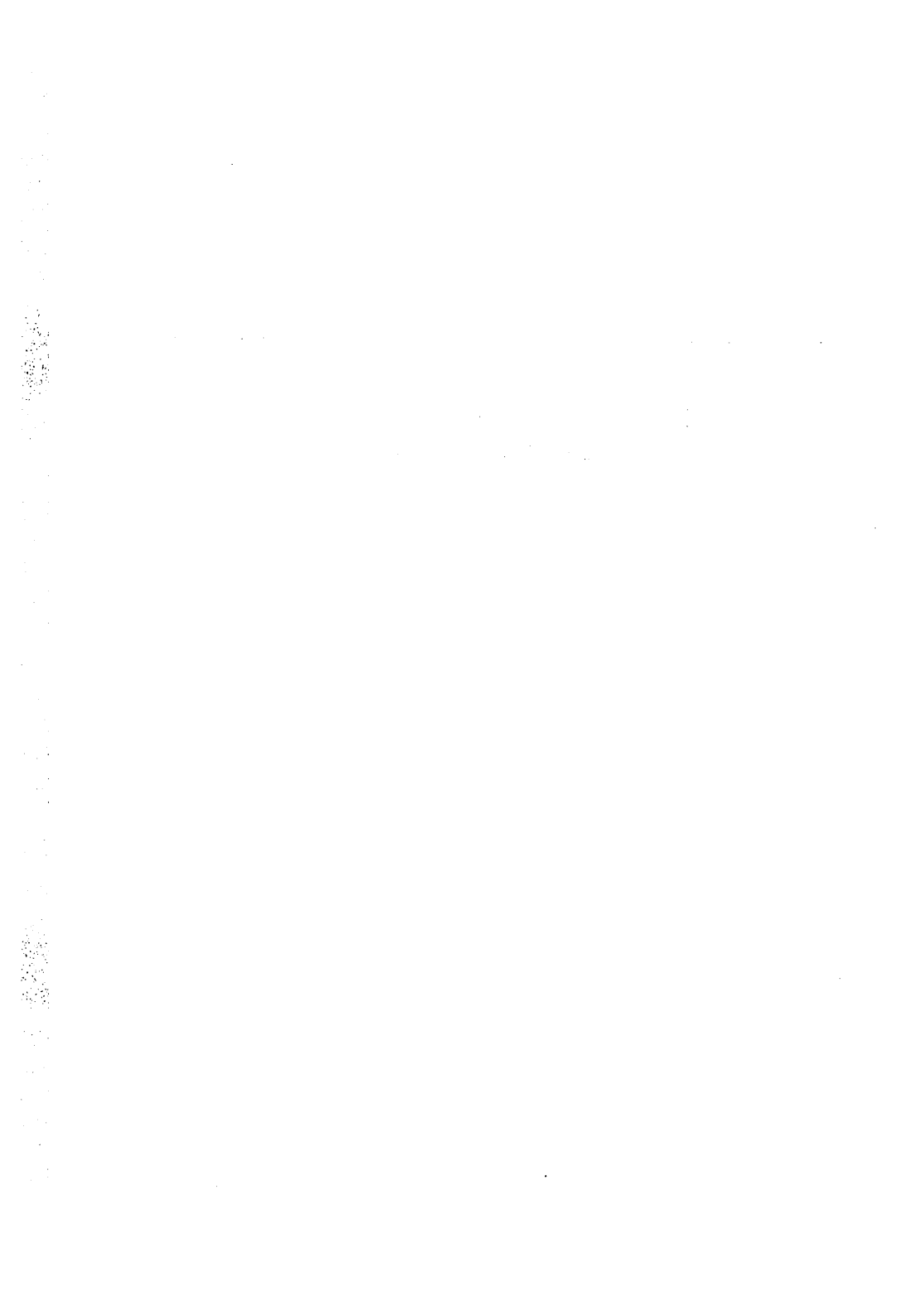
*Virgílio de Carvalho*  
Capitão-de-mar-e-guerra

---

**CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS DO PLANO  
DE MODERNIZAÇÃO DA SIDERURGIA**

---

*C. A. Raposeiro*





---

## CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS DO PLANO DE MODERNIZAÇÃO DA SIDERURGIA

---

- 1 — INTRODUÇÃO
- 2 — A SIDERURGIA NA ECONOMIA NACIONAL
- 3 — CONFIGURAÇÃO ACTUAL DO SECTOR
- 4 — PORQUÊ UM PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL (PSN)
- 5 — EVOLUÇÃO DO PROJECTO DE EXPANSÃO (PEPLS)
- 6 — PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DA SIDERURGIA (PMPLS)
- 7 — SITUAÇÃO DO PROJECTO. SUA CONCLUSÃO
- 8 — CONFIGURAÇÃO APÓS PROJECTO
- 9 — CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DO PROJECTO E DOS SEUS EFEITOS

### 1. *INTRODUÇÃO*

Não obstante a actividade siderúrgica se ter revelado, desde 1961, uma poderosa alavanca no desenvolvimento económico e tecnológico do País, o processo de expansão e modernização desta actividade, desencadeado em meados da década de 70, tem sofrido obstruções e críticas, normalmente tendenciosas, simplistas e mal fundamentadas.

Apresentam-se aqui os dados mais relevantes para a caracterização e avaliação do projecto de modernização da siderurgia, na versão mínima indispensável à sobrevivência desta actividade em condições de viabilidade económica e sem protecctionismos além dos resultantes da eventual adesão à CECA.

Todos os valores com expressão monetária serão, salvo indicação em contrário, quantificados a preços do quarto trimestre de 1982.

## 2. A SIDERURGIA NA ECONOMIA NACIONAL

A produção siderúrgica, como actividade económica, caracteriza-se essencialmente e potencialmente (capacidade) como segue <sup>(1)</sup>:

— Valor bruto da produção total	35 500 M. c.	
— Valor bruto da produção de longos	24 600 M. c.	
— Valor bruto da produção de planos	10 900 M. c.	
— VA na Empresa nos produtos longos	10 570 M. c.	(43 % S/V)
— VA na Empresa nos produtos planos	2 400 M. c.	(22 % S/V)
— VA total na Empresa	12 970 M. c.	(36,5 % S/V)
— VAN nos produtos longos	13 650 M. c.	(55,5 % S/V)
— VAN nos produtos planos	2 750 M. c.	(25,3 % S/V)
— VAN na produção total	16 400 M. c.	(46,2 % S/V)

Pela especial relevância que assume o fabrico de produtos longos, apresentam-se os gráficos Anexo 1 e Anexo 2 que explicitam a estrutura de custos, VAB e VAN, na actual configuração da Siderurgia Nacional e para esta gama de produtos.

A quebra no mercado interno, a exportação ( $\approx 5,6 \times 10^6$  contos) a preços menos vantajosos que os internos e o nível de actividade de 89/73 por cento <sup>(2)</sup> na produção de longos e de 77 por cento na produção de planos, determinam no entanto a ocorrência dos seguintes valores previsíveis para 1983:

Produtos	Vendas	VA (SN)	VA (ind.)	VAN	VAN/VAN máx.
Longos <sup>(3)</sup>	19 200	7 580	2 380	9 960	0,73
Planos	8 900	1 520	270	1 790	0,65
TOTAL	28 100	9 100	2 650	11 750	0,71

— Emprego directo .....	6 100 PT
— Emprego indirecto .....	4 600 PT
— Emprego total .....	10 700 PT

<sup>(1)</sup> A preços de m. i. de Novembro de 1982.

<sup>(2)</sup> Valores referentes a capacidade integrada/capacidade de laminagem.

<sup>(3)</sup> Inclui subprodutos.

O peso da actividade siderúrgica na economia nacional evidencia-se pelas seguintes relações:

a) VAN/PIB <sub>f</sub> ind. transf. ....	3,5 %
b) VAN/PIB <sub>f</sub> .....	1,0 %
c) PT/emprego ind. transf. ....	1,1 %
d) PT/emprego total .....	0,3 %

Quota do mercado interno em produtos longos (*) .....	87 %
Quota do mercado interno em produtos planos (*) .....	32 %
Quota do mercado interno total (*) .....	67 %

**Mercado de produtos longos:**

— Armazenistas .....	63 %
— Industriais .....	37 %

**Mercado de produtos planos:**

— Armazenistas .....	47 %
— Industriais .....	53 %

**Mercado total:**

— Armazenistas .....	61 %
— Industriais .....	39 %

Índice de GINI .....

(Ver curva de Lorenz, Anexo 3)

### 3. CONFIGURAÇÃO ACTUAL DO SECTOR

Sintetizam-se os aspectos mais relevantes.

Existe uma só empresa (pública), com duas fábricas (5).

#### 3. 1 — *Fabrico de Produtos Longos*

**Tipos:**

- Varão para betão
- Fio

(\*) Não inclui aços especiais.

(5) A fábrica do Seixal constitui a maior unidade industrial do País, com 5100 PT, área ocupada de 2,9 km<sup>2</sup> e área total de 5,2 km<sup>2</sup>.

— Perfis até 120/140 mm

— Carril

Capacidade integrada via alto-forno ... (54 %) .....	350 000 t/a
Capacidade via forno eléctrico ... (46 %) .....	295 000 t/a
Capacidade excedente de laminagem .....	105 000 t/a
Capacidade de laminagem de longos .....	750 000 t/a
Aço produzido via vazamento contínuo .....	48 %
Aço produzido via lingote .....	52 %

Os Anexos 4 e 5 esquematizam as capacidades e principais «outputs» e «inputs» das diferentes unidades.

### 3. 2 — *Fabrico de Produtos Planos*

Abrange apenas corte, laminagem a frio, recozimento, galvanização e estanhagem, realizados a partir de bobinas laminadas a quente (importadas):

Capacidade em chapa nua .....	110 000 t/a
Capacidade em chapa galvanizada .....	65 000 t/a
Capacidade em folha de flandres .....	55 000 t/a
Capacidade total em prod. planos .....	230 000 t/a

### 3. 3 — A actual configuração produtiva evidencia:

- Forte dependência de importações (quase toda a matéria-prima é importada, sendo a excepção mais relevante a sucata);
- Desajustamentos de capacidade, com reflexos negativos na produtividade e rendibilidade dos equipamentos, mão-de-obra e consumos energéticos;
- Baixas capacidades unitárias, com reflexos negativos na produtividade do capital e mão-de-obra;
- Baixa percentagem de produção via vazamento contínuo, com reflexos negativos nos rendimentos em material;
- Elevada percentagem via forno eléctrico, com a correspondente sensibilidade aos custos energéticos e oscilações da conjuntura, que se repercutem fortemente no mercado das sucatas.

3. 4 — A estrutura financeira atingiu, essencialmente em consequência de dificuldades de financiamento do plano de expansão, utilização de crédito externo e sobrecustos resultantes de excesso de pessoal e quebra de eficácia, uma situação que se traduz na absorção de 1/3 da facturação pelos encargos financeiros e perdas cambiais, sem incluir os directamente afectos ao projecto em curso, e que actualmente apresentam já valor da mesma ordem de grandeza.

#### 4. PORQUÊ UM PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL (PSN)

A concepção de um plano visando o desenvolvimento e consolidação da actividade siderúrgica em Portugal surgiu, naturalmente, em consequência dos seguintes factos:

- a) Reconhecimento da importância estratégica e estrutural do sector siderúrgico porque:
- a. 1) a metalomecânica (e afins) constitui um importante sector das indústrias transformadoras, sendo o seu desenvolvimento — dependente da indústria siderúrgica — determinante das potencialidades da industrialização e modernização do País;
  - a. 2) Existem fortes carências habitacionais e de infra-estruturas para cuja atenuação é determinante o consumo de aço;
  - a. 3) Existe já razoável domínio tecnológico da actividade siderúrgica, cujo aperfeiçoamento será indispensável para que possam encarar-se acções de apoio tecnológico a Angola e Moçambique, países que virão a desenvolver importantes actividades neste sector e no mineiro.
- b) Reconhecimento de vantagens comparativas importantes resultantes de:
- b. 1) Boa relação qualidade/custo dos recursos humanos;
  - b. 2) Disponibilidade de grandes reservas de minério de ferro, economicamente utilizáveis mediante tecnologia adequada.

- c) Possibilidade de realizar os investimentos necessários com uma forte componente nacional e num período de subutilização acentuada dos recursos internos a mobilizar.
- d) Procura interna em crescimento, globalmente superior à oferta, sendo Portugal sempre um importador líquido de produtos siderúrgicos.
- e) Importância da exploração do minério de Moncorvo na atenuação de forte assimetria em termos de desenvolvimento regional.
- f) Constituir a via adequada ao acompanhamento da evolução tecnológica da siderurgia em termos de qualidade de produtos, rendimentos e produtividades, sendo condição indispensável à preservação desta actividade no caso de Portugal vir a integrar-se na CECA.

##### 5. EVOLUÇÃO DO PROJECTO DE EXPANSÃO (PEPLS) (6)

- a) Em 26 de Abril de 1979 a RCM n.º 165/79 autoriza formalmente a Siderurgia Nacional a lançar o projecto denominado «Plano Siderúrgico — 1.ª fase». A mesma resolução define, entre outros, os seguintes parâmetros:

- Capacidade adicional — 1 milhão de toneladas
- Tecnologia — alto-forno/convertidores a oxigénio/vazamentos contínuos/dois trens acabadores (um adiado)
- Participação nacional — 60 por cento
- Financiamento:
  - das importações — 85 por cento crédito externo/prazo  $\geq$  10 anos
  - dos fornecimentos nacionais — 85 por cento crédito interno/prazo  $\geq$  10 anos

---

(6) PEPLS — Projecto de Expansão de Fabrico de Produtos Longos no Seixal.

- do capital circulante — 100 por cento crédito interno curto prazo
- cobertura restante por 2,1 milhões de contos (de 1978) de aumento do capital social e autofinanciamento (7 milhões de contos)

No último trimestre de 1983 e Janeiro de 1984 deveria concretizar-se o arranque das instalações.

O Anexo 6 representa a configuração produtiva da fábrica do Seixal após a expansão prevista.

- b) Dificuldades diversas, essencialmente resultantes da falta de financiamento para os fornecimentos nacionais, determinaram que se atingisse em fins de 1981/início de 1982 uma situação de bloqueio parcial, e que se tornou em crescente desarticulação não só no projecto mas na actividade geral da empresa.

Em Novembro de 1982, a pedido do Governo, é feita uma reavaliação do projecto de expansão do fabrico de produtos longos no Seixal (PEPLS), que se caracteriza essencialmente, e a preços constantes de Novembro de 1982, pelos seguintes parâmetros:

Investimento total em capital fixo .....	74,4 M. c.
Investimento necessário à conclusão do projecto ...	54,1 M. c.
Custo social da conclusão do projecto .....	39,5 M. c.
Comparticipação externa necessária à conclusão do projecto .....	16,2 M. c.
Comparticipação interna necessária à conclusão do projecto .....	37,9 M. c.
TIR (conclusão do projecto) .....	5 % (*)
Ganho líquido em divisas até ao ano 2000 .....	95/54 M. c. (8)
Taxa do empréstimo externo que anula o ganho de divisas .....	18,2 %/13,6 % (8)

A persistência da situação de bloqueio e a sua eventual legitimação pelos valores relativamente baixos da TIR encontrada e do elevado montante ainda necessário à conclusão do projecto, determinaram a

(7) Valor mais provável, no horizonte até 2010, para valor residual nulo do investimento e incluindo todos os investimentos de reposição até 2010.

(8) Valores com/sem utilização do minério de Moncorvo (no caso «com» os gastos em divisas relativos a Ferrominas estão incluídos).

procura de uma configuração alternativa, mais económica e mais rendível para o projecto em curso.

## 6. PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DA SIDERURGIA (PMPLS) (\*)

O projecto de modernização do fabrico de produtos longos no Seixal surge, no segundo trimestre de 1983, condicionado pelo aproveitamento dos investimentos já irreversíveis relativos ao projecto de expansão em curso, em cuja tecnologia e utilização de recursos naturalmente se insere, e com o objectivo de dotar a Siderurgia Nacional de meios de produção aptos a enfrentar com êxito a concorrência internacional em qualidade e preço. Economicamente, consiste em reduzir a capacidade de produção, suprimindo-se uma franja cujo custo marginal é mais elevado (actual linha de produção de aço bruto) e cujo proveito marginal (semiprodutos para exportação) é mais baixo, reduzindo-se ao mesmo tempo, substancialmente, o investimento necessário à conclusão do projecto.

O Anexo 7 compara graficamente a extensão do projecto de modernização (PMPLS) com a do projecto de expansão aprovado (PEPLS), mostrando o Anexo 8 fluxogramas das configurações e ganhos de produtividade de mão-de-obra e consumos específicos dos novos circuitos. As alterações resultantes, em termos de capacidade, sintetizam-se como segue:

	<i>De (actual)</i>	<i>Para (PMPLS)</i>	<i>Em vez de (PEPLS)</i>
Gusa	385	980	1 365
Aço LBE	418	1 168	1 586
Aço FE	120	120	120
Aço bruto	538	1 288	1 706
Prod. longos	475 ± 20	938 ± 20	938 ± 20
Exced. billetes	—	210 ± 10	627 ± 36
Défice de coque	—	± 0	272

O investimento total reduz-se de 18,6 milhões de contos, passando a um total de 55,8 milhões, a preços de Novembro de 1982.

(\*) Projecto de modernização do fabrico de produtos longos no Seixal.



O quadro seguinte compara os orçamentos do PEPLS e o PMPLS:

INVESTIMENTO EM CAPITAL FIXO

(10<sup>3</sup> contos)

	PEPLS	PMPLS	Diferença
			Valor
Generalidades	1 500	1 500	—
P. M.-Primas	7 836	2 839	— 4 997
Alto Forno II	7 086	7 086	—
Aciaria II	13 958	13 370	— 588
Trem de Fio	8 650	7 535	— 1 115
Infra-estruturas	7 764	6 073	— 1 691
Serviços Gerais	10 592	9 393	— 1 199
Orçamento Técnico	57 386	47 796	— 9 590
Seguros	190	190	—
Coordenação e Gestão	1 565	1 343	— 222
Peças de Reserva	1 997	1 750	— 247
Centro de Formação	430	100	— 330
Formação de Pessoal	1 426	1 200	— 226
Imprevistos Gerais	4 036	3 430	— 606
Subtotal	9 644	8 013	— 1 631
<b>TOTAL 1</b>	<b>67 030 (a)</b>	<b>55 809</b>	<b>— 11 221</b>
— Unidades Complementares			
Central O <sub>2</sub>	2 056 (b)	—	
Forno Cal	559 (c)	—	
<b>TOTAL 2 (a+b+c)</b>	<b>69 645</b>	<b>55 809</b>	<b>— 13 836</b>
Porto Graneleiro	4 800	—	— 4 800
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>74 445</b>	<b>55 809</b>	<b>— 18 636</b>

O emprego a criar na Siderurgia Nacional reduz-se de 820 postos de trabalho relativamente ao PEPLS, o que dá um acréscimo de cerca de 1400 relativamente à situação actual.

7. SITUAÇÃO DO PROJECTO. SUA CONCLUSÃO

Os investimentos já realizados e em curso, correspondentes a compromissos assumidos pela empresa, traduzem-se num grau de avanço considerável em termos de custos efectivos do projecto. O quadro seguinte resume a situação no fim de 1982, que entretanto já sofreu uma evolução sensível, correspondente ao vencimento das obrigações relativas a grande parte do grupo (2) — comprometido e a pagar.

SITUAÇÃO DO PMPLS

Situação	Origem Fornecimento	Montante 10 <sup>3</sup> contos	%		
			Total	Nac.	Estr.
Comprometido e pago (1)	Nac. directo	4 509	8,1	12,3	×
	Estrangeiro	4 494	8,1	×	23,6
	TOTAL	9 003	16,2	×	×
Comprometido a pagar (2)	Nacional	4 645	8,3	12,6	×
	Estrangeiro	6 718	12,0	×	35,2
	TOTAL	11 363	20,3	×	×
Pago e a pagar (3) = (1) + (2)	Nacional	9 154	16,4	24,9	×
	Estrangeiro	11 212	20,0	×	58,8
	TOTAL	20 366	36,4	×	×
A encomendar (4)	Nacional	27 584	49,4	75,1	×
	Estrangeiro	7 859	14,1	×	41,2
	TOTAL	35 443	63,5	×	×
TOTAL (5) = (3) + (4)		55 809	100,0	100,0	100,0

Obs. Não estão incluídos juros.  
Preços de Novembro de 1982.

Note-se que a componente de importação directa está já assumida a cerca de 59 por cento, faltando realizar, para a conclusão do projecto, importações no valor de apenas cerca de 14 por cento do investimento total em capital fixo.

Porque a conclusão do projecto depende essencialmente de prestações internas no valor de cerca de 50 por cento do investimento total, provenientes dos sectores da construção civil, metalomecânico, electromecânico, e de montagens, e porque grande parte das matérias-primas a transformar pela metalomecânica está já adquirida e estes sectores se encontram com níveis de actividade muito aquém da sua plena ocupação, estima-se que o custo social relativo à conclusão do projecto é da ordem de 21 M. c. Os Anexos 9 e 10 representam os cronogramas de despesas de investimento e de FBCF, no caso de se realizar ou não o projecto, *pressupondo neste caso, como mera hipótese, a viabilidade da Empresa sem renovação tecnológica significativa* (apenas realizando grandes reparações e algumas melhorias ao nível dos trens).

A realização do projecto de aproveitamento do minério de Moncorvo e a ligação da Siderurgia Nacional à rede ferroviária, cujo interesse parece indiscutível, acarretariam um acréscimo de investimento da ordem de 17 M. c. (de Novembro 82), com uma importante componente nacional.

## 8. CONFIGURAÇÃO APÓS PROJECTO

Após a realização do projecto de modernização, o fabrico de produtos longos no Seixal assume a configuração representada no Anexo 11, que se evidencia muito mais equilibrada relativamente ao balanço energético e de materiais do que a situação actual ou o plano de expansão truncado que foi inicialmente aprovado.

A estrutura de custos VAB e VAN é explicitada nos gráficos dos Anexos 12 e 13, considerando-se as receitas nas hipóteses alternativas.

- a) *Vendas Variante I* — corresponde a admitir que o excedente do m. i. é exportado a preços correntes no mercado internacional, não CECA, praticamente preços de «dumping».
- b) *Vendas Variante II* — corresponde a admitir que o excedente do mercado interno se exporta em 50 por cento para países da CECA, e aos preços mínimos respectivos.
- c) *Vendas para o mercado interno* — retrata o que aconteceria se o m. i. absorvesse toda a produção prevista.

d) *Vendas exportação* — retrata o que se verificava se toda a produção fosse exportada a preços de «dumping».

As despesas em divisas com e sem exploração do minério de Moncorvo evidenciam o forte contributo de utilização dos minérios nacionais.

## 9. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DO PROJECTO E DOS SEUS EFEITOS

### 9. 1 — «Peso» na Economia Nacional

Valor bruto da produção total .	50 900 M. c. <sup>(10)</sup>
Valor bruto da produção de longos .....	40 000 M. c. <sup>(10)</sup>
Valor bruto da produção de planos .....	10 900 M. c. <sup>(10)</sup>
VA na empresa na produção de longos .....	19 200 M. c. <sup>(10)</sup> — (48 % S/V)
VA na empresa na produção de planos .....	2 400 M. c. <sup>(10)</sup> — (22 % S/V)
VA total na empresa .....	21 600 M. c. <sup>(10)</sup> — (42 % S/V)
VAN nos produtos longos .....	27 000 (M. c.) — <sup>(11)</sup> — (67,5 %)
VAN nos produtos planos .....	2 750 (M. c.) — <sup>(10)</sup> — (25,3 %)
VAN na produção total .....	29 750 (M. c.) — <sup>(11)</sup> — (58,4 %)
Emprego directo na Siderurgia Nacional .....	7 500 PT
Emprego indirecto .....	8 000 PT
Emprego total .....	15 500 PT

O peso previsional da actividade siderúrgica na economia nacional em 1983 será:

a) VAN/PIB <sub>f</sub> ind. transf. ....	4,4 % <sup>(12)</sup>
b) VAN PIB <sub>f</sub> .....	1,3 % <sup>(12)</sup>

<sup>(10)</sup> A preços do m. i.

<sup>(11)</sup> A preços do m. i. e s/Moncorvo; a preços de «dumping» será 34 por cento s/Moncorvo e 47 por cento c/Moncorvo.

<sup>(12)</sup> Admitiu-se PIB<sub>f</sub> = 2132 M. c. e PIB<sub>f</sub> (ind. transf.) = 620 M. c. a preços de 1982. Admitiu-se 18,5 por cento de exportação a preços mínimos.

### 9. 2 — *Ganho de Divisas*

Em consequência do projecto resulta um ganho<sup>(13)</sup> líquido médio anual de divisas da ordem de 7 a 9 milhões de contos, que se traduz num ganho líquido até ao ano 2000 da ordem  $66 \pm 7$  milhões de contos<sup>(14)</sup>. A realização do projecto Moncorvo elevaria este valor, no mesmo horizonte temporal, para  $100 \pm 7$  milhões de contos.

A taxa de juro real que anularia o fluxo em divisas até ao ano 2000 seria de 18 por cento sem Moncorvo e de 21,5 por cento com Moncorvo.

### 9. 3 — *TIR*

A TIR foi calculada para um espectro de preços de mercado interno e mercado externo apresentando um valor provável — a preços constantes — superior a 8,6 por cento.

O Anexo 14 mostra a sensibilidade da TIR às variações dos preços do mercado.

### 9. 4 — *Posição em relação às soluções alternativas*

A posição do PMPLS em relação às soluções alternativas é representada no Anexo 15.

Comparam-se aí, a preços de mercado interno:

- a) Configuração actual a 750 000 t/a
- b) Configuração actual a 625 000 t/a
- c) Configuração PEPLS a 1 650 000 t/a
- d) Configuração PMPLS a 1 200 000 t/a

A configuração c) está, naturalmente, beneficiada em relação à realidade pela impossibilidade de escoar toda a produção a preço do mercado interno. O mesmo se pode dizer em relação à solução d) mas em muito menor escala.

---

<sup>(13)</sup> Valorizando as exportações a preços mínimos.

<sup>(14)</sup> Inclui os gastos em divisas do investimento inicial e investimentos de «reposição».

A solução *d)* — PMPLS — evidencia vantagens estruturais importantes relacionadas com o maior peso do minério na produção, um peso da sucata mais equilibrado com a oferta interna, reduzido peso da mão-de-obra e redução drástica do peso da energia.

*C. A. Raposeiro*

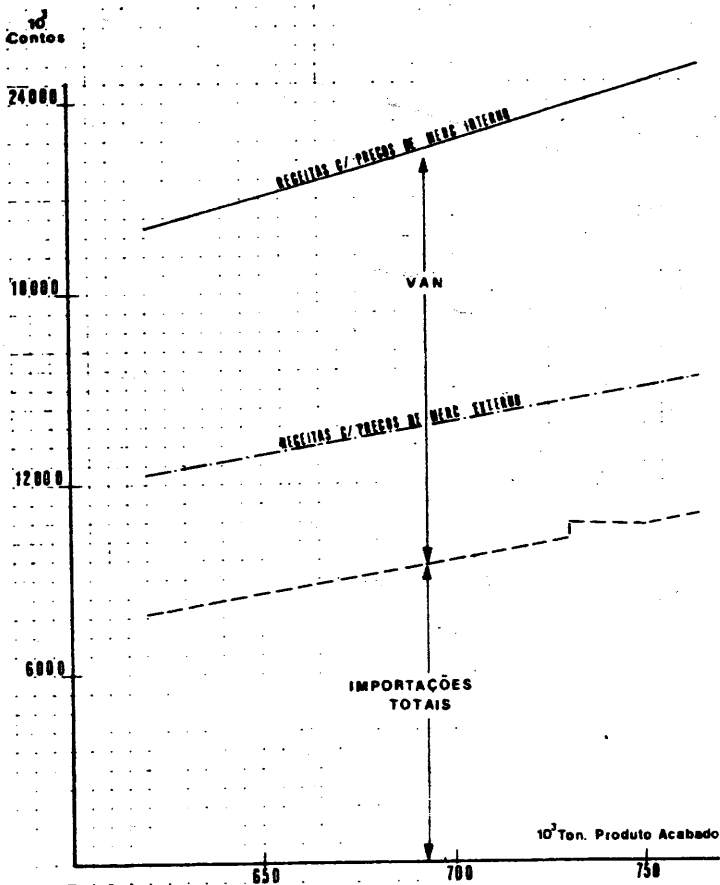
## **ANEXOS**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



Anexo 1

**PRODUTOS LONGOS**  
**SEIXAL + MAIA**  
**S/ PEPLS**  
**VAN / RECEITAS DE VENDA**

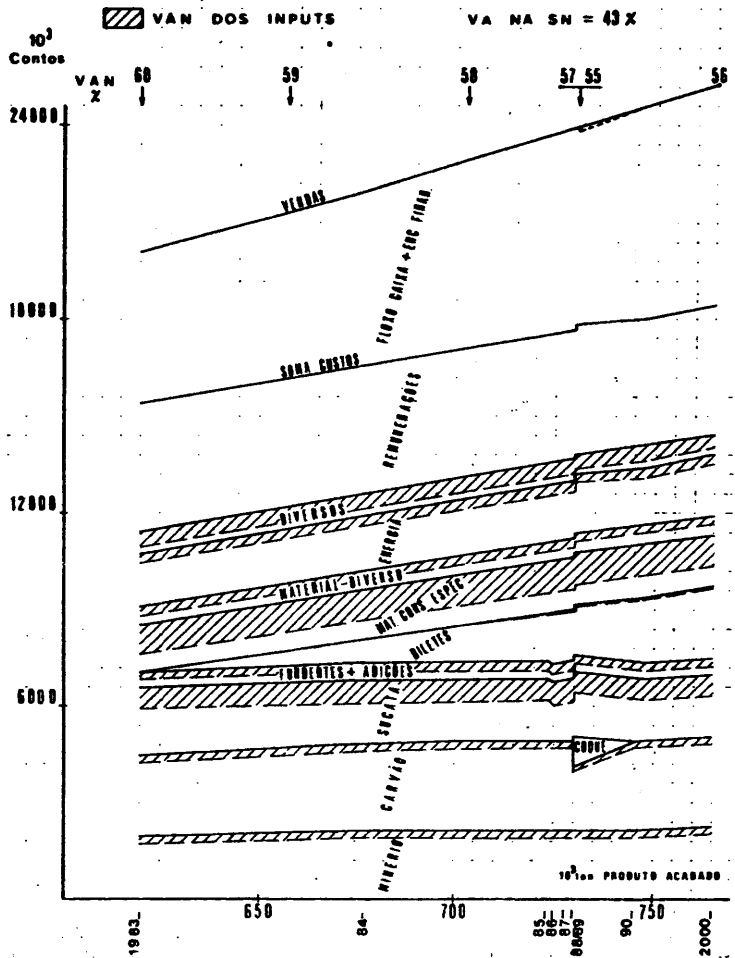


Anexo 2

# PRODUTOS LONGOS

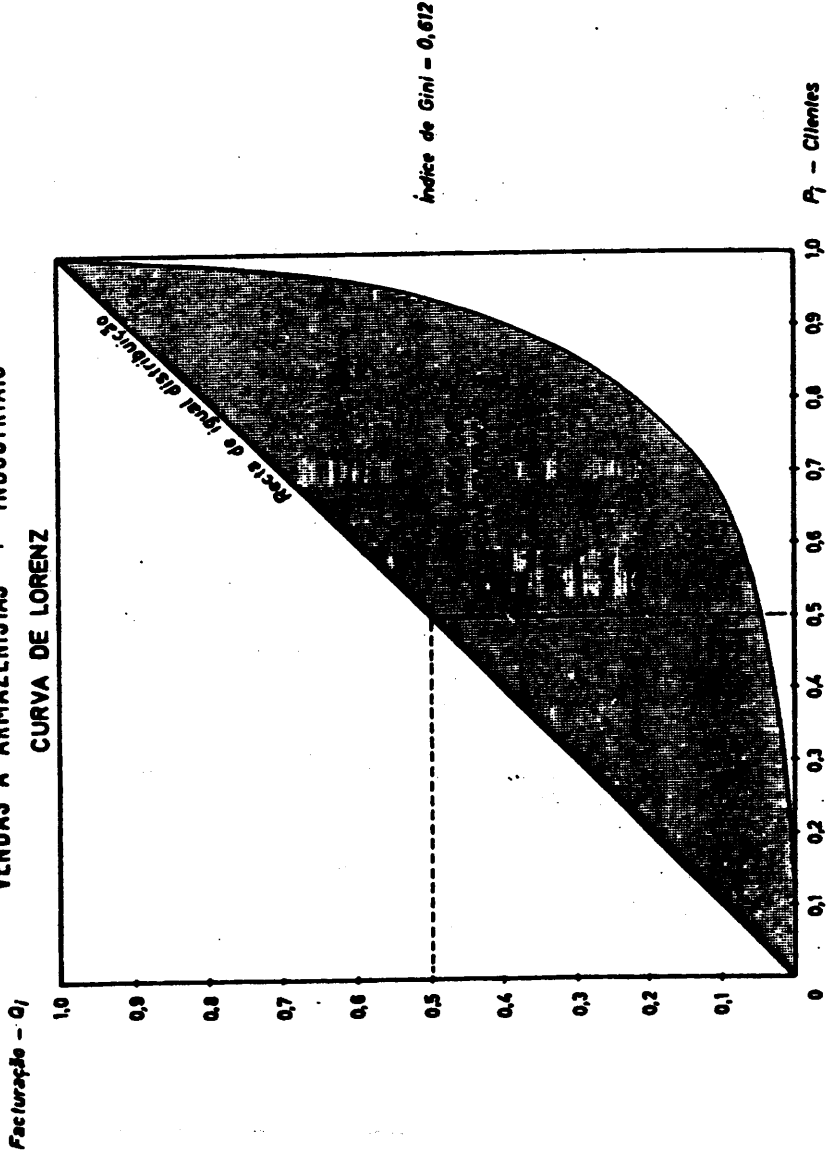
SEIXAL + MAIA

S/ PEPLS



Anexo 3

**GRÁFICO XIX**  
 **VENDAS A ARMAZENISTAS + INDUSTRIAIS**  
 **CURVA DE LORENZ**



Anexo 4

VALORES NOMINAIS DO BALANÇO DE MATERIAIS\* - PROD. LONGOS  
SEIXAL (S/ P.E.P.L.S.)

QUADRO I

CARGA DAS INSTALAÇÕES				UNIDADE TRANSFORMADORA	PRODUÇÕES	
MATERIAL	ORIGEM				QUANT.	MATERIAL
	ESTRANG.	NACIONAL	SN	10 <sup>3</sup> t		
CRUÍDO	345	-	-	COQUERIA	223	Coque Met.
					34	Fin. Coque
Min. Fin./Recup.	257	58	107*	SINTERIZAÇÃO	360	SÍNTER
Coque Fino	-	-	32			
Fundentes	-	88	-	ALTO-FORNO	385	GUSA
Sínter	-	-	360			
Minérios Graços	-	-	-			
Pelotas	-	295	-			
Coque Met.	-	-	217			
Fundentes	-	47	-			
Soda	-	1,7	-			
Castina	-	58	-	FORNO DA CAL	32	CAL
Coque	-	-	3			
Energia Eléct.	-	26.000MWh	-	CENT. OXIGÊNIO	37x10 <sup>6</sup> m <sup>3</sup>	OXIGÊNIO
Sucata	25	70	36	FORNO ELÉCTRICO	120	AÇO LÍQUIDO
Energ. El. Fusão	-	70.800MWh	-			
Cal	-	-	2.5			
Adições Metál.	-	0.4	-			
Adições Não Met.	-	-	0.1			
Gusa	-	-	385			
Sucata	-	-	66	CONVER TIDOR	418	AÇO LÍQUIDO
Cal	-	-	29			
Adições Metál.	0.3	2	-			
Adições Não Met.	0.8	0.2	-			
Coque	-	-	0.2			
Oxigênio	-	-	20,4x10 <sup>6</sup> m <sup>3</sup>	LBE		
Aço Líquido	-	-	408	NAVE DE VAZAM.	400	ACÓ LÍQ.
Aço Líquido	-	-	130	VAZ. CONF.	120	AÇO
Aço Lingote	-	-	400	F. BLOCOS	327	BILLETES
Aço Bilete	7 - 50	-	315 - 326	F. CONTÍNUO	25	P. RESERVOS
Aço Bilete		-	90 - 106	F. MEDIO	300 - 310	RESERVOS
Aço Bilete		-	49 - 65	F. LIGEIRO	85 - 100	CANALOS
					45 - 60	

VALORES NOMINAIS DO BALANÇO DE MATERIAIS\*

FÁBRICA DA MAIA

QUADRO II

CARGA DAS INSTALAÇÕES				UNIDADE TRANSFORMADORA	PRODUÇÕES	
MATERIAL	ORICEM				QUANT.	MATERIAL
	ESTRANG.	NACIONAL	SN		10 <sup>3</sup> t	
SUCATA	185	25	26	FORNO ELÉCTRICO	215	AÇO LÍQUIDO
ENERGIA EL.FUEL	-	129 Gwh	-			
CAL	-	10	-			
FERRO-LIGAS	0.1	3.1	-			
COQUE	-	-	1.7			
AÇO LÍQUIDO	-	-	215	V. CONTÍNUO	205	AÇO BILETE
AÇO BILETE	89 - 142 <sup>(a)</sup>	-	205	TREM DE FIO	280-330	P.ACABAD.

\* Fluxos mais relevantes sem energia nem gases combustíveis

(a) Abastecido pelo Seixal com P.E.P.L.S.

Anexo 6

VALORES NOMINAIS DO BALANÇO DE MATERIAIS\* - PROD. LONGOS

SEIXAL APÓS EXPANSÃO (C/ P.E.P.L.S.)

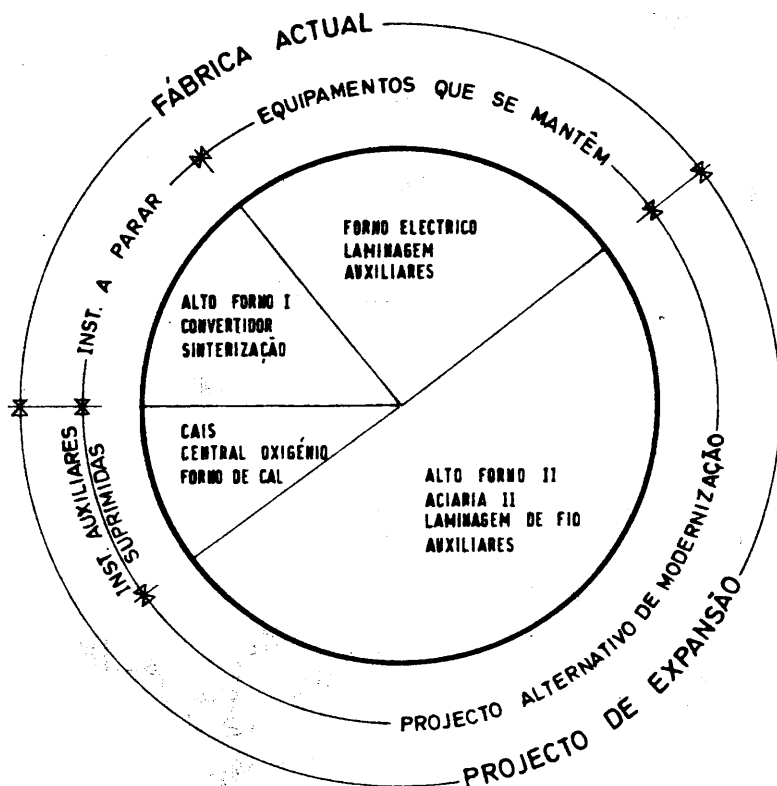
QUADRO III

CARGA DAS INSTALAÇÕES				UNIDADE TRANSFORMADORA	PRODUÇÕES	
MATERIAL	ORIGEM				QUANT.	MATERIAL
	ESTRANG.	NACIONAL	SN		-10 <sup>3</sup> t	
CARVÃO	732	-	-	COQUERIA	474	Coque Met.
					72	Fin. Cog.
Mín. Fino/Recup <sup>2</sup>	210	70	126*	SINTERIZAÇÃO	360	SINTER
Coque	14	-	18			
Fundentes	-	117	-	ALTOS-FORNOS	1.365	GUSA
Sínter	-	-	360			
Minério Grado	20	-	-			
Péletes	1.457	328	-			
Coque	272	-	460			
Fundentes	-	164	-	FORNO DA CAL	32	CAL
Soda	-	6	-			
Castina	-	58	-	CENT. OKIGÊNIO	95.10 <sup>6</sup> m <sup>3</sup>	OKIGÊNIO
Coque	-	-	3			
Energia Eléctr.	-	59.000 MWh	-	FORNO ELÉCTRICO	1.706	AÇO LÍQUIDO
Sucata	131	-	-			
Energ. El. Fusão	-	70.800 MWh	-			
Cal	-	-	2.5			
Adições Metál.	-	414	-			
Adições Não Met.	-	-	0.1			
Gusa	-	-	1.365			
Sucata	112	70	164			
Cal	-	39	30			
Adições Metál.	3	10	-			
Adições Não Met.	1	30	-			
Coque	-	-	0.6			
Oxigénio	-	-	78.6x10 <sup>6</sup> m <sup>3</sup>	CONVERTIDORES LBE	1.586	AÇO LÍQUIDO
Aço Líquido	-	-	408			
Aço Líquido	-	-	1.288	NAVE DE VAZIM.	400	AÇO LÍNG.
Aço Lingote	-	-	400	V.C.-(I+II)	1.242	AÇO
				TREN DE BLOCOS	327	BILETE
					25	P. PESADO
Aço Bilete	-	-	315 - 326	F. CONTÍNUO	300 - 310	PRODUTOS ACABADOS
Aço Bilete	-	-	20 - 106	F. MÓDULO	85 - 100	
Aço Bilete	-	-	49 - 65	F. LIGEIRO	45 - 60	
Aço Bilete	-	-	482	E DE F30	463	
Aço Bilete	-	-	663 - 591	EXCED. BILETES	(63 - 591)	

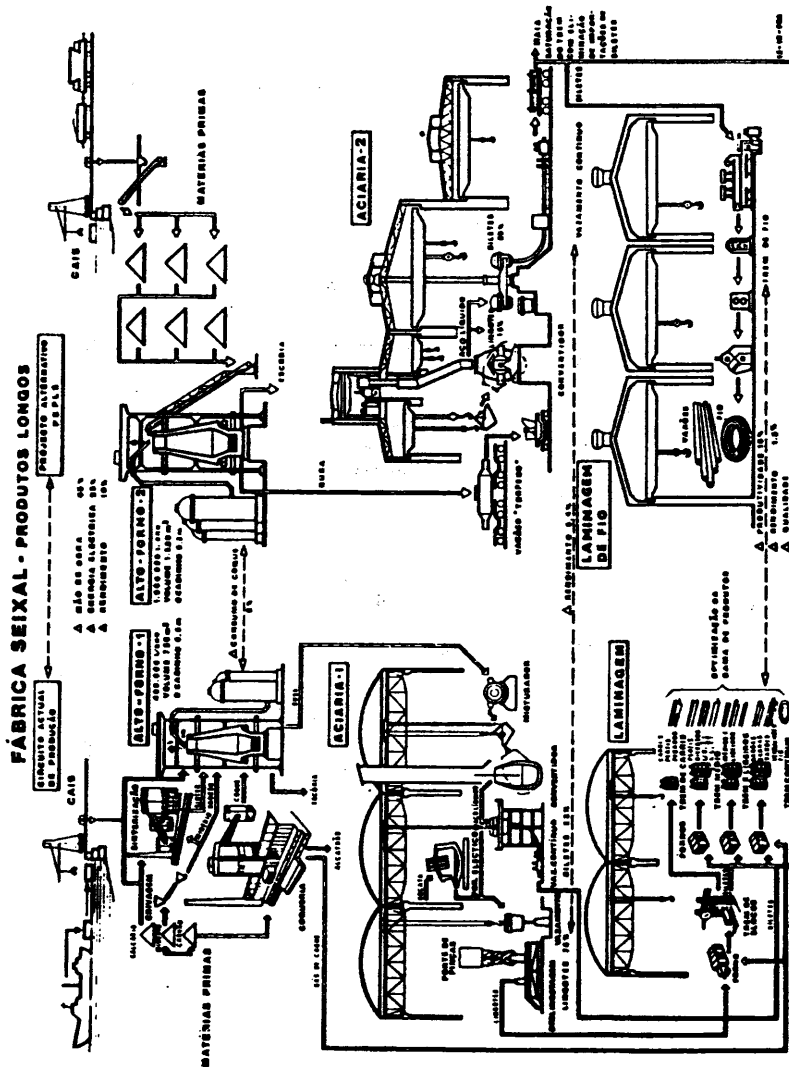
(a) O Tren de Tria absorve 89 a 142; excedente = 574 a 449

**SIDERURGIA NACIONAL E.P.**

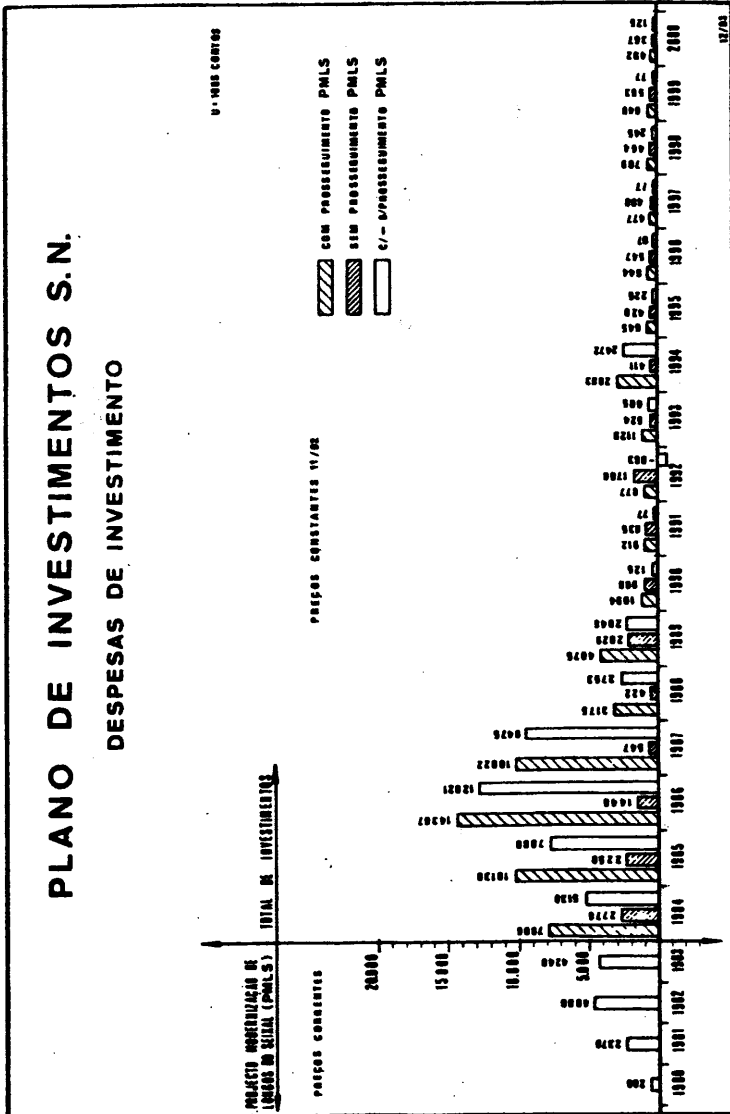
**FÁBRICA DE PRODUTOS LONGOS DO SEIXAL  
INSTALAÇÕES ACTUAIS E PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO**



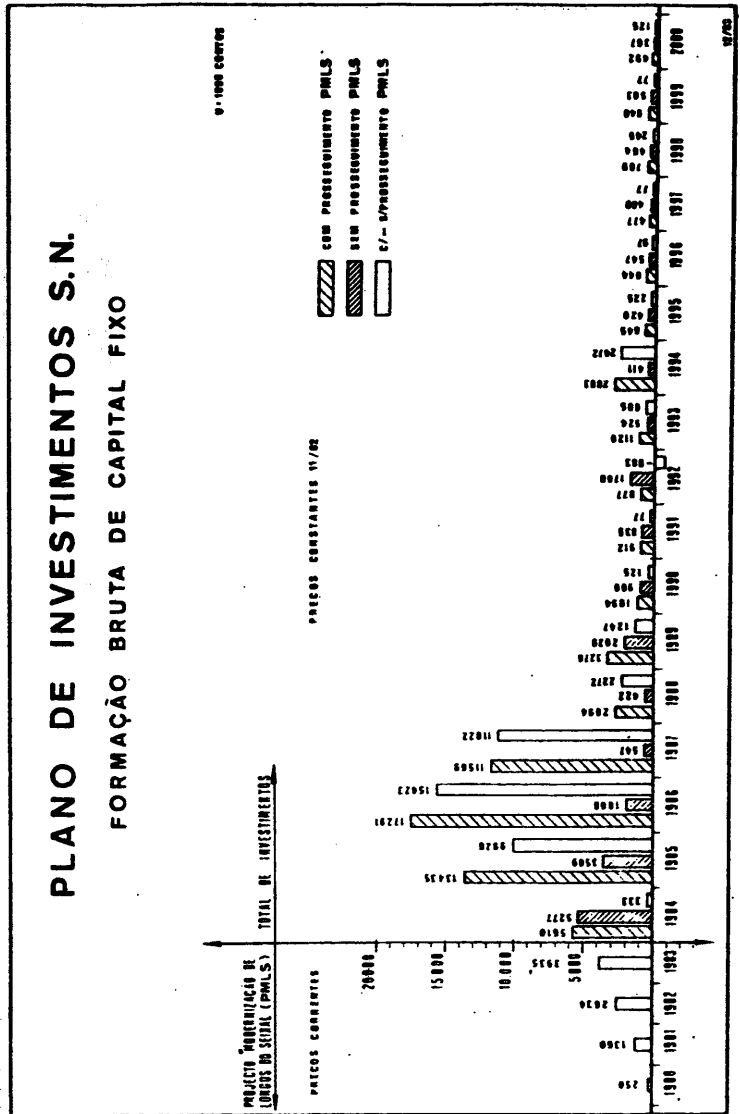
Anexo 8







Anexo 10



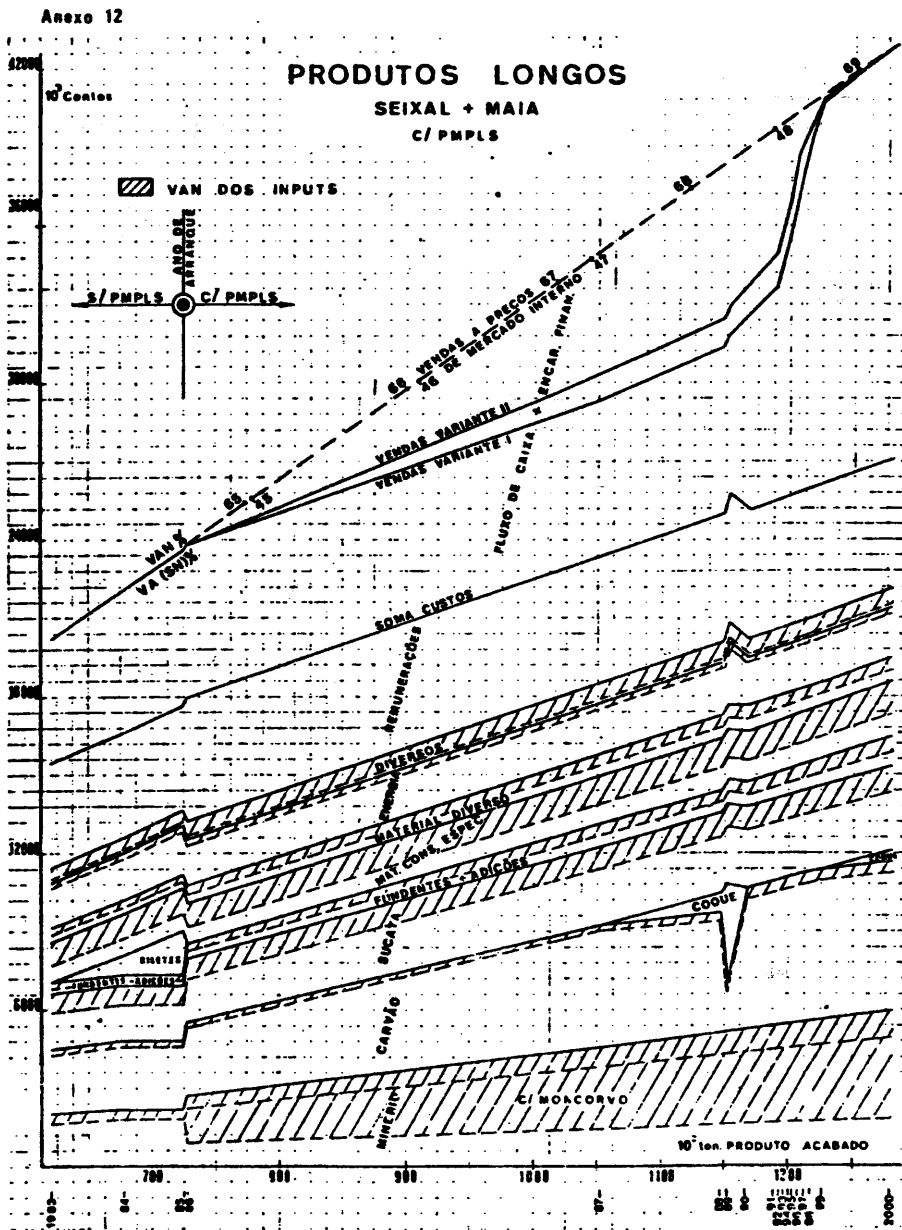
VALORES NOMINAIS DO BALANÇO DE MATERIAIS

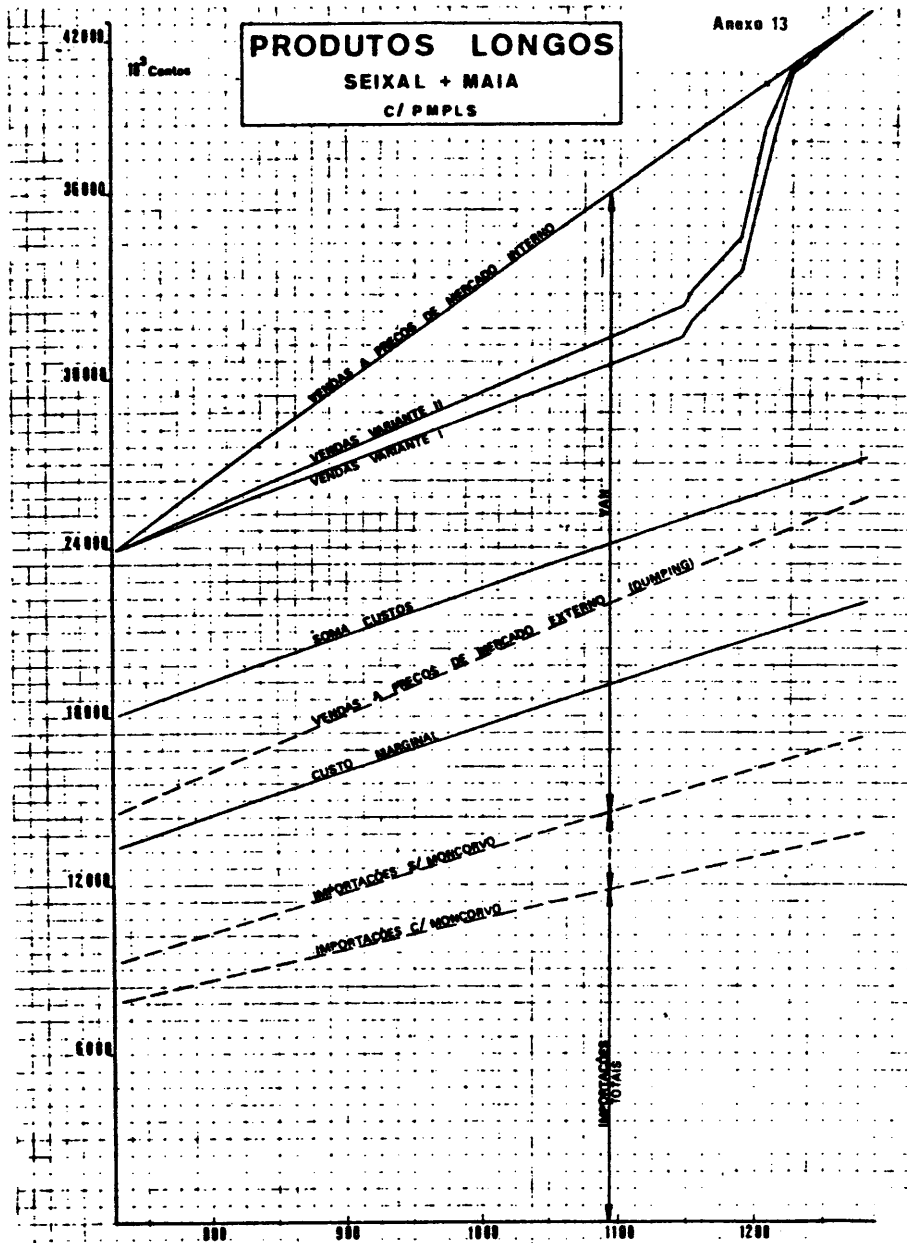
Anexo 11

Produtos Longos do Seixal após PMLS

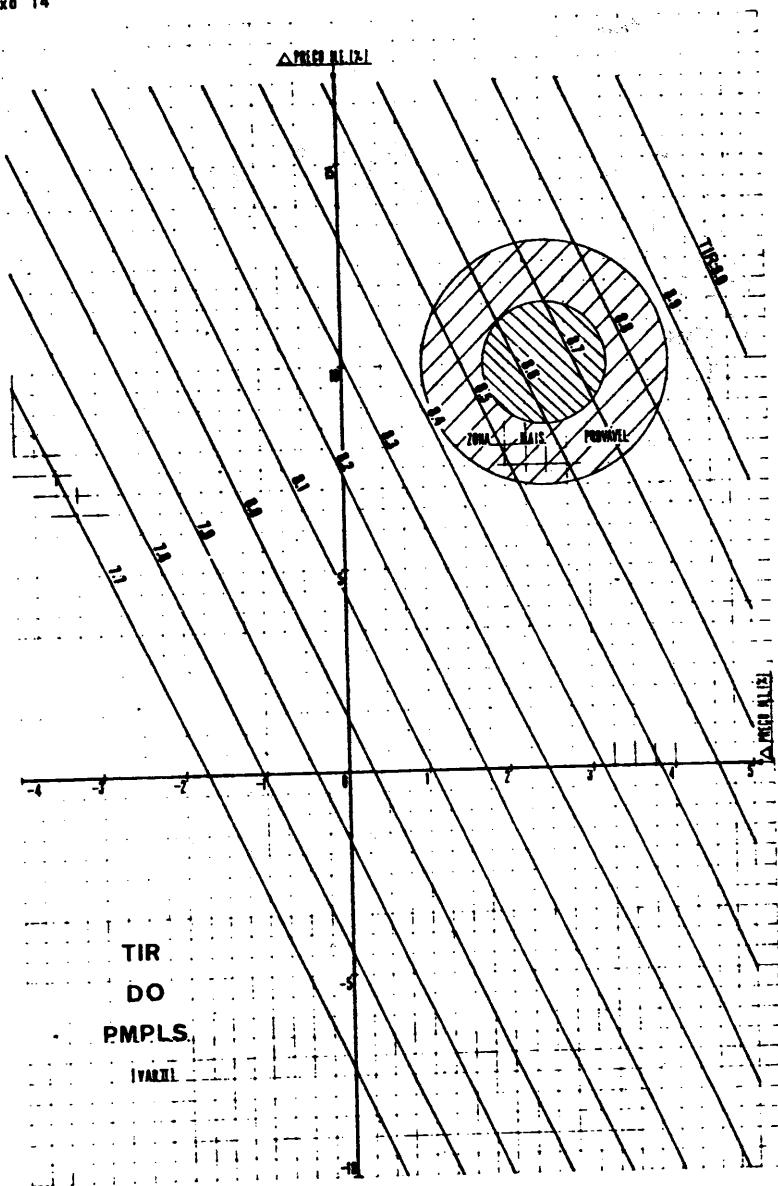
MATERIAL	CARGA DAS INSTALAÇÕES			UNIDADE TRANSFORMADORA	PRODUÇÕES	
	ORIGEM				QUANT.	MATERIAL
	ESTRANG.	NACIONAL	SM		10 <sup>3</sup> t	
CARVÃO	732	-	-	COQUERIA	474	Coque Met.
Min.Fino/Recup. <sup>a</sup>	210	70	126 <sup>a</sup>		72	Fin. Coq.
Coque	-	-	32	SINTERIZAÇÃO	360	SINTER
Fundentes	-	117	-			
Sinter	-	-	360			
Minério Grado	20	-	-		980	GUSA
Péletes	1.162	328	-	ALTO-FORNO		
Coque	55	-	460			
Fundentes	-	117	-		220	ESCÓRIA
Soda	-	-	-			
Castina	-	58	-			
Coque	-	-	3	FORNO DA CAL	32	CAL
Energia Eléct.	-	69.000 kWh	-	CENT. OXIGÉNIO	95x10 <sup>6</sup> Nm <sup>3</sup>	OXIGÉNIO
Sucata	131	-	-			
Energ.El.Fusão	-	70.800 kWh	-	FORNO ELECTRICO	120	AÇO LÍQUIDO
Cal	-	-	2,5			
Adições Metál.	-	414	-			
Adições Não Met.	-	-	0,1			
Gusa	-	-	980			
Sucata	86	70	124			
Cal	-	39	30			
Adições Metál.	3	8	-	CONVERTIDORES LBE	1.168	AÇO LÍQUIDO
Adições Não Met.	1	30	-			
Coque	-	-	0,4			
Oxigénio	-	-	38,2x10 <sup>6</sup> Nm <sup>3</sup>			
Aço Líquido	-	-	408	NAVE DE VAZAM.	400	AÇO LÍNG.
Aço Líquido	-	-	880	V.C. (I+II)	842	AÇO
Aço lingote	-	-	400	TREM DE BLOCOS	327	BILETE
Aço Bilete	-	-	315 - 326	T. CONTÍNUO	25	P. PESADOS
Aço Bilete	-	-	90 - 106	T. MÉDIO	300 - 310	
Aço Bilete	-	-	49 - 65	T. LIGEIRO	85 - 100	PRODUTOS ACABADOS
Aço Bilete	-	-	482	T. DE FIO	45 - 60	
Aço Bilete	-	-	233 - 190	EXCED. BILETES	463	
					233 - 190	(a)

(a) O Trem da Maia absorve 89 a 142; excedente = 48 a 144





Anexo 14



**ESTRUTURAS DE CUSTO (%)**

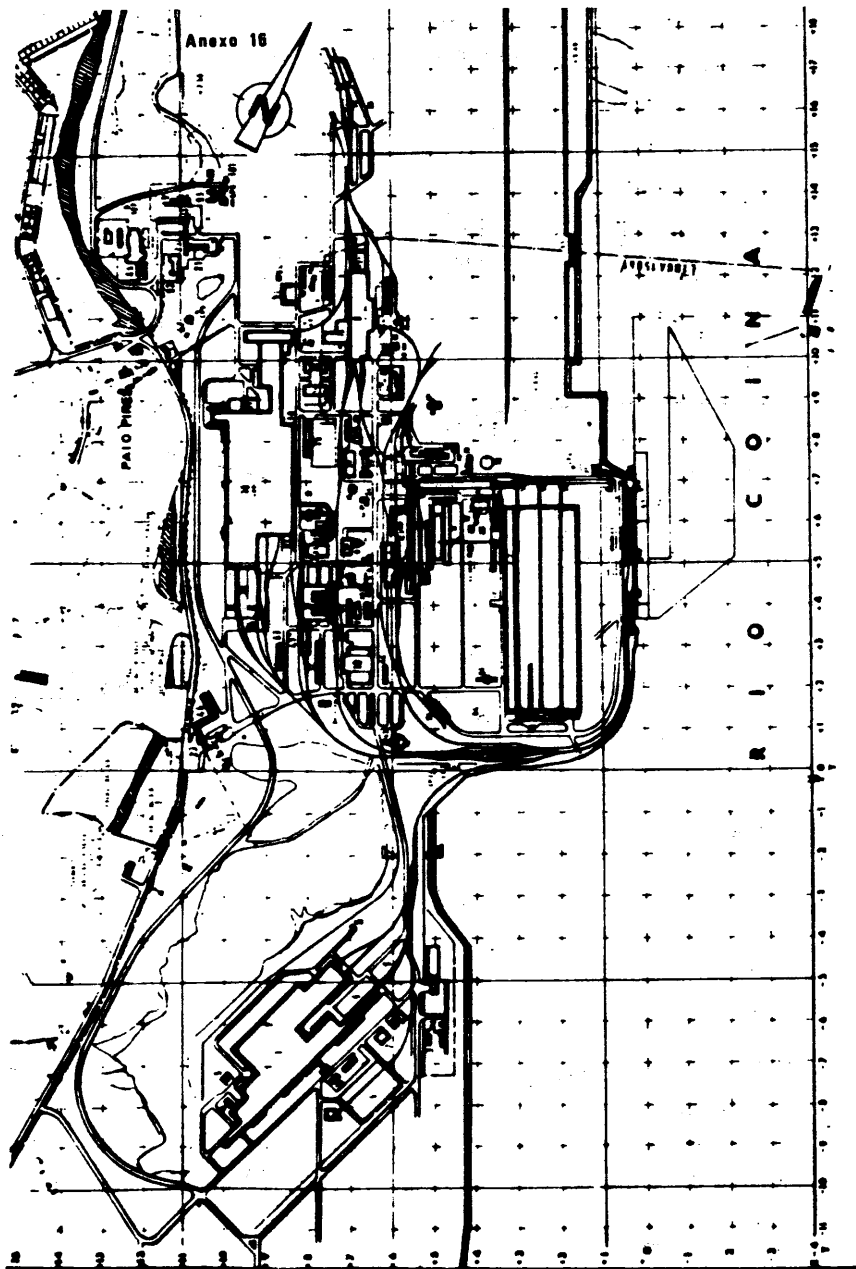
Anexo 15

**DAS**

**CONFIGURAÇÕES ALTERNATIVAS**

**(A PREÇOS DE M.I.)**

	SIT. ACTUAL 750.000 t/a	SIT. ACTUAL 825.000 t/a	PEPLS 1.850.000 t/a	PMPLS 1.200.000 t/a
MINÉRIO	8,8	9,9	17,8	13,6
CARVÃO	11,5	12,6		14,0
SUCATA	7,6		12,4	
FUND.+ ADIÇ.		10,5	20,5	
BILETES	2,1		COQUE 8,1	7,9
MAT. CONS. ESR	6,1	2,6	4,6	2,5
MAT. DIVERSAS	6,7	7,0	3,1	5,0
ENERGIA	2,4	2,9	5,7	2,5
DIVERSOS	7,2	8,3	2,2	4,3
REMUNERAÇÕES E ENC. SOCIAIS	3,1	3,5	4,6	1,9
			2,0	12,4
FLUXO DE CAIXA + ENC. FINANC.	15,8	19,3	32,0	
	26,7	23,4	27,5	35,9



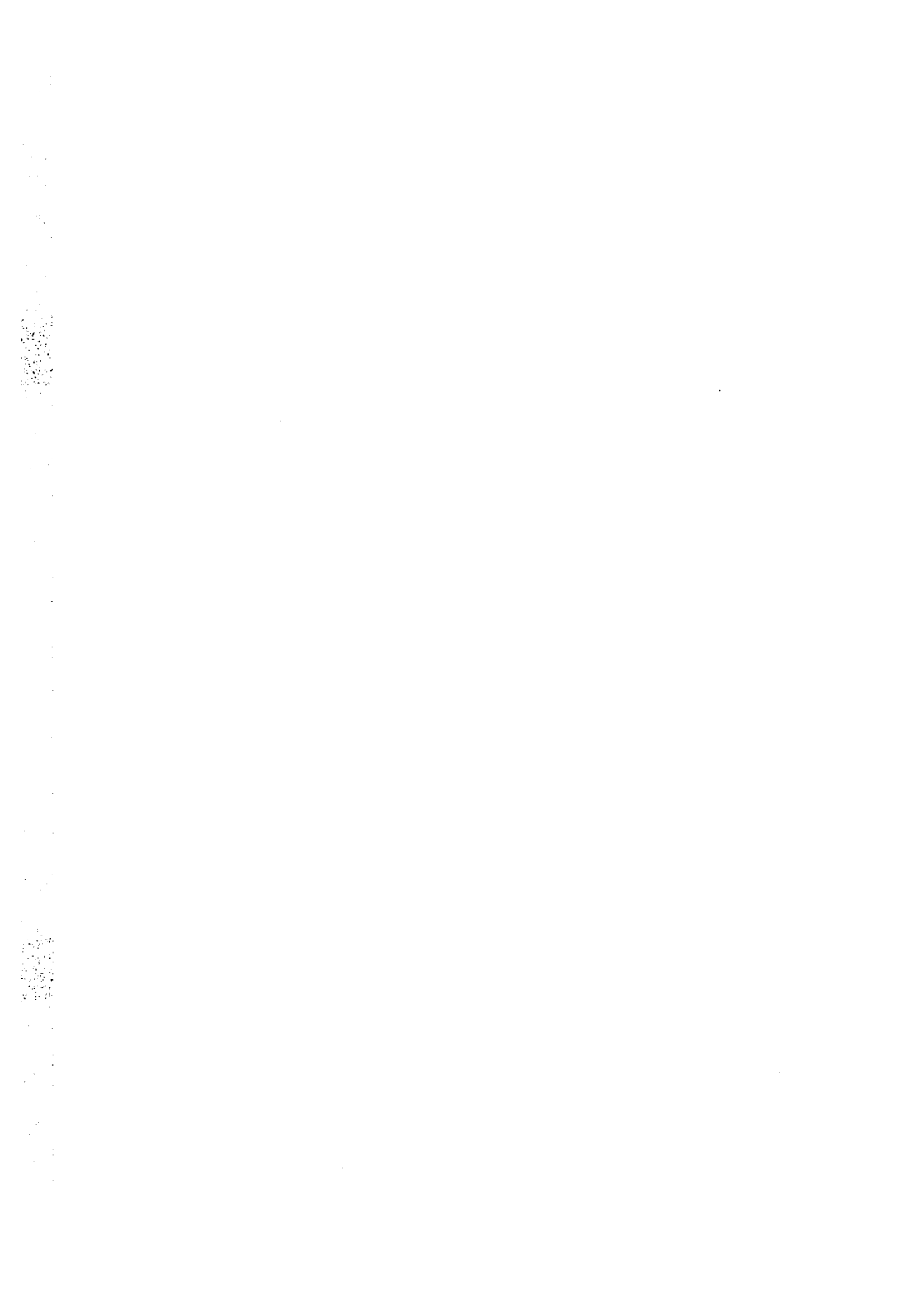


---

**INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL  
E DEFESA — O CASO PORTUGUÊS**

---

*Fernando Roldão Dias Agudo*



---

# INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL E DEFESA — O CASO PORTUGUÊS

---

## *INDICE*

1. INTRODUÇÃO. AS ACTIVIDADES DE I & D NA DÉCADA DE 60
2. AINDA A INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA DÉCADA DE 60 — UMA DÉCADA DIFERENTE. ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS
3. INVESTIGAÇÃO PARA A DEFESA
4. A CIÊNCIA EM PORTUGAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA ATE ABRIL DE 74
5. I & D EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 60
6. SITUAÇÃO ACTUAL: ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES DO SISTEMA CIENTIFICO NACIONAL
7. I & D E DEFESA NACIONAL EM PORTUGAL

## *1. INTRODUÇÃO. AS ACTIVIDADES DE I & D NA DÉCADA DE 60*

As fortes implicações da ciência e da técnica na evolução das sociedades há muito que são comumente reconhecidas em qualquer sistema político, económico e social. Países com governos totalitários ou democráticos, países com economias de mercado ou não, países capitalistas e socialistas, países «desenvolvidos» e países do Terceiro Mundo, quase todos se têm preocupado,

pelo menos a partir dos anos 60's, com a gestão da ciência e da tecnologia e sua integração na política geral.

E porquê este destaque para a década de 1960?

Quando, em Outubro de 1957, foi lançado o «Sputnik», tivemos ocasião de verificar o profundo choque que sofreram os Estados Unidos, e as consequências que daí resultaram para a evolução científica e tecnológica em todo o mundo foram incalculáveis: EUA e URSS entraram em grande competição tecnológica; os cientistas de cada lado tentavam obter dinheiros dos respectivos Governos acenando com o que no outro se estava a realizar; o prestígio (a par da defesa) era o grande critério para a fixação de prioridades; as verbas que ali se destinavam à investigação e desenvolvimento experimental (I & D) começaram a crescer consideravelmente devido, sobretudo, aos programas espaciais, militares e nucleares e, em breve, atingiram os 3 por cento do PNB. Outros países começaram também a despender verbas cada vez maiores com o mesmo fim e até se andou à procura de um «número mágico» que caracterizasse o sistema científico de um país e, através dele, o seu estado de desenvolvimento económico (para alguns uma matriz constituída a partir da percentagem do PNB dedicada a I & D, percentagem que seria repartida pelos vários sectores de execução — Estado, ensino superior, instituições privadas sem fins lucrativos e empresas — e pelas várias fontes de financiamento).

Acreditava-se, na década de 60, que a actividade científica, só por si (sem preocupação de objectivos a atingir) era, no longo prazo, garantia de progresso, que a transformação dos resultados da investigação básica na criação e utilização de produtos e processos novos (a chamada inovação) era apenas uma questão de tempo, e tanto mais fácil quanto maior fosse o esforço dedicado à investigação científica.

Organizações como a UNESCO e a OCDE passaram a dedicar grande atenção ao problema, como mostram, entre outras iniciativas, as séries de publicações que então começaram a surgir: «Relatórios nacionais sobre a organização da investigação científica» (OCDE) e «Estudos e documentos sobre política científica» (UNESCO). Para os próprios países não desenvolvidos da América Latina esta última organização chegou a apontar, nessa altura, como meta mínima desejável, o atingirem, em 1975, 0,8 por cento do PNB com as despesas de I & D.

Estava-se, afinal, a caminhar para o exagero, e nos fins daquela década pressentiu-se uma viragem na atitude da sociedade perante a ciência e a tecnologia. O entusiasmo que se verificara nalguns países pelos investimentos na ciência começou a diminuir e a dar lugar a alguma desilusão e até hostilidade. Sem pôr em dúvida que a criação de novos conhecimentos é, em si mesma, um objectivo cultural altamente desejável, aumentaram (e ainda bem) as preocupações com as implicações sociais da tecnologia; o grande público passou a sentir-se envolvido e a exigir participação nas discussões; a ciência e a tecnologia adquiriram uma nova dimensão, acentuando-se a necessidade de reforçar os laços entre as ciências sociais e as ciências da natureza para maior garantia de que a investigação viesse a contribuir, na realidade, para a melhoria da qualidade de vida das populações. A preocupação de aumentar os conhecimentos juntou-se a convicção de que se torna também imprescindível utilizar melhor os conhecimentos acumulados; a opinião pública tornou-se consciente dos efeitos poluidores de uma produção industrial crescente, com a deterioração do ambiente e da qualidade da vida de todos os dias.

O trio investigação militar, investigação espacial, investigação nuclear, embora continuando a absorver verbas apreciáveis nalguns países — como veremos com mais precisão no número seguinte — deixou de ter o peso que tinha inicialmente, passando a considerar-se prioritários o melhor aproveitamento dos recursos naturais (energia, em particular), os problemas da saúde, planeamento urbano, transportes. E, corrigidos os excessos da década de 60, tornadas mais cautelosas as promessas dos cientistas para a resolução dos complexos problemas com que se debatem as sociedades dos nossos dias, respeitadas as culturas dos povos economicamente mais desfavorecidos aquando das ajudas que se lhes prestam, voltou a confiança na ciência e na tecnologia para a melhoria das nossas condições de vida.

A gestão da ciência tornou-se, porém, cada vez mais complexa, continuando assunto em que é bem difícil passar da teoria à prática. Sendo importante fixar os grandes problemas com interesse para um dado país (e ordená-los por prioridades, se possível), há que reconhecer, no entanto, que nas actividades de investigação e desenvolvimento nem tudo pode ser planeado com precisão e que ficará paralisado o gestor que não esteja disposto a assumir os seus riscos. Tornou-se cada vez mais notória a necessidade de

criar mecanismos que garantam a participação dos próprios investigadores e do público em geral na elaboração de políticas científicas nacionais; mas a confirmar a complexidade da questão, pode dizer-se que nenhum país conseguiu ainda fazê-lo com a eficiência desejada. Cada um deles deverá procurar ou aperfeiçoar o seu modelo de acordo com as suas características e a sua evolução histórico-cultural, mas tendo presente que estudos vários da UNESCO e da OCDE apontaram um certo número de princípios que convirá respeitar, nomeadamente:

i) As funções de decisão em matéria de política científica e tecnológica devem estar concentradas no mais alto nível, em geral no próprio Conselho de Ministros ou num conselho ministerial restrito;

ii) Para cada sector (defesa, indústria, transportes, planeamento urbano, ensino superior, etc.) haverá órgãos consultivos que apoiem as autoridades governamentais na definição dos seus programas de investigação;

iii) A política científica e tecnológica global não deve limitar-se a uma adição (descoordenada) de políticas sectoriais pelo que existirá um órgão coordenador interministerial;

iv) Este organismo coordenador deve ter o seu próprio secretariado (com pessoal bem qualificado mas não necessariamente numeroso) e ser estruturado de modo que seja bem aceite pelos organismos a coordenar, em particular pelos ministérios que têm a seu cargo actividades de I & D;

v) O público deve ter participação activa na discussão da política científica e tecnológica nacional através de mecanismos apropriados (comissões locais, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos) devendo ser ouvido antes da tomada de grandes decisões pelas autoridades governamentais;

vi) A nível de execução convém evitar uma centralização excessiva, devendo dar-se às instituições que se ocupam da investigação científica largas possibilidades para exercerem o seu espírito de iniciativa no quadro das directrizes gerais. Em particular, haverá vantagem que os organismos de investigação discutam directamente certos projectos com os próprios utilizadores dos resultados.

## 2. AINDA A INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA DÉCADA DE 60 — UMA DÉCADA DIFERENTE. ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS

Completaremos agora as considerações do número anterior com alguns dados estatísticos que conseguimos recolher, sobretudo em publicações da OCDE — a organização internacional que mais se tem preocupado com estudos comparativos desta índole entre vários países — dados que confirmam que a partir dos últimos anos da década de 60 se deu, em muitos deles, uma paragem no crescimento das despesas públicas com I & D, ao mesmo tempo que diminuiu a percentagem que se destinava aos programas militares, espaciais e nucleares — o que está relacionado com o desejo crescente das populações em verem a ciência utilizada para a resolução de problemas mais próximos do seu dia-a-dia.

Nestes estudos comparativos — e que devem ser analisados com as cautelas próprias de estatísticas em domínios em que não é fácil colher informações precisas — a OCDE adoptou uma classificação por 14 grandes objectivos os quais, numa primeira análise, são por sua vez englobados em 5 grupos, como se indica no Quadro 2.1.

A este propósito, convém observar que:

i) Embora, em termos modernos, as políticas de segurança (e defesa) sejam de natureza global, envolvendo medidas de carácter militar, político, económico, social, cultural, nos estudos de I & D, ao falar-se em defesa, entende-se apenas a sua componente militar;

ii) Os três primeiros objectivos do Quadro 2.1 figuram num mesmo grupo por motivos práticos: foram, sobretudo, alguns organismos governamentais que inicialmente se ocupavam de programas militares que mais tarde passaram a executar investigação espacial e nuclear para fins civis;

iii) Há outros estudos desta natureza (como os da CEE) em que não são totalmente idênticos os objectivos escolhidos. O Grupo I da OCDE («Segurança nacional e megaciência») corresponderá, na classificação CEE, aos grupos «Defesa» + «Tecnologias avançadas» (nuclear, espacial e ciências da computação e automação).

Com base em dados relativos a 12 países (Alemanha Ocidental, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Reino Unido e Suécia) e «pesando» a importância dada por cada um deles aos 14 objectivos atrás referidos no financiamento de I & D por parte dos Governos, obteve-se a seguinte escala de prioridades para o conjunto dos países considerados e para 1969:

1. Nuclear (civil)
2. Indústrias extractivas e transformadoras
3. Defesa
4. Avanço da ciência por fundos universitários
5. Agricultura (incluindo silvicultura e pescas)
6. Avanço da ciência
7. Saúde
8. Espaço (civil)
9. Serviços económicos
10. Bem-estar público
11. Outros serviços à comunidade
12. Poluição
13. Diversos
14. Países em desenvolvimento (auxílio a)

Assinale-se que se a «Defesa» vem em terceiro lugar é porque há muitos países que lhe dedicam verbas reduzidas. As verbas neste domínio sempre se concentraram num pequeno número de países — ou porque, por razões históricas, estratégicas e políticas, desempenham papel chave nas alianças militares (caso dos Estados Unidos, Reino Unido e França) ou então porque se mantêm deliberadamente fora dessas alianças e por isso procuram ser tão autónomos quanto possível na esfera militar (caso da Suécia).

Verificou-se também que a seriação não variou significativamente ao longo da década de 60, embora tenham diminuído, nalguns países, as verbas dedicadas a I & D (em termos de percentagem do PNB) e, sobretudo, a parte relativa a «Segurança nacional e megaciência» e à «Defesa», em particular.

Mais precisamente:

O Gráfico 2.1 mostra a evolução do financiamento para I & D por parte dos Governos, no período 1961-1972, quer em valor absoluto (dólares US de 1961) quer em percentagem do PNB (a preços de mercado); e o diagrama



triangular 2.2 dá-nos, por sua vez a distribuição percentual dessas verbas pelos grupos I, II e (III + IV + V) do Quadro 2.1.

Pode concluir-se assim que, dos 12 países estudados, há alguns «mais orientados» para a «Segurança nacional e megaciência» (EUA, RU, França e, em menor extensão, a Suécia) e outros para o «Desenvolvimento Económico» (Espanha e Canadá e, em menor extensão, a Noruega); os restantes

QUADRO 2.1

## CLASSIFICAÇÃO OCDE DOS OBJECTIVOS PARA FINANCIAMENTO DE I &amp; D

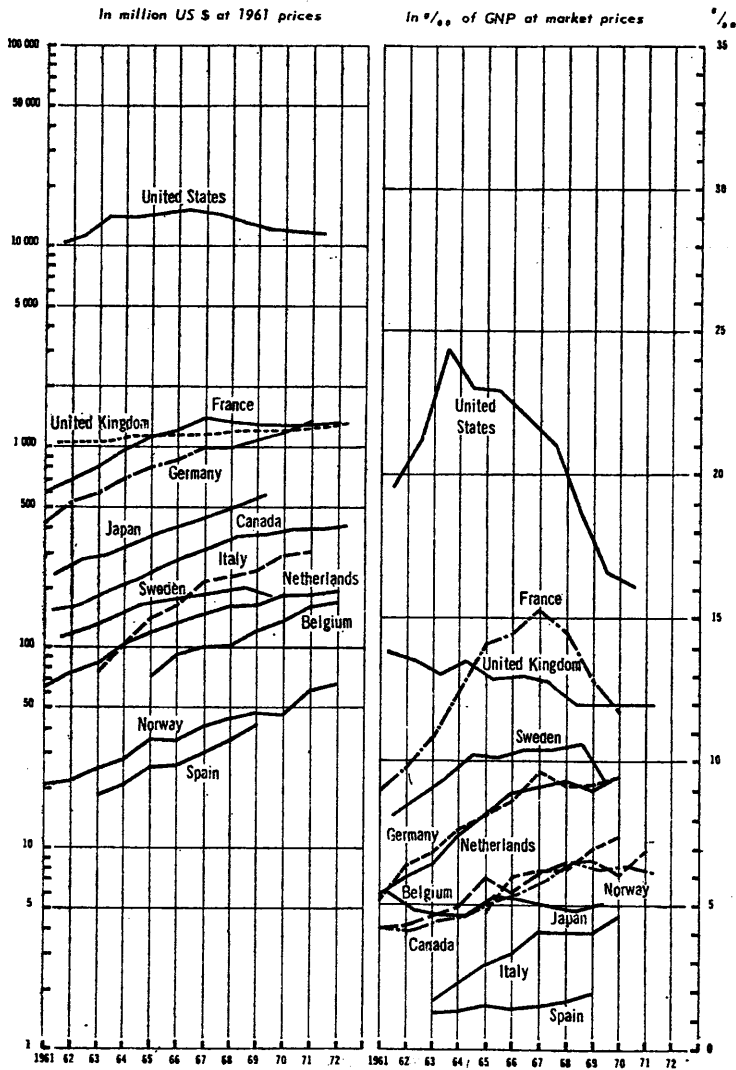
<i>Grupos</i>	<i>Objectivos</i>
I. Segurança nacional e megaciência	Defesa Espaço (civil) Nuclear (civil)
II. Desenvolvimento económico	Agricultura Indústrias extractivas e transformadoras Serviços económicos
III. Serviços à comunidade	Saúde Poluição Bem-estar público Outros serviços à comunidade
IV. Avanço da ciência	Avanço da ciência Idem por fundos universitários
V. Outras actividades	Países em desenvolvimento (auxílio a) Diversos

FONTE: OCDE, «*Changing Priorities for Government R & D*», Paris, 1975.

dedicam pelo menos 50 por cento dos fundos governamentais para I & D aos grupos III-V («Serviços à comunidade», «Avanço da ciência» e «Outras actividades»).

O diagrama confirma, além disso (de acordo com a viragem já referida na Introdução), que em todos os países (excepto a Holanda) diminuiu a percentagem de fundos para o Grupo I (em relação aos restantes grupos), sendo a diminuição particularmente notada nos países mais orientados para esse grupo (em especial a Suécia); e que, excepto nos países que estavam mais

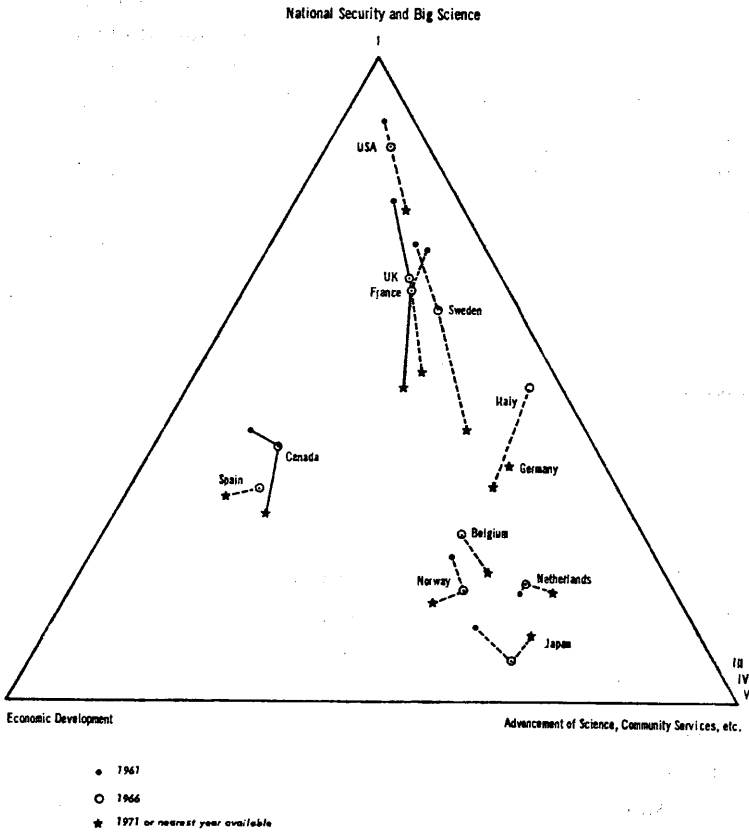
GRÁFICO 2.1  
 FINANCIAMENTO TOTAL DOS GOVERNOS PARA I & D



FONTE: OCDE, «Changing Priorities for Government R & D», Paris, 1975.

GRÁFICO 2.2

PERCENTAGENS DO FINANCIAMENTO TOTAL DOS GOVERNOS PARA I & D  
POR GRUPOS DE OBJECTIVOS



FONTE: OCDE, «Changing Priorities for Government R & D», Paris, 1975.

orientados para o «Desenvolvimento económico», foi o financiamento dedicado aos grupos III-V o que mais cresceu (em termos relativos).

O Gráfico 2.3 dá a percentagem do PNB que os vários Governos dedicaram a cada um dos quatro grupos I, II, III e IV. Novamente se vê que os EUA, RU, França e Suécia davam prioridade ao Grupo I, mas que houve um declínio nas correspondentes verbas. Entre os países que aumentaram a percentagem neste grupo figura a Alemanha, que no fim da década ultrapassara a Suécia em termos de percentagem do PNB para «Segurança nacional e megaciência».

Juntamos ainda o Gráfico 2.4 que, além de dar a evolução das despesas totais em I & D, em percentagem do PNB, para os 5 países mais ricos da OCDE, dá também uma estimativa para a URSS (país com que não é fácil estabelecer comparações do tipo das que vimos fazendo). Os valores são superiores aos correspondentes do Gráfico 2.1 porque englobam os fundos provenientes das várias fontes de financiamento e não apenas os fundos governamentais.

### 3. INVESTIGAÇÃO PARA A DEFESA

Dada a finalidade deste trabalho, aprofundemos um pouco mais a análise do número anterior, ocupando-nos em especial da investigação para a defesa, na qual se incluem as investigações espaciais e as nucleares com fins militares.

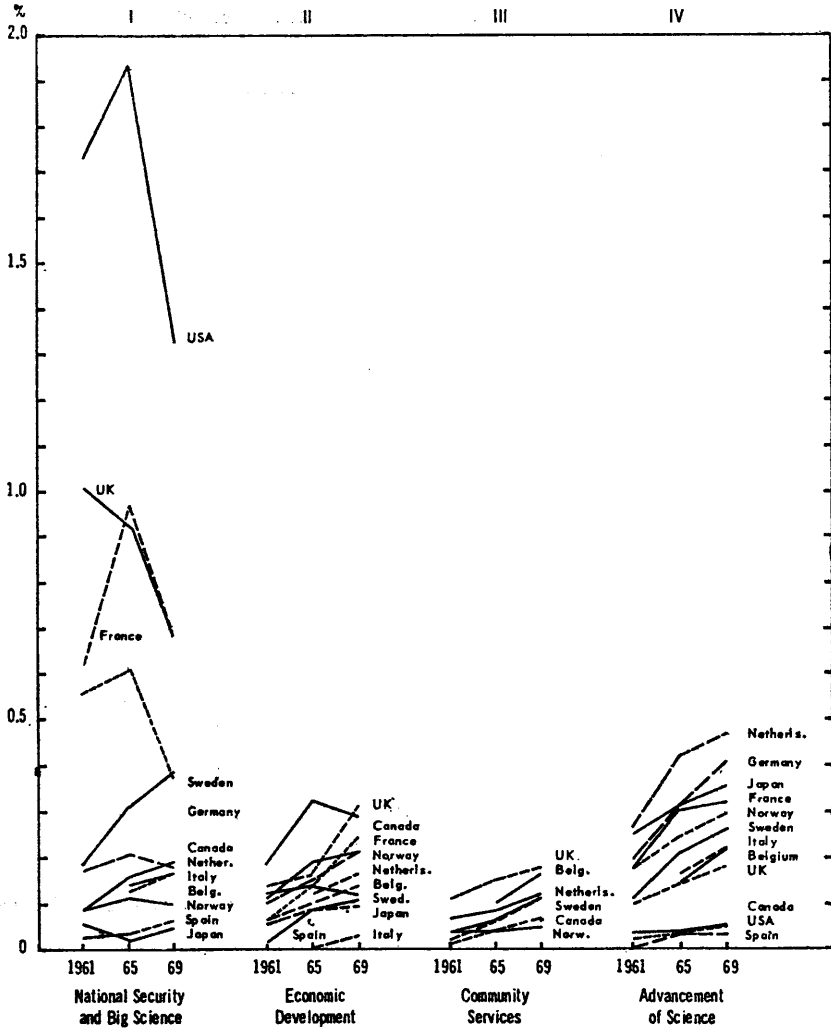
Na década de 60, a «Defesa» foi, como se viu, um dos mais importantes objectivos para o financiamento da I & D, por parte dos Governos, no conjunto dos 12 países estudados. O Gráfico 3.1 dá indicações mais precisas, quer em valores absolutos (milhões de dólares US a preços de 1961) quer em percentagem do financiamento total para I & D, verificando-se, ao longo daquela década, um declínio em termos reais nos EUA, RU e Canadá e um declínio em termos relativos para quase todos os países.

O mesmo se pode verificar nas despesas totais com a defesa (não apenas em I & D) em percentagem das despesas públicas, como mostra o Quadro 3.1.

Juntamos ainda o Gráfico 3.2 para se ter uma ideia de como, nos EUA, as tendências verificadas na década de 60 se projectaram até 1974 (Fundos do Governo Federal, a preços correntes e a preços constantes de 1967).

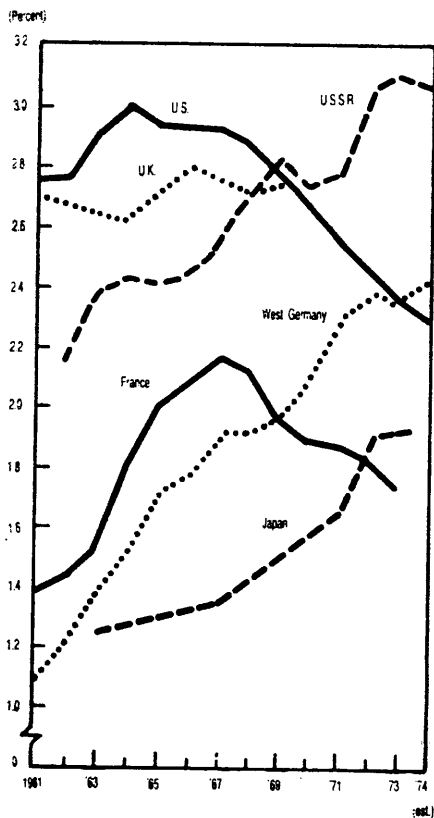
GRÁFICO 2.3

PERCENTAGENS DO PNB DESTINADAS PELOS GOVERNOS A I & D  
POR GRUPOS DE OBJECTIVOS



FONTE: OCDE, «Changing Priorities for Government R & D», Paris, 1975.

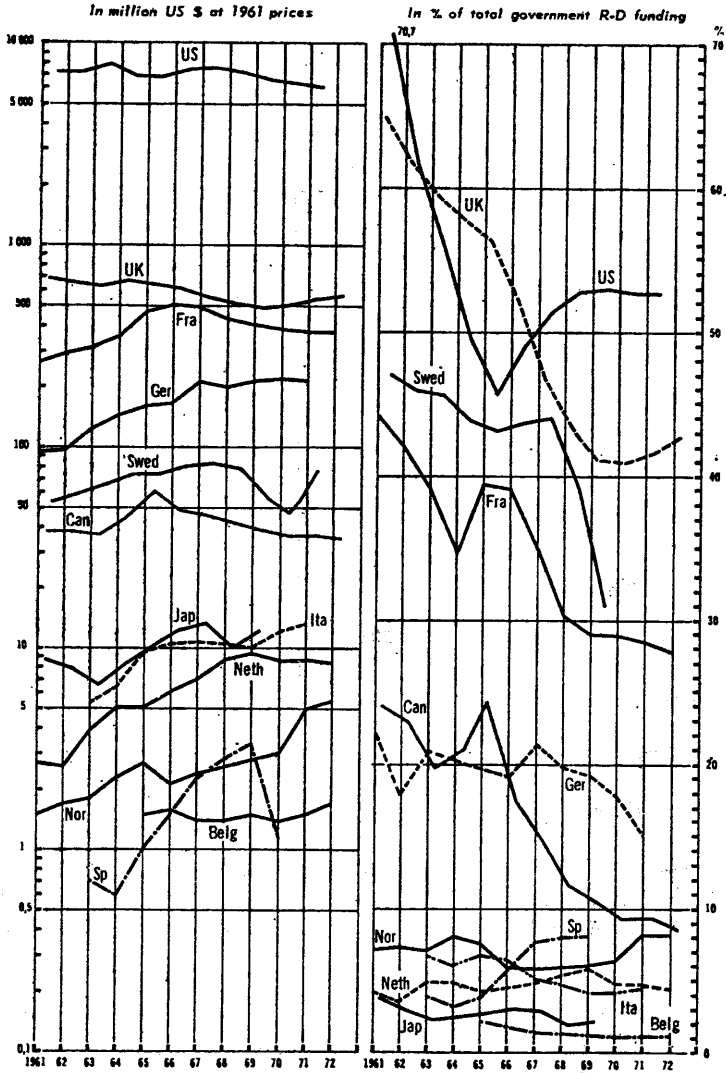
GRÁFICO 2.4  
DEPESAS I & D (% PNB) POR PAISES, 1961-1974



FONTE: *Science Indicators 1974 — Report of the National Science Board (National Science Foundation), 1975.*

GRÁFICO 3.1

DESPESAS DOS GOVERNOS COM I & D PARA A DEFESA



FONTE: OCDE. «Changing Priorities for Government R & D», Paris, 1975.

A própria natureza da investigação para a defesa, o secretismo de que se revestem muitas das actividades da guerra (quente ou fria) tornam a organização desta investigação bem diferente das do campo civil. Em muitos

QUADRO 3.1

DESPESAS ESTIMADAS COM A DEFESA EM % DAS DESPESAS PÚBLICAS

<i>País</i> \ <i>Ano</i>	1961	1966	1969
Alemanha	24,9	23,2	20,4
Bélgica	24,5	20,3	19,6
Canadá	26,0	17,5	12,6
Espanha	—	—	—
EUA	49,5	43,0	41,4
França	41,3	31,0	28,5
Holanda	29,0	22,7	20,6
Itália	20,0	17,7	27,7
Japão	—	—	—
Noruega	22,0	20,3	19,2
Reino Unido	37,6	33,6	28,5
Suécia	24,2	21,4	—

FONTE: OCDE, «*Changing Priorities for Government R & D*», Paris, 1975.

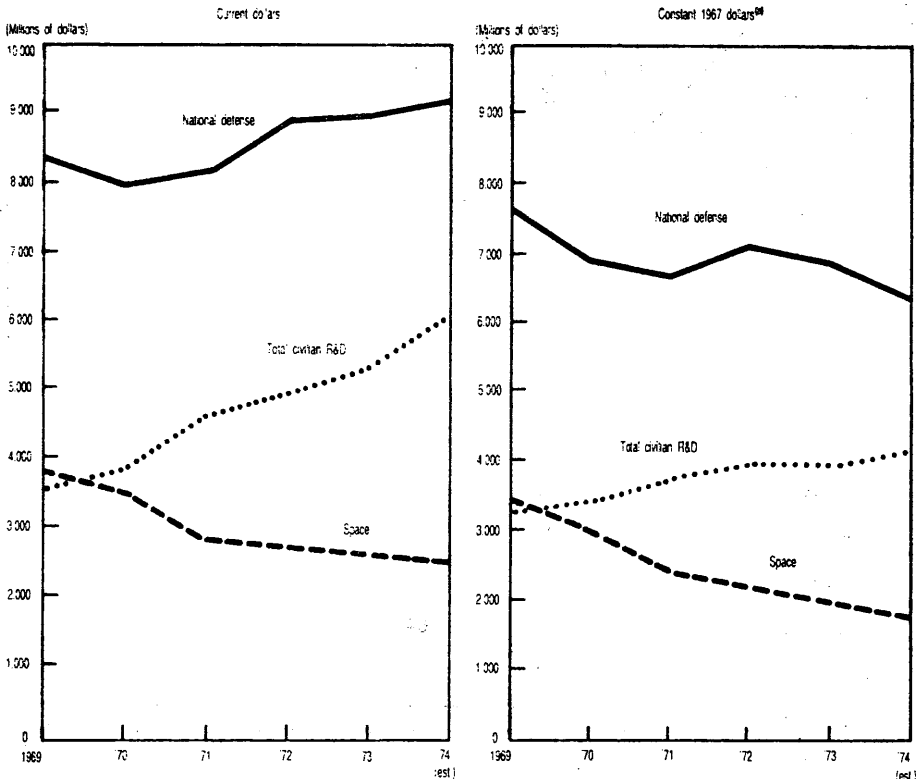
países as investigações com fins militares são executadas, em grande parte, em estabelecimentos directamente dependentes dos correspondentes ministérios; e quando são encomendadas a firmas particulares (com fundos públicos) são-no com base em contratos especiais (caso da Alemanha com a companhia Fraunhofer).



O Quadro 3.2 dá indicações quanto à proveniência dos fundos de I & D para a defesa nos vários países que temos vindo a estudar, e precisamente na viragem da década de 60 para a de 70.

GRÁFICO 3.2

**EUA — FUNDOS DO GOVERNO FEDERAL PARA I & D  
POR GRANDES CATEGORIAS (1969-74)**



FONTE. *Science Indicators 1974 — Report of the National Science Board (National Science Foundation), 1975.*

Desde então algumas alterações têm surgido. Cite-se apenas, a título de exemplo, o caso da Espanha, cuja Lei da Defesa Nacional e Organização Militar (Lei Orgânica, de 1 de Julho) afirmava, no seu Art.º 24.º, ser da competência do Ministro da Defesa fomentar e coordenar a investigação científica e técnica em matérias que afectem a defesa nacional.

QUADRO 3.2

I & D PARA A DEFESA — PROVENIÊNCIA DOS FUNDOS EM % DO TOTAL

País e Ano	Ministérios ou Agências									
	Pres. do Governo	Defesa	Exército	Aviação	Ass. Económicos	Educação	Comunicações	Ambiente	Com. Energia Atómica	Outros
Alemanha (1969)		100								
Bélgica (1972)		85			9	4				2
Canadá (1971-72)		96					4			
Espanha (1968)	93		7							
EUA (1968/69)		91							9	
França (1969)		100								
Holanda (1969)		90			9					1
Itália (1969)		100								
Japão (1969/70)		100								
Noruega (1969)		96								4
Reino Unido (1970/71)		30		64				5		1
Suécia (1969)		99								1

FONTE: Elaborado com dados da publicação «Changing Priorities for Government R & D», OCDE, Paris, 1975.

4. A CIÊNCIA EM PORTUGAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA ATÉ ABRIL DE 74

Passando agora ao nosso país, começaremos por uma panorâmica da sua evolução científica no contexto europeu até ao 25 de Abril de 1974.

É bem sabido que as universidades foram criadas no séc. XII a partir das escolas monásticas medievais e que Portugal, existindo desde a mesma

época, não teve de esperar muito para possuir também a sua primeira universidade: criada em Lisboa, por D. Dinis, em 1288 (o conhecido Estudo Geral), foi sucessivamente transferida para Coimbra (1308), novamente para Lisboa (1338), para Coimbra (1354), para Lisboa (1377) e finalmente para Coimbra (em 1537). E podemos acrescentar que já nos primeiros tempos da nacionalidade havia uma grande mobilidade de estudantes e professores entre Portugal e o resto da Europa.

O séc. XV viu nascer as universidades renascentistas, com novos «curricula», e nesta linha D. João III reformou a Universidade de Coimbra (1544) ao mesmo tempo que era criada pelos jesuítas a Universidade de Évora (cuja existência se prolongou precisamente por dois séculos, de 1559 a 1759).

Com Copérnico, Tycho Brahe, Kepler e, especialmente, Galileu, nasceu a ciência moderna e, com ela, as academias científicas — Academia dei Lincei, de Roma, em 1603, a Royal Society, de Londres, em 1662, a Academia das Ciências de Paris, em 1666, a de Berlim, em 1700, a de S. Petersburgo, em 1724. A elas se ficaram a dever as maiores contribuições então feitas para o progresso das ciências e suas aplicações, pois as universidades, preocupadas sobretudo com a teologia, só nos fins do séc. XVIII se abriram também aos métodos da ciência moderna.

Portugal que tanto se distinguira na época dos descobrimentos, mas que tivera depois um período de decadência até meados do séc. XVIII, veio, enfim, a seguir estes movimentos e, como consequência, o Marquês de Pombal promoveu a segunda grande reforma da Universidade de Coimbra (em 1772) e a Rainha D. Maria I criou a Academia das Ciências de Lisboa (em 1779), esta devido aos esforços e entusiasmo do Duque de Lafões e Abade Correia da Serra e na mesma linha de pensamento das suas congéneres europeias — como veículos do progresso científico com base na utilidade e nas aplicações da ciência.

Em 1809/10, Wilhelm Von Humboldt lançou, em Berlim, a ideia de um novo tipo de universidade, com a investigação intimamente associada ao ensino. Pelo que respeita a Portugal surge, em 1911, logo a seguir à revolução de Outubro, a terceira grande reforma da Universidade e, na enumeração dos três grandes objectivos que passaram a ter as instituições de ensino universitário, lá aparecia o avanço da ciência a par do ensino profissional e do estudo dos problemas nacionais através de programas de

extensão. Ao mesmo tempo eram criadas duas novas universidades — a de Lisboa e a do Porto.

Ainda neste primeiro quartel do séc. XX a cooperação científica internacional leva ao aparecimento de organismos coordenadores, e é assim que em 1919 os representantes de academias e grupos de cientistas de 12 países criam o International Research Council, IRC; pois Portugal conta-se entre os 12 membros, ao lado da Bélgica, Canadá, França, Itália, Japão, Nova Zelândia, Polónia, Roménia, Sérvia, Reino Unido e Estados Unidos da América. Este Conselho, no entanto, minado pela política, teve uma vida curta, e em 1931 veio a ser substituído por um Conselho Internacional das Uniões Científicas — Conselho que tinha inicialmente 37 membros nacionais e tem hoje 70. Portugal, representado no Conselho pela Academia das Ciências de Lisboa, está também filiado em 14 das 20 uniões científicas internacionais hoje existentes.

Por outro lado, a década de 1920 viu nascer (no Reino Unido e na Itália) os chamados «conselhos nacionais de investigação» para a coordenação e fomento da investigação científica (através de bolsas de estudo e outros estímulos); e também neste campo Portugal se mostrou atento à evolução: António Sérgio, então Ministro da Instrução Pública, propôs em 1923/24 a criação de uma Junta Orientadora dos Estudos com aqueles mesmos objectivos e que só não foi um dos primeiros conselhos de investigação da Europa porque não chegou a exercer as suas funções por dificuldades de ordem prática. Mas a ideia foi retomada em 1929 com a criação da Junta de Educação Nacional, da qual proveio em 1936 o Instituto para a Alta Cultura e, mais tarde (1952), o Instituto de Alta Cultura.

Entretanto havia sido fundada em 1930 a Universidade Técnica de Lisboa como federação de várias escolas superiores já existentes (Veterinária, Agronomia, Técnico, Comércio).

No período 1930/1960 assiste-se, em vários países da Europa, ao nascimento de novos organismos para coordenação, promoção (e eventual execução) da investigação científica e tecnológica. Em Portugal, além do Instituto de Alta Cultura já referido, surgem:

Estação Agronómica Nacional (1936)

Junta de Investigações do Ultramar (1945)

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1946)

Junta de Energia Nuclear (1954)/Laboratório de Física e Energia Nucleares (1958)

Instituto Nacional de Investigação Industrial (1957)

instituições que vieram a sofrer várias reestruturações com estes ou outros nomes.

Em 1966 — por conseguinte na década que nos mereceu tratamento especial nos números anteriores — Portugal integrou-se num projecto da OCDE para o estudo das necessidades de investigação científica e técnica em relação com o desenvolvimento económico e social, a que nos referiremos mais em pormenor no número seguinte, e o relatório final da equipa portuguesa encarregada desta análise, apresentado ao Governo em Fevereiro de 1968, incluía recomendações sobre reformas no ensino superior e outras alterações no sistema científico nacional (organização, aumento de recursos, definição de algumas prioridades).

Durante os trabalhos da equipa mas sem esperar pelo seu relatório, o Governo criou (pelo Decreto-Lei n.º 47 791, de 11 de Julho de 1967) a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, JNICT. O novo organismo, que ficava na dependência directa do Presidente do Conselho e tinha por fim planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional, parece ter sido criado à imagem da *Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique* que existia em França; mas não sendo comparáveis as condições da investigação num país e noutro, a nossa Junta encontrou ao longo dos anos muitas dificuldades para desempenhar as funções para que foi criada.

A década de 60 foi também a da criação de novas universidades e institutos politécnicos (Alemanha, Reino Unido, ...). Em Portugal isto aconteceu um pouco mais tarde, pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto. Até então dispunhamos de quatro universidades estatais (Coimbra, Lisboa, Porto e Técnica de Lisboa) e hoje temos mais seis (Minho, Aveiro, Nova Lisboa, Évora, Algarve, Açores) e dois institutos universitários (Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, e Beira Interior, na Covilhã).

Resumindo, podemos dizer que, ao longo dos séculos, Portugal quase sempre acompanhou o movimento científico e cultural da Europa — criando universidades e academias, introduzindo nos seus «curricula» os métodos da ciência moderna, preocupando-se com o avanço da ciência, intervindo em organismos internacionais de coordenação e fomento da investigação, criando

os seus próprios organismos coordenadores e incentivadores da investigação científica — para não falar da sua notável acção na época dos descobrimentos. Nos tempos modernos podemos até invocar a concessão do Prémio Nobel ao Prof. Egas Moniz (o de Fisiologia e Medicina de 1949). Mas, como regra, também podemos acrescentar que, por falta de meios, muitas leis existentes não eram implementadas e que os benefícios colhidos não correspondem aos objectivos expressos pela legislação. Além disso, algumas propostas para a melhoria do sistema científico nacional, já planeadas no início da década de 70, não chegaram a ter tempo de vir à luz do dia quando surgiu o movimento de 25 de Abril de 1974.

### 5. I & D EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 60

Debrucemo-nos agora um pouco mais sobre o que se passou entre nós na década que alguns já têm chamado a «época de ouro» dos financiamentos governamentais para a investigação científica e desenvolvimento experimental, e que já mereceu uma análise especial nos primeiros números deste trabalho.

Atenta ao papel de relevo que a ciência e a técnica passaram a ter na promoção social e desenvolvimento económico de vários países, como referimos oportunamente, a OCDE lançou em 1962/63 um projecto para interessar os seus membros menos desenvolvidos no estudo das necessidades de investigação científica e técnica em relação com esse desenvolvimento. A esta iniciativa — que ficou conhecida por «projecto das equipas-piloto» — aderiram inicialmente a Espanha, a Grécia, a Irlanda, a Itália e a Turquia, juntando-se-lhes Portugal com um plano que veio a ser aprovado em Maio de 1966.

A equipa portuguesa, que foi dirigida pelo autor deste trabalho, produziu um relatório com seis volumes («Introdução, resumo das conclusões e principais recomendações da equipa-piloto»; «Situação da investigação científica e técnica em Portugal»; «O desenvolvimento económico português e o progresso tecnológico»; «Perspectivas de desenvolvimento e orientações da investigação científica e técnica»; «Procura e oferta de investigação científica e técnica por sectores de actividade»; «Plano de desenvolvimento a longo prazo da investigação científica e técnica em Portugal») e dois anexos («Ensino superior e estudos econométricos»; «Análises sectoriais»), que

vieram a ser publicados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa do Ministério da Educação em Fevereiro de 1968.

Foi no decurso deste projecto que pela primeira vez se realizaram entre nós, com a colaboração do Instituto Nacional de Estatística, inquéritos sobre I & D (com respostas referenciadas a 31 de Dezembro de 1964) — inquéritos que mais tarde vieram a ser retomados pela JNICT e que constituem os conhecidos «Inventários de recursos em ciência e tecnologia» editados periodicamente por este organismo desde 1971.

Para comparação com a análise quantitativa que fizemos no número 2., recorremos ao relatório da equipa-piloto (para 1964) e ao inventário da JNICT de 1972.

Para as despesas com I & D em percentagem do PNB obtivemos os seguintes valores:

	1964	1972	
	(S/C. SOC. H)	(S/C. SOC. II)	(C/C. SOC. H)
Despesas totais com I & D em % PNB	0,27	0,32	0,38
Despesas públicas com I & D em % PNB	0,20	0,21	0,25

Quanto ao financiamento por objectivos (só fundos públicos, como no número 2.) construímos os quadros 5.1 e 5.2.

Agregando os objectivos pelos grupos I («Segurança nacional e mega-ciência» ou «Defesa e tecnologias avançadas»), II (« Desenvolvimento económico»), III («Serviços à comunidade»), IV («Avanço da ciência») e V («Outras actividades») obtivemos os seguintes valores (em percentagem dos totais):

Grupo I: 7,0 por cento em 1964 e 4,5 por cento em 1972; Grupo II: 64,9 por cento e 54,2 por cento, respectivamente; Grupos III+IV+V:  $0,3+9,5+18,3=28,1$  por cento em 1964 e  $18,8+22,5+0=41,3$  por cento em 1972;

e com eles e com o Gráfico 2.2 obtivemos o Gráfico 5.1. Verifica-se assim que Portugal também se podia incluir entre os países «mais orientados» para

QUADRO 5.1

DESPEAS PÚBLICAS COM I & D — PORTUGAL, 1964

Objectivos	Verba (% do total)	Observações
Agricultura, silvicultura e pescas	31,6	
Serviços económicos	24,8	
Avanço da ciência (universidades)	9,5	
Diversos	9,4	Uma percentagem tão elevada deve ter resultado de dificuldades de classificação quando entre nós se iniciavam tais estudos
Auxílio a áreas em desenvolvimento	8,9	Sobretudo gastos com as ex-colónias
Indústrias extractivas e transformadoras	8,5	
Nuclear (civil)	7,0	
Saúde	0,3	Os valores relativos à saúde merecem algumas reservas porque as respectivas verbas são incluídas ora nos serviços à comunidade, ora nos avanços da ciência
	100,0	

FONTE: Dados obtidos a partir do relatório da equipa-piloto, quadros II-4, II-40, II-41, II-43, II-45, II-46, com alguns ajustamentos (por estimativa) para levar em conta apenas os fundos provenientes do Estado e ensino superior.



o desenvolvimento económico (como a Espanha e o Canadá) mas que, ao contrário destes, o que cresceu mais, em termos relativos, entre 1964 e 1972, foram os grupos «Avanço da ciência» + «Serviços à comunidade».

QUADRO 5.2  
DESPEAS PÚBLICAS COM I & D — PORTUGAL, 1972

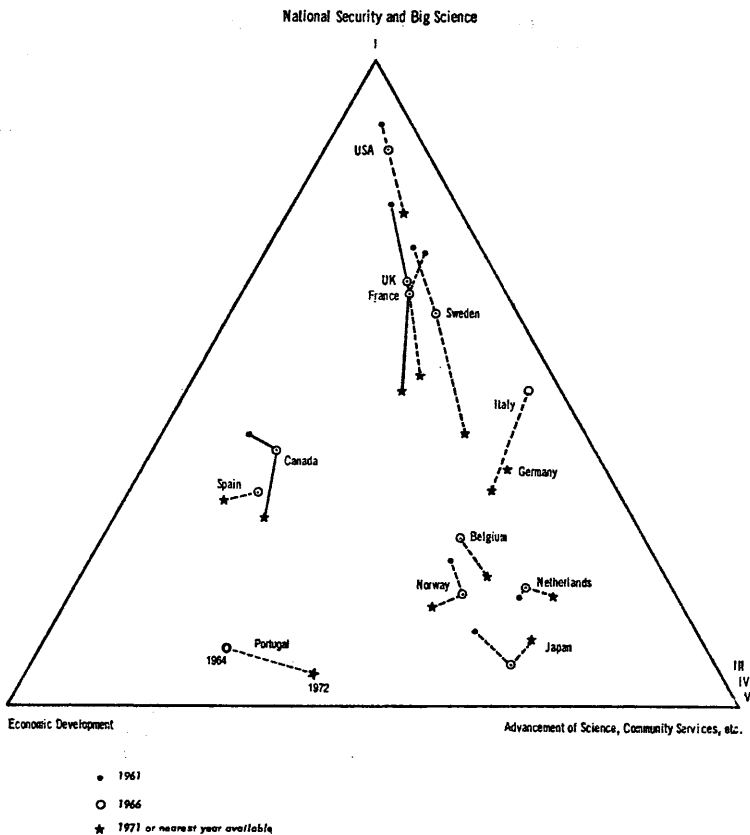
Objectivos	Verba (% do total)	Observações
Exploração do meio natural e indústria	26,2	Ver Obs. Quadro 5.1
Promoção geral dos conhecimentos	22,5	
Agricultura e pescas	20,9	
Saúde	13,8	
Urbanismo e infra-estruturas	7,1	
Organização e processo social	5,0	
Tecnologias avançadas	4,5	
	100,0	

FONTE: *Dados obtidos a partir do «Inventário de Recursos em Ciência e Tecnologia», JNICT, 1972, quadros I, IV e VII-A e Gráfico XIV, com alguns ajustamentos (por estimativa) por supressão dos fundos não provenientes do Estado e ensino superior.*

## 6. SITUAÇÃO ACTUAL: ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES DO SISTEMA CIENTÍFICO NACIONAL

Como se disse no número 4., muitos organismos para a promoção, coordenação e eventual execução da investigação científica e tecnológica criados no nosso país em vários ministérios têm sido reorganizados ao longo dos anos. Em particular, em Julho de 76, o Instituto de Alta Cultura foi

**GRÁFICO 5.1**  
**PERCENTAGENS DO FINANCIAMENTO TOTAL DOS GOVERNOS PARA I & D**  
**POR GRUPOS DE OBJECTIVOS**



**FONTE:** Para Portugal, dados obtidos a partir dos quadros 5.1 e 5.2. Para os restantes países, Gráfico 2.2.

dividido num Instituto para a Língua e Cultura Portuguesa e noutro para a coordenação e fomento da investigação nas universidades e outros estabelecimento de ensino superior — o actual Instituto Nacional de Investigação Científica, INIC.

A JNICT foi saltando de uns ministérios para outros e um decreto-lei de Fevereiro de 82 criou o Conselho Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica, CNICT, junto do Ministro da Cultura e Coordenação Científica, atribuindo a este Conselho algumas das anteriores funções da JNICT, ao mesmo tempo que a Junta se tornava o secretariado do CNICT; mas a lei orgânica do IX Governo constitucional (de Julho de 83) extinguiu o Ministério da Cultura e Coordenação Científica, voltando a colocar a JNICT (e o CNICT) na Presidência do Conselho.

O Quadro 6.1 (organograma da I & D em Portugal) resume a situação actual (Fevereiro de 84).

A Academia das Ciências de Lisboa, o INIC e a JNICT são membros da Fundação Europeia da Ciência, organismo internacional não governamental criado em 1974 com o objectivo de «organizar» a investigação a nível europeu, coordenando e fomentando projectos de interesse comum a vários países; actua frequentemente como órgão consultivo das Comunidades Europeias e do Conselho da Europa.

Quanto às principais características do nosso sistema científico, podemos sintetizá-las da seguinte forma:

i) *Recursos financeiros muito limitados pelos padrões europeus* — quadros 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5.

No sector do ensino superior a maior parte dos recursos, excepto os salários, provém do INIC, e o Quadro 6.6 indica as correspondentes verbas despendidas em 1980, 1981 e 1982.

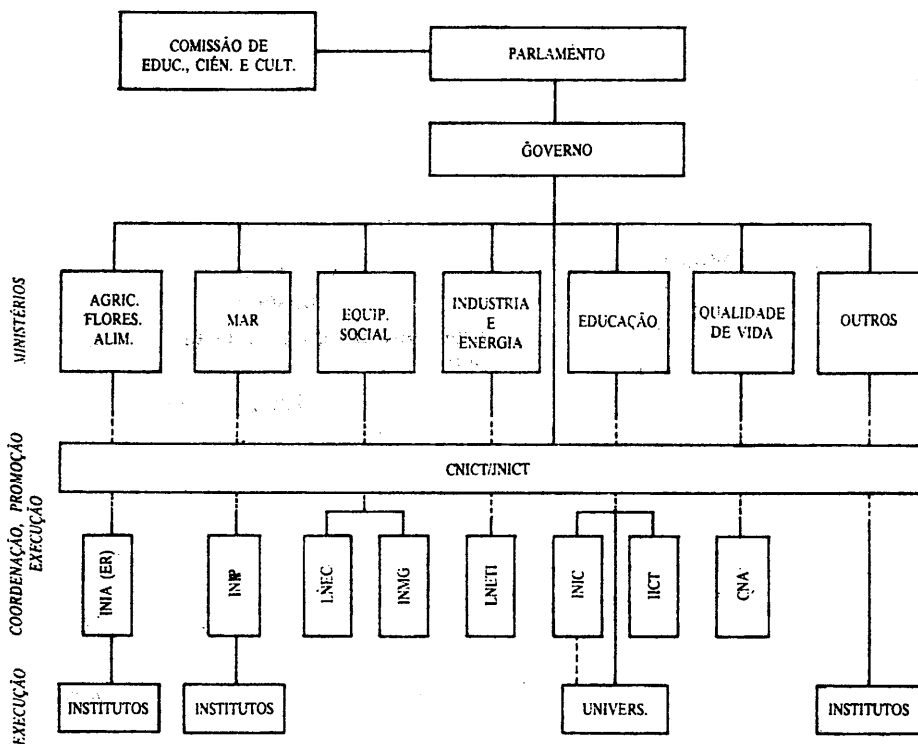
ii) *Escassez de recursos humanos* — Quadro 6.7.

iii) *Subemprego do pessoal mais qualificado* por falta de pessoal técnico e auxiliar, especialmente no ensino superior, onde, em 1978, a relação [(técnicos + auxiliares)/investigadores] era igual a 0,9.

iv) *Fracas ligações entre o sistema científico e as actividades produtivas.*

Este aspecto está a ser melhorado através de contactos entre universidades, institutos de investigação do Estado, algumas indústrias (Centrel, CTT, Têxteis) e as actividades agrícolas (no Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, por exemplo).

QUADRO 6.1  
ORGANIZAÇÃO DA I & D EM PORTUGAL



**TEMOS AINDA:**

- Academias (Ciências, História)
- Sociedades Científicas
- Universidade Católica
- Universidade Livre
- Instituições privadas sem fins lucrativos (Instituto Gulbenkian de Ciência e Bento da Rocha Cabral)
- Empresas

v) *Alto grau de dependência científica e tecnológica*: grande número de doutoramentos obtidos fora do País e elevadas verbas para «royalties», com importações de tecnologia em condições muito desfavoráveis.

QUADRO 6.2  
DESPEAS EM I & D EM PAISES DA CEE E EM PORTUGAL

País	Coeficientes de Despesa em I & D			
	DI & D/PIB (%)		Dólar US/habitante	
	1977	1979	1977	1979
Alemanha	2,1	2,40	180,5	204
Bélgica	1,5	1,40	107,7	109
Dinamarca	1,0	0,97	87,1	81
França	1,8	1,81	127,2	149
Holanda	2,0	1,99	152,7	149
Irlanda	0,8	0,74	23,5	34
Itália	1,0	0,84	33,8	55
Reino Unido	—	2,20 (¹)	—	142 (¹)
PORTUGAL	0,32 (¹)	0,34 (²)	5,1 (¹)	8,2 (²)

(¹) 1978.

(²) 1980.

FONTE: «Indicateurs de la Science et de la Technologie-I», OCDE, DSTI/SPR/81.27, 1ère révision; SIAR/JNICT.

NOTA: Não estavam disponíveis as informações relativas ao Luxemburgo.

Quanto à dependência científica, já se tomaram medidas para melhorar a situação, criando cursos de pós-licenciatura no País e encurtando as estadas no estrangeiro para a obtenção do grau de doutor.

vi) *Ambiguidades na definição das competências dos vários organismos de coordenação e promoção da investigação, com duplicações inúteis.*

Por exemplo, ao longo dos anos, a JNICT tem dependido do Presidente do Conselho, do Ministro do Plano, do Ministro das Finanças, do Ministro da Cultura e Coordenação Científica; aparece muitas vezes como um organismo de coordenação ao mesmo nível que outros de vários ministérios,

QUADRO 6.3

PORTUGAL — EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL EM I & D  
POR SECTOR DE EXECUÇÃO (1964/80)

Unidade: 10<sup>6</sup> escudos (preços correntes)

Sector de Execução	1964	1967	1971	1972	1976	1978	1980
Estado	176,2	222,2	384,5	471,7	726,8	1 680,4	1 947,4
Ensino Superior	16,7	23,8	138,7	124,4	224,1	448,4	819,7
IPs/FL	14,0	22,7	42,1	43,8	59,1	60,6	171,8
Empresas	58,8	51,7	185,9	214,3	269,6	331,7	1 173,7
<b>TOTAL</b>	<b>265,7</b>	<b>320,4</b>	<b>751,2</b>	<b>854,2</b>	<b>1 279,6</b>	<b>2 521,1</b>	<b>4 112,6</b>

FONTE: JNICT

QUADRO 6.4

PORTUGAL — DESPESA TOTAL EM I & D POR TIPO DE ACTIVIDADE

(Preços correntes)

Ano Tipo de Actividade	1972		1976		1978		1980	
	10 <sup>6</sup> esc.	%	10 <sup>6</sup> esc.	%	10 <sup>6</sup> esc.	%	10 <sup>6</sup> esc.	%
IF	145,9	22,8	168,1	16,6	281,2	12,9	729,5	24,8
IA	325,9	50,9	524,1	51,9	1 292,3	59,0	1 231,1	41,9
DE	168,0	26,3	317,8	31,5	615,9	28,1	978,3	33,3
<b>TOTAL *</b>	<b>639,8</b>	<b>100,0</b>	<b>1 010,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2 189,4</b>	<b>100,0</b>	<b>2 938,9</b>	<b>100,0</b>

\* Não inclui as empresas.

FONTE: JNICT

em vez de organismo interministerial; subsidia pequenos projectos nas universidades mais adequados para a esfera de acção do INIC. Este, por sua vez, emprega muitas pessoas que deviam pertencer aos quadros das universidades.

## QUADRO 6.5

PORTUGAL — EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL EM I & D  
POR DOMÍNIO CIENTÍFICO (1972/80)

Ano	* 1972		* 1976		* 1978		* 1980	
	10 <sup>6</sup> esc.	%	10 <sup>6</sup> esc.	%	10 <sup>6</sup> esc.	%	10 <sup>6</sup> esc.	%
Domínio Científico								
Ciências Exactas e Naturais	157,5	24,6	215,5	21,3	350,1	15,1	802,3	27,3
Ciências da Engenharia	169,2	26,4	258,9	25,6	595,2	27,2	919,5	31,3
Ciências Médicas	88,1	13,8	82,4	8,2	486,9	22,2	394,6	13,4
Ciências da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas	146,6	22,9	347,5	34,4	565,4	25,8	507,4	17,3
Ciências Sociais e Humanas	78,5	12,3	105,7	10,5	211,8	9,7	315,1	10,7
TOTAL	639,9	100,0	1 010,0	100,0	2 189,4	100,0	2 938,9	100,0

\* Não inclui valores das empresas para os anos considerados.

FONTE: INICT

Finalmente:

vii) *Não existência de uma política científica e tecnológica global*, embora tenha havido muitas intenções, nos últimos anos, para a definir. Chegou

QUADRO 6.6

INIC — DESPESAS GLOBAIS COM A INVESTIGAÇÃO

(Em milhares de escudos)

Designação	1980	1981	1982
<b>ACÇÕES</b>	<b>368 491,5</b>	<b>578 249,0</b>	<b>519 001,7</b>
Organismos dependentes	292 167,4	479 577,8	409 463,0
Centros de investigação	245 711,5	431 020,6	349 535,0
Serviços de apoio	46 455,9	48 557,2	59 928,0
Bolsas de estudo	39 746,1	44 929,8	52 194,5
No País	3 518,7	7 292,8	16 447,1
No estrangeiro	36 227,4	37 637,0	35 747,4
Intercâmbio científico	18 490,7	26 969,6	28 338,9
Deslocações a Portugal	1 865,8	3 803,7	4 302,3
Deslocações ao estrangeiro	16 624,9	22 165,9	24 036,6
Reuniões científicas em Portugal	4 008,4	5 113,6	5 551,9
Publicações editadas ou subsidiadas	13 473,6	20 499,9	21 467,7
Subsídios a sociedades científicas	300,0	500,0	1 205,0
Quotizações para organismos internacionais	305,3	658,2	780,6
<b>ENCARGOS COM SERVIÇOS CENTRAIS</b>	<b>21 342,9</b>	<b>37 514,4</b>	<b>44 251,2</b>
Despesas com o pessoal	16 422,1	23 405,8	28 973,2
Outras despesas correntes e de capital	4 920,8	13 908,6	15 278,0
<b>TOTAL</b>	<b>389 834,4</b>	<b>615 563,4</b>	<b>563 252,9</b>

FONTE: INIC, relatório 1981-1982.

a figurar na Constituição de 1976, no seu Artigo 77.º, n.º 2, que «A política científica e tecnológica tem por finalidade o fomento da investigação fundamental e da investigação aplicada, com preferência pelos domínios que interessem ao desenvolvimento do País, tendo em vista a progressiva liber-



tação de dependências externas, no âmbito da cooperação e do intercâmbio com todos os povos»; mas na Constituição revista (de 1982), este articulado foi suprimido, dizendo-se apenas, no Artigo 73.º, n.º 4, que «A criação e a investigação científica são incentivadas e apoiadas pelo Estado» — redacção análoga à do anterior Artigo 77.º, n.º 1.

## QUADRO 6.7

RECURSOS HUMANOS AFECTOS A ACTIVIDADES DE I & D  
EM PAISES DA CEE E EM PORTUGAL

País	Recursos Humanos em I & D				Investigadores/ /Pop. Activa ( <sup>o</sup> /100)
	Total (Milhar ETC)		Fracção da Pop. Activa ( <sup>o</sup> /100)		
	1977	1979	1977	1979	1979
Alemanha	319,3	363,2	12,2	13,7	4,6
Bélgica	29,5	32,1	7,3	7,8	2,6
Dinamarca	13,8	15,3	5,4	5,7	2,0
França	222,1	230,8	9,8	10,0	3,2
Holanda	52,9	53,8	10,8	10,9	3,7
Irlanda	5,8	6,2	5,1	5,0	2,1
Itália	97,3	94,6	4,5	4,2	2,1
Reino Unido	310,0 (¹)	—	11,7 (¹)	—	4,0 (²)
PORTUGAL	6,5 (³)	7,7 (³)	1,7 (³)	1,8 (³)	0,6 (³)

(¹) Estimativa da OCDE para 1978.

(²) 1978.

(³) 1980.

FONTE: «Indicateurs de la Science et de la Technologie-I», OCDE e JNICT.

## 7. I & D E DEFESA NACIONAL EM PORTUGAL

Como já acentuámos, numa interpretação moderna, global, de defesa nacional, todas as actividades de I & D têm grande interesse para a defesa de qualquer país <sup>(1)</sup> e daí a importância da caracterização que fizemos no número anterior para avaliar as potencialidades e vulnerabilidades do factor científico-tecnológico do nosso Poder Nacional.

Não obstante, e à semelhança do que já fizemos em números anteriores, em especial no número 3, dediquemos ainda uma atenção especial à componente militar da defesa (e, de passagem, às actividades científicas no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte).

No nosso país, indústrias militares houve que foram pioneiras nos seus domínios, como a construção naval na época dos descobrimentos, o fabrico de pólvoras nos séculos XV e XVI, o fabrico de medicamentos para as Forças Armadas em tempos mais recentes. Mas hoje os «Inventários de recursos em ciência e tecnologia» da JNICT nem sequer referem a «Defesa» quando enumeram as despesas, por objectivos, com as actividades científicas e técnicas (I & D e actividades conexas), certamente por não serem significativas as verbas gastas — o que não surpreende num País em que, por padrões europeus, são tão baixos os gastos totais com a investigação e desenvolvimento experimental.

Não incluiremos, por isso, nas nossas considerações deste número, quaisquer elementos de carácter quantitativo.

---

(1) A este propósito e dada a dificuldade de obter, no contexto do nosso estudo, dados para os países da Europa de Leste, será interessante transcrever o que lemos na publicação «Science in Yugoslavia», Zagreb, 1980, no capítulo 8, intitulado Science and Total National Defence:

«Yugoslav socialist self-management society has an original concept of defence. The essential features of the doctrine of total national defence are as follows: the broadest possible involvement of working people and other citizens and their associations in defence (socialization of defence), non-alignment, i. e., non-acceptance of any Great Power umbrella, but reliance, instead, on the country's own human and material potentials.

The development of a defence system based on these principles presupposes a significant contribution by science to the general development of society's defence capabilities. This means that in addition to science research and development institutions operating within the Armed Forces of Yugoslavia, the country's overall scientific potential takes an appropriate part in the solution of scientific problems associated with defence. In other words, a fairly large number of scientific institutions, scientific workers and research and development institutions in Yugoslavia take part in research projects for defence purposes. Research in this sphere covers almost all aspects of the country's preparation for defence.»

E o capítulo continua com o desenvolvimento destas ideias.

Assinado o Tratado do Atlântico Norte em Abril de 1949, o Conselho da Organização veio a criar, anos mais tarde (em Junho de 57), na sequência de um relatório sobre a cooperação não militar («Relatório dos Três», de Dezembro de 56), um grupo de trabalho para se ocupar da eventual cooperação científica e técnica entre os seus membros, dado que estes domínios eram considerados pelo «Comité dos Três» de particular importância para a comunidade atlântica; e quando este grupo de trabalho apresentou o seu relatório ao Conselho da Organização, reunido pela primeira vez a nível de chefes de Governo (em Paris, em Dezembro de 57) estava-se sob o impacto produzido pelo lançamento do «Sputnik» — a que nos referimos na Introdução — o que deve ter influenciado a decisão então tomada de criar um Comité Científico em que todos os países da Aliança estariam representados. Este Comité reuniu, pela primeira vez, em Março de 58.

Foi assim que em Portugal surgiu, na Presidência do Conselho, a Comissão de Investigação para a OTAN (INVOTAN), criada por um despacho do Ministro da Presidência, de 1959, depois de ouvidos os ministérios interessados e com o objectivo de coordenar a concessão de bolsas de estudo atribuídas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Ainda na Presidência do Conselho e pela Portaria n.º 17 639, de 19 de Março de 60, foi criada a Comissão Coordenadora da Investigação para a Defesa, órgão superior militar ao qual incumbia planear, orientar, coordenar, impulsionar e inspeccionar as actividades de investigação científica e técnica para fins militares. Era presidida por um oficial general e tinha como vogais representantes dos Ministros da Defesa, do Exército, da Marinha e do Subsecretário de Estado da Aeronáutica.

---

Por exemplo: «Because of the universal character of scientific research, the results of various research and development projects are applied in the development of appropriate aspects of defence. In view of this, defence problems are, basically, a component and inseparable part of research of all kinds. Especially important for defence are all social research projects (demographic, historical, sociological, political, psychological, etc.) carried out by civilian research institutions and units and in the Armed Forces of Yugoslavia, because they directly affect human defence resources. Likewise, of special significance are projects concerned with the solution of production, energy, communication, health and other problems.»...

«The results of scientific research (in the «Yugoslav People's Army»), unless they are of specific significance for the Armed Forces, are published by army scientific institutions in domestic and foreign magazines.

Cooperation and coordination of research between the Armed Forces and civilian scientific institutions are encouraged by organizational and other measures.» Etc.

A partir de 1967 passou a existir, como vimos, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, também na Presidência do Conselho, com o fim de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional. Entre as suas atribuições figurava «colaborar com os serviços da Defesa Nacional no estudo de problemas científicos e técnicos de interesse para as Forças Armadas»; e do seu Conselho Geral (que constituía, com o Presidente, Comissão Executiva e Conselho Administrativo, os órgãos da Junta) fazia parte um representante do Ministro da Defesa Nacional.

Em Novembro de 1969 a OTAN criara o Comité dos Desafios à Sociedade Moderna para dar à Aliança uma nova dimensão social (compare-se com o que escrevemos na Introdução a propósito da atitude da sociedade perante a ciência no final da década de 60); e logo a seguir, pela Portaria n.º 141/70, de 12 de Março, a INVOTAN foi incluída na JNICT como uma das suas comissões permanentes e com a competência de:

- a) Coordenar a investigação científica realizada no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- b) Orientar a realização em Portugal de simpósios e cursos de especialização delineados e apoiados pelo Comité Científico e pelo Comité dos Desafios à Sociedade Moderna da NATO;
- c) Promover a melhoria de cientistas e técnicos portugueses pela realização de estágios em organismos de investigação subsidiados pela Aliança;
- d) Dar apoio permanente, de documentação, informação e expediente, aos delegados nacionais junto daqueles Comités e aos professores portugueses que fazem parte de comissões de peritagem *ad-hoc* ou permanentes;
- e) Assegurar o controlo dos estudos realizados pelos bolseiros e estagiários.

Entre os vogais da INVOTAN figurava inicialmente um representante do Ministro da Defesa Nacional; mas a Portaria n.º 294/74, de 24 de Abril, ao alargar o número de vogais, passou a incluir também um representante do Ministro da Marinha.

Depois do 25 de Abril, a JNICT, como toda a organização da investigação científica e tecnológica em Portugal, tem sofrido vicissitudes várias, como

se observou no número 6.; do CNICT ali referido (mas que ainda não entrou em funções!) faria parte um representante da defesa nacional (designado pelo respectivo ministro); e termine-se com a indicação de que, segundo a Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro (Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas), compete ao Conselho de Chefes de Estado-Maior dar parecer sobre a investigação e o ensino relativos à defesa nacional e às Forças Armadas (Artigo 51.º, n.º 3).

Lisboa, Fevereiro de 1984.

*Fernando Roldão Dias Agudo*

Professor Catedrático  
da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa  
Auditor do CDN/84

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

---

**A INTERPRETAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO  
E O SENTIDO FUNCIONAL DE SEGURANÇA**

---

*João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes*

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
841  
842  
843  
844  
845  
846  
847  
848  
849  
850  
851  
852  
853  
854  
855  
856  
857  
858  
859  
860  
861  
862  
863  
864  
865  
866  
867  
868  
869  
870  
871  
872  
873  
874  
875  
876  
877  
878  
879  
880  
881  
882  
883  
884  
885  
886  
887  
888  
889  
890  
891  
892  
893  
894  
895  
896  
897  
898  
899  
900  
901  
902  
903  
904  
905  
906  
907  
908  
909  
910  
911  
912  
913  
914  
915  
916  
917  
918  
919  
920  
921  
922  
923  
924  
925  
926  
927  
928  
929  
930  
931  
932  
933  
934  
935  
936  
937  
938  
939  
940  
941  
942  
943  
944  
945  
946  
947  
948  
949  
950  
951  
952  
953  
954  
955  
956  
957  
958  
959  
960  
961  
962  
963  
964  
965  
966  
967  
968  
969  
970  
971  
972  
973  
974  
975  
976  
977  
978  
979  
980  
981  
982  
983  
984  
985  
986  
987  
988  
989  
990  
991  
992  
993  
994  
995  
996  
997  
998  
999  
1000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY

1960

UNIVERSITY OF CHICAGO



---

## A INTERPRETAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO ESPAÇO E O SENTIDO FUNCIONAL DE SEGURANÇA (\*)

---

### 1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva desta análise, o estudo da «componente horizontal do espaço» (1) corresponde ao desenvolvimento de um modelo (2) parcial de interpretação da dinâmica do «espaço», considerado como vínculo geográfico do Poder.

Justifica-se, assim, que a interpretação do seu sentido só se traduza em realidade actuante, ao admitir, como pressupostos, um quadro geopolítico de referência e um cenário estratégico base.

Estes serão os elementos que introduzem, no desenvolvimento da sua caracterização, o sentido dinâmico da situação envolvente (3), única forma de facultar conclusões sobre o seu real significado no tempo (4).

Responder-se-á, assim, à especificidade própria da análise geoestratégica, a qual corresponde, com uma intensidade cada vez maior, a imperativos derivados do sentido holístico inerente à forma de repercussão e de interacção dos fenómenos no Mundo contemporâneo.

---

(\*) Este artigo reflecte o teor de conferências e intervenções para que, nesta área, o autor foi solicitado em 1983 e 1984, nomeadamente na Escola Superior do Exército (Madrid), no 1.º Curso de Verão do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (Ofir), no Instituto de Defesa Nacional (Lisboa) e no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Sintra).

(1) Que, como será referido, envolve a consideração de referências diversas como a extensão, posição, configuração e a caracterização do ambiente natural, entre cujas componentes se incluem a geomorfologia, hidrografia, clima, solo e vegetação.

(2) Como conceito de modelo é aqui suficiente considerar «uma formulação da realidade, antecedida por um determinado esquema conceptual que a interpreta, através de um certo número de hipóteses admitidas».

(3) Segundo o qual toda a situação se constitui em «movimento», o que vem possibilitar o entendimento do presente, pelo estabelecimento de uma «ponte» entre o passado e o futuro próximo.

(4) Não há constância na interpretação do significado geoestratégico do «espaço» — a sua validade revela-se no intervalo de tempo a que se refere.

Por isso se procurará uma aproximação aos traços fundamentais de envolventes, para fazer realçar o fluir entre o nacional, o regional e o internacional, no qual emergirá o reforço da necessidade do agrupamento de países em alianças, pactos e comunidades, como forma de garantir segurança, através da afirmação da credibilidade da dissuasão (\*).

Porque na Europa Ocidental, em função da «paralisação nuclear» as ameaças se manifestam, fundamentalmente, por estilos de acção indirectos (em que a lassidão, a abulia, a usura, as contradições e os antagonismos de sentimentos e interesses são explorados com a finalidade de obter dividendos sob formas de influência ou de domínio), avultará a importância crítica das «estratégias de tempo de paz». Nestas, surgirá o sentido funcional que deve presidir à estruturação dos vários tipos de associações de Estados, em correspondência, portanto, com uma «especialização» dos seus componentes, tendo em vista o «conceito de espaço» tal como será formulado.

No que à Geografia Física diz respeito, tratar-se-á, portanto, de a interpretar dinamicamente, como elemento base de partida da actividade humana, a um tempo clarificador dos sucessos e insucessos das sociedades históricas e da natureza das funções geoestratégicas que, no período considerado, são específicas a cada estado, no permanente esforço de harmonização dos seus interesses vitais com a forma da sua inserção, regional e global, nos sistemas de relações internacionais. Nesta óptica, o estudo da Geografia Física não só contribui para a salvaguarda dos fins servidos pelas estratégias nacionais como também concorre para o reforço das coerências regionais (pelo mitigar de tensões), razão que conduz à sua projecção, como valor acrescentado, na defesa de interesses conjuntos, particularmente quando respeitantes a alianças nas quais os Estados procuram um imprescindível complemento de segurança.

## 2. O AMBIENTE ESTRATÉGICO GLOBAL

### a. O Conceito de Espaço

O intenso desenvolvimento científico e tecnológico, verificado após a II Grande Guerra, projectou-se em todo o amplo espectro das actividades e dos meios envolvidos na concepção e na realização estratégicas.

---

(\*) Desenvolvida nos diversos âmbitos das Estratégias Gerais.

Acredita-se porém que, neste domínio, a real dimensão da evolução verificada só surja quando avaliada em termos da alteração verificada no conceito de «espaço».

A noção de «espaço», que é a um tempo natural e resultante da interacção Homem-ambiente, tem vindo, efectivamente, a ser encarada com um significado crescente, particularmente porque a tipologia daquela interacção aponta para que tanto o político como o estratego e o economista se sintam conduzidos à consideração da Terra como um todo, no qual os fenómenos se repercutem numa estreita inter-relação, independentemente do lugar onde ocorram.

Esta verificação de uma intensiva ressonância dos fenómenos no Mundo, a qual corresponde não só à consciência da ameaça imposta pela escassez (\*) como também ao reflexo do crescimento, em exponencial, do ritmo da evolução tecnológica (†), reflecte-se, necessariamente, num diferente «sentido do espaço» gerador da actual especificidade da dinâmica do Poder.

Será, pois, a interdependência e a globalização dos fenómenos que estará na origem da evolução do significado do conceito de espaço para uma amplitude e dinamismo que permite admiti-lo como a resultante de três componentes:

- uma, correspondente à integração dos conceitos de extensão, posição, configuração, morfologia e recursos naturais em Geografia Física (componente horizontal);
- outra, respeitante ao inter-relacionamento dos factos económico, tecnológico, social, cultural e demográfico em Geografia Humana (componente vertical); e
- a terceira, como a expressão da interacção, num determinado período, das duas primeiras (componente temporal).

O «espaço» pode ser assim considerado como o próprio objecto dos estudos geográficos e, como tal, o suporte imprescindível ao dinamismo,

---

(\*) Particularmente no respeitante aos actuais modelos socioeconómicos do mundo desenvolvido (os quais representam, de qualquer forma, o motor do progresso da humanidade).

(†) Projectado nas economias, nas comunicações de transporte e de relação, nos meios e processos de guerra, na viabilidade das organizações transnacionais e internacionais e nas perspectivas de conquista do espaço exterior.

necessariamente implícito no conceito de análise estratégica, sentido segundo o qual é plenamente assumido como o meio a partir do qual a estratégia se desenvolve e onde se materializa também.

De entre as alterações verificáveis nos diversos factores de natureza geográfica (\*), a contracção verificada na terceira componente do espaço — o tempo — é que se afigura como a que teve maior impacte na análise estratégica: ela trouxe consigo uma noção alargada de «continuidade do espaço», resultante de um desenvolvimento intensivo da actividade humana num gigantesco e, por enquanto, fechado sistema circulatório (\*\*).

Este tipo de análise conduz então à consideração da «circulação» — entendida como sentido dinâmico das comunicações de relação e de transporte — não só como resposta a imperativos decorrentes da interacção dos elementos humano e físico do «habitat», mas também como influenciadora, em retorno, da própria evolução do conceito de espaço.

Efectivamente, ao influir na variabilidade de cada uma das componentes do espaço, a «circulação» passa a constituir, por si própria, um importante vector actuante na globalização dos fenómenos e, como tal, elemento essencial no estabelecimento e evolução da organização política do espaço e na estruturação e operação das expressões de poder daí resultantes.

Na sua componente — comunicações de relação — ressalta com uma importância decisiva na organização e desenvolvimento das sociedades humanas, fundamentalmente através da difusão de ideias e da transmissão de dados e informações, cuja oportunidade é, hoje em dia, imprescindível ao exercício das actividades políticas e estratégicas, nomeadamente à expressão do poder ideológico.

Na sua outra componente — as comunicações de transporte — surge cada vez mais como condição de possibilidade da eficiência e de eficácia dos sistemas administrativos e comerciais, da logística de produção e da capacidade de aplicação dos potenciais, logo elemento decisivo da Política e da Estratégia.

---

(\*) Largamente tratadas por diversos analistas, como Vicens Vives, Célérier, Cohen, Cline, Beaufre, entre outros.

(\*\*) O que não implica, necessariamente, a total perda de significado das distâncias e dos obstáculos que mantêm a sua importância relativa em termos económicos, de usura e de tempo, embora já somente quando considerados em termos globais.

Globalmente poder-se-á, então, concluir que a tecnologia de ponta, posta ao serviço da circulação, trouxe consigo o duplo efeito: se por um lado aumentou a capacidade singular de controlo e de intervenção dos diversos actores da cena internacional nos sistemas em que se movimentam, por outro conduziu a um processo de colectivização das suas atitudes e comportamentos.

Terá sido, pois, esta progressiva modificação do «sentido do espaço» para um «sistema de circulação integrado e contínuo» (onde somente têm sentido as expressões funcionais dos vários elementos que o integram), o vector que, no pós-guerra, vem introduzindo uma nova amplitude e dinamismo à interpretação dos factores geográficos<sup>(10)</sup>, nomeadamente quando se tem em vista a operação de modelos de análise estratégica.

#### b. *O Impacte do Facto Nuclear*

As duas potências vencedoras da II Grande Guerra — os EUA e a URSS —, a primeira desde logo detentora de um poder nuclear excessivo<sup>(11)</sup> e ainda mal controlado, e a segunda, armada de uma ideologia universalista ameaçante (a qual viria, mais tarde, a apoiar-se num poder nuclear equivalente), acabaram por impor ao Mundo um sistema global de relações caracterizadamente bipolar<sup>(12)</sup>. Foi, pois, num tal contexto que a sociedade tecnológica passou a organizar-se e a actuar, sem dúvida dentro de limites progressivamente mais amplos e complexos, mas sempre em função da principal direcção de confronto: a direcção Este-Oeste, cujo desenvolvimento apresenta, como constante, o pano de fundo da dissuasão nuclear.

Nesta óptica, o poder nuclear (que integra em si as clássicas expressões terrestre, marítima e aérea do Poder) ressalta como um limiar estratégico omnipresente e, como tal, determinante no ambiente vincadamente sistémico em que os cada vez mais numerosos e diversificados actores da cena internacional se viram forçados a movimentar-se. Esta razão aponta

---

<sup>(10)</sup> Tanto de natureza física como humana.

<sup>(11)</sup> Porque desproporcionado em relação aos objectivos políticos a atingir, através da guerra.

<sup>(12)</sup> O qual se mantém, pesem embora alguns indícios do seu possível esbatimento, verificáveis a partir da década de 60.

para que o Facto Nuclear, emergente do pós-guerra, constitua um fenómeno vincadamente caracterizador e condicionante de toda a dinâmica política e estratégica, quer de âmbito global quer regional<sup>(13)</sup>.

De facto, a utilização da energia nuclear para fins militares, optimizada, hoje, pelo aperfeiçoamento tecnológico dos vectores transportadores<sup>(14)</sup>, pelo controlo científico dos efeitos, pela miniaturização, pela precisão e pela fiabilidade, está na origem de um específico comportamento político e estratégico, com profundos reflexos na dinâmica do Poder.

Esta especificidade decorre da actual necessidade de manter em equilíbrio um sistema, no qual as acções e reacções se desencadeiam num quadro limitado pela sempre possível e presente ameaça do confronto nuclear total com a destruição mútua assegurada que, a ocorrer, alteraria por completo toda e qualquer formulação geopolítica e geoestratégica concebida do antecedente.

O equilíbrio deste sistema é caracterizável pelo seu artificialismo num ambiente de violenta competitividade, isto porque é:

- por natureza instável, uma vez que resulta de uma concepção dinâmica de correlação de forças;
- dominado pela escassez que, dada a finitude do espaço por enquanto envolvido, se reflecte em todos os domínios<sup>(15)</sup>;
- fortemente influenciado por ideologias de vocação universalista<sup>(16)</sup>;
- vincadamente marcado pela aceleração crescente do ritmo da revolução tecnológica<sup>(17)</sup>.

---

(13) Respeitando, tanto ao internacional como ao intranacional.

(14) Mísseis balísticos e plataformas terrestres, marítimas (de superfície e submersas), aéreas e espaciais.

(15) O que pode ser esquematizável, segundo três vectores:

Físico — extensão e recursos naturais...

Humano — estruturas culturais, financeiras, económicas, científico-tecnológicas...

Tempo — reforço da importância das percepções, o risco da automatização, a criticidade do poder efectivo...

(16) De natureza política, socioeconómica ou religiosa que se revelam como um factor multiplicador da competitividade.

(17) Como forte impacte no processo geral de desadaptação do Homem ao ambiente e no reforço da diversidade.

Nele podem ocorrer três fenómenos: o seu desequilíbrio acidental, o voluntário (por escalada ou não) — e em qualquer dos casos o confronto nuclear total, ou seja, o apocalipse —, ou, então, a manutenção de uma correlação de forças que mantenha a situação de tensão abaixo do limiar da crise — situação que podemos designar por «Paz Nuclear».

Num tal sistema, a Política e a Estratégia das Superpotências<sup>(18)</sup> são desenvolvidas num clima de crise continuada, em que os respectivos comportamentos de conflito se caracterizam por uma situação de incerteza sobre o limiar da crise, cuja ultrapassagem desencadearia o confronto nuclear. O risco implícito nesta dinâmica faz emergir a necessidade de um apertado e ajustado controlo na gestão da crise, o qual reforça a exigência do tratamento integrado da Política e da Estratégia<sup>(19)</sup>.

Aqui se revela, pois, a importância da Geografia<sup>(20)</sup>, isto porque quaisquer modelos de interpretação de uma tal realidade operam no espaço finito, objecto do estudo desta Ciência. Ela contribuirá para dar consistência à compreensão da diversidade de percepções acerca das «diferenças» existentes nas e entre as diversas regiões, sejam elas de natureza estratégica ou política<sup>(21)</sup>.

Não repugna, pois, aceitar a actualidade da atitude de análise geoestratégica, uma vez que a crescente «escassez» impõe o estudo dinâmico do «espaço» para a permanente avaliação de possibilidades, limitações e riscos presentes e previsíveis, quer no emprego ou ameaça de emprego<sup>(22)</sup> de formas de coacção<sup>(23)</sup>, como no fazer face a ameaças

---

(18) Detentoras de um poder incomparavelmente superior ao do mundo anexo e, como tal, ocupando uma posição determinante e privilegiada no sistema.

(19) Referido já por Pierre Célérier, a propósito dos agentes intervenientes na Política e na Estratégia. «... pensar em uníssono, por vezes a ponto de constituírem uma mesma entidade ...» (em «Géopolitique e Geostratégie», 1969).

(20) Ibid., a propósito do comportamento dos políticos e dos estrategos, refere: «... os factores geográficos são para todos eles dados de base comuns e, simultaneamente, condições de validade das soluções, elas também, necessariamente comuns ...».

(21) Região Estratégica: parcela de espaço política ou culturalmente orientada para poder opor-se, potencialmente, a um inimigo comum, ou cujo controlo altere significativamente a relação de forças existente.

Região Política: parcela de espaço que se diferencia como unidade política soberana.

(22) Dissuasão.

(23) Como Beaufre referiu «... é no espaço geográfico que se irão diferenciar as zonas que incluem, para cada um dos adversários, as ameaças de valor diferente». (Em «O Factor Geográfico na Dissuasão», 1969.)

vitais<sup>(24)</sup> e marginais<sup>(25)</sup>, acções que, de qualquer forma, são sempre materializadas no «espaço» em que o Homem se insere e se movimenta.

Admitindo, agora, que a dinâmica do confronto entre as duas actuais Superpotências implica uma divisão espacial em «Zonas Santuário, Zonas Cobertas pela Dissuasão, Zonas de Incerteza e Zonas de Conflito»<sup>(26)</sup>, é oportuno equacionar-se o comportamento possível de outros actores intervenientes no sistema.

Para os que possuem algum poder nuclear este parece visar, sem grande margem para dúvida, a exclusiva defesa dos seus interesses vitais<sup>(27)</sup> e, eventualmente, constituir um vector na expressão da sua influência regional ou trans-regional<sup>(28)</sup>.

De qualquer forma, as possibilidades e limitações postas ao seu comportamento e atitudes decorrem, em grande parte, do seu posicionamento no Mundo. Assim, verifica-se uma «paralisação» nas «Zonas Cobertas pela Dissuasão», uma relativa «permissividade» nas «Zonas de Incerteza» e uma «liberalização» nas «Zonas de Conflito»<sup>(29)</sup> com a conseqüente proliferação de confrontos de natureza diversa<sup>(30)</sup>.

<sup>(24)</sup> As que alteram significativamente o equilíbrio anterior.

<sup>(25)</sup> As que, embora afectem o equilíbrio, podem ser compensadas.

<sup>(26)</sup> Esquema que reflecte a percepção bipolar do confronto, no qual:

As Zonas Santuário correspondem aos territórios nacionais das duas Superpotências; caracterizam-se por estarem salvaguardadas pela certeza de uma capacidade de resposta nuclear de patamar igual ou superior à ameaça.

As Zonas Cobertas pela Dissuasão correspondem a áreas de «interesse vital» para as Superpotências, onde é admissível o desenvolvimento de estratégias indirectas, a intervenção directa das Superpotências com meios clássicos contra terceiros e, no limite, o confronto nuclear limitado entre as duas Superpotências com os inerentes riscos de escalada.

As Zonas de Incerteza, conceito fluido, cuja essência corresponde a situações conjunturais de acumulação de vantagens ou desvantagens em regiões particularmente críticas do Globo; nelas se admite o desenvolvimento de estratégias indirectas, de confrontos clássicos controlados sem a directa intervenção das duas Superpotências e o emprego limitado do fogo nuclear por entrepostas potências.

As Zonas de Conflito, campo, por excelência, das estratégias indirectas, com vasto emprego de meios convencionais; o fenómeno de acumulação de ganhos ou perdas «marginais» nestas Zonas pode provocar a emergência de «Zonas de Incerteza».

<sup>(27)</sup> Representados no seu peso relativo nas Alianças, numa limitada capacidade de intervenção no sistema global de relações e na garantia dos direitos soberanos, pela credibilidade da sua actuação no patamar nuclear em caso de ameaça à sua sobrevivência.

<sup>(28)</sup> O prestígio como função potenciadora de «Zonas de Influência».

<sup>(29)</sup> Nestas Zonas as Superpotências procuram atingir os seus objectivos «marginais», preferencialmente através da influência de «potências de segunda ordem» ou de «potências inferiores» por estas manipuladas.

<sup>(30)</sup> Coloniais, intra-estatais e interestatais, segundo a classificação de Bothoul e Carrère em «Défi de la Guerre». O Primeiro-Ministro britânico, Margareth Thatcher, referiu em Junho de 1982 que, a partir de 1945, poderiam ser já enumerados 120 conflitos de envergadura.



Aqui ressalta, também, a importância das interpretações de base geográfica. Efectivamente, devido ao carácter dos conflitos dominantes<sup>(21)</sup>, torna-se notório o importante papel dos modelos de interpretação da dinâmica do «espaço» para avaliação quer das condições de possibilidade de projecção de Poder para o exterior do núcleo emanador quer das opções sobre os próprios pontos de aplicação. Por outro lado, considerando agora o patamar nuclear, em termos de estados-membros de uma Aliança, aquilo que para uns é vital num determinado momento não o é, necessariamente, para outros, aspecto este que sobressai com grande acuidade na análise geoestratégica.

Passando, agora, às Potências desprovidas de capacidade nuclear, a dinâmica do sistema impõe que a resultante dos factores de natureza geográfica<sup>(22)</sup> constitua a mais permanente condição de possibilidade para a sua afirmação política e estratégica. Efectivamente, a análise da sua interacção, quando prospectivada em termos de «circulação», faz ressaltar potencialidades e restrições que constituem premissas para a optimização das escassas oportunidades de expressão que lhes são permitidas. A interpretação geoestratégica surge então aqui, com acrescida oportunidade, enquanto auxiliar precioso para a compreensão do quadro envolvente e para o processo de tomada de decisão, imprescindíveis aos mecanismos de actuação<sup>(23)</sup> dos quais fazem parte os alinhamentos, realinhamentos e não alinhamentos, tanto de âmbito regional como global.

Com esta sintética abordagem à caracterização do ambiente estratégico que caracteriza a sociedade tecnológica, dominada pela consciência da escassez, pela globalização dos fenómenos e pela «incerteza nuclear», procurou-se sublinhar a permanência do valor das análises desenvolvidas numa base geográfica<sup>(24)</sup>, pesem embora as alterações, por vezes profundas, verificáveis no significado dos factores de análise.

---

<sup>(21)</sup> Clássicos e subversivos.

<sup>(22)</sup> Obtida através da interpretação do significado conjuntural, entre outros, da posição, extensão, configuração, estrutura física, recursos naturais, demografia e etnografia, condições culturais e científico-tecnológicas.

<sup>(23)</sup> Sempre intimamente relacionados com a defesa de interesses nacionais, como sejam o reforço das condições de independência para protecção em relação a expressões hegemónicas, ou a obtenção de contrapartidas no âmbito da segurança e do desenvolvimento.

<sup>(24)</sup> Imprescindíveis, tanto ao político como ao estratégico, ambos inseridos num mesmo ambiente sistémico que os obriga a decidir em unísono.

Através da interpretação apresentada conclui-se ainda que aquelas análises conduzem, de uma forma ou outra, à aquisição de um mais ajustado e consistente «sentido do espaço», segundo o qual a «continuidade» e a «diversidade» ressaltam como elementos fundamentais da «circulação».

Surge-nos assim, com particular relevância, o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao Homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica — ou seja, a atitude de análise geoestratégica.

### *c. Perspectiva Geoestratégica*

Numa escala global, a distribuição das Terras e dos Mares, analisada no quadro da actual dinâmica do Poder<sup>(35)</sup>, aponta para a consideração do Mundo como um único e integrado «espaço de circulação», no qual as terras emersas sobressaem como um conjunto insular formado por quatro ilhas, de entre as quais, pela sua vastidão, sobressaem o Velho Mundo ou Ilha Mundial de Mackinder<sup>(36)</sup> e o Novo Mundo ou Ilha Americana<sup>(37)</sup>.

Estas constituem duas realidades físicas que, em face dos gelos do Árctico<sup>(38)</sup>, se apresentam como subpenínsulas de um só «grande continente mundial».

As outras duas ilhas são os conjuntos Australiano<sup>(39)</sup> e da Antárctida<sup>(40)</sup>.

A conjugação da posição relativa ocupada pelas terras que emergem do «mundo das águas» com a distribuição mundial do clima permite, então, concluir que, do ponto de vista estratégico, aquelas encerram em si um «espaço oceânico interior de circulação», constituído pela articulação do Atlântico com o Índico<sup>(41)</sup>.

<sup>(35)</sup> Onde o Facto Nuclear constitui, como já foi sublinhado, o vector predominante.

<sup>(36)</sup> Conjunto formado pela Eurásia e Ásia.

<sup>(37)</sup> Conjunto formado pela América do Norte, América Central e Caraíbas, e América do Sul.

<sup>(38)</sup> Espaço de circulação fundamental do confronto atómico intercontinental.

<sup>(39)</sup> Região intimamente ligada ao Mundo Marítimo que se fecha sobre a ilha polar.

<sup>(40)</sup> Região «tampão do Mundo» que, pelo vazio do Poder, pode considerar-se como um «anti-heartland».

<sup>(41)</sup> Aqui sobressai a importância do cone Sul da África (no qual a RAS representa a sua expressão fundamental) por materializar o estreitamento deste espaço de circulação.

Para além destas figuras, resta o vasto «contínuo aquático» — o Pacífico que é um oceano exterior <sup>(42)</sup>.

No «grande continente mundial» existem, actualmente, dois «Heartland» <sup>(43)</sup>, ambos no Hemisfério Norte. No conjunto Euroáfrica-Ásia, a maior massa terrestre, o «Heartland Continental Soviético» <sup>(44)</sup> com limitado acesso aos oceanos (interior e exterior); no conjunto americano o «Heartland Insular Norte-Americano» <sup>(45)</sup> com amplos acessos a qualquer um dos espaços oceânicos (interior e exterior). Estes «Heartland» enfrentam-se directamente pelo Norte, através da região polar ártica — espaço fundamental de circulação aérea e submersa para o confronto nuclear intercontinental. No interior do «grande continente mundial», flanqueando os dois Heartland, surge um «espaço anfíbio» — o Atlântico Norte e a Europa Marítima (onde o «espaço ibérico» se integra) — o qual, no seu conjunto, constitui o espaço fundamental de circulação marítimo-terrestre para o confronto por meios clássicos e nuclear limitado.

Analiseemos, agora, a dinâmica do comportamento geoestratégico destes nodos de poder de primeira ordem.

O «Heartland Continental Soviético» depende apenas do seu núcleo origem de Poder <sup>(46)</sup>. A partir dele pode conduzir uma manobra flexível de avanços e recuos, logo de expansão, em continuidade e contiguidade, para o exterior do núcleo emanador ou, então, de retracção para o seu interior. Este espaço, relativamente autárcico do ponto de vista económico e estratégico, permitiu-lhe, já, a construção autónoma de um poder militar equivalente ao da Potência Marítima, porém não lhe facultou, ainda, a liberdade de acção suficiente para atingir um grau de vantagem definitivo.

---

<sup>(42)</sup> Salpicado pelas pequenas ilhas do Hawai e da Oceânia e ligado no «Oceano Interior» por passagens difíceis, cujo controlo passa pela Antárctica, pelo cone Sul da América, pela Austrália e Sudeste Asiático.

<sup>(43)</sup> No sentido de Sversky.

<sup>(44)</sup> *Glacis* defensivo, protegido pelos gelos a Norte e pela sua extensão, em profundidade, na direcção Este. Aberto a Oeste no prolongamento europeu da planície asiática, cobre-se a Este pela região hostil da bacia do rio Lena e, a Sul, pelos desertos arábico, iraniano, tibetano e mongólico (em correspondência com o conceito de Mackinder — segunda fase).

<sup>(45)</sup> *Glacis* defensivo, protegido a Norte por extensos escudos florestados e gelados, e, a Oriente e Ocidente, pela conjugação da vastidão oceânica e pelas cadeias montanhosas costeiras, abre-se a Sul, no funil mexicano.

<sup>(46)</sup> Devido ao carácter rígido e centralizado da sua prática política e económica.

Dáí que a sua maior vulnerabilidade seja a possibilidade de alteração da sua estabilidade interna, a qual constitui a premissa da «energia excedentária»<sup>(\*)</sup> que aplica no desenvolvimento de uma estratégia de oportuna e sistemática ocupação de vazios do Poder criados, quer circunstancialmente, quer por sua iniciativa ou em exploração de erros do adversário.

Com estes pressupostos, compreende-se que materialize o fundamento terrestre da sua expressão do Poder por uma atitude de expansão por linhas interiores, fundamentalmente dirigida sobre as regiões costeiras do «espaço oceânico interior». Esta sua acção é conduzida tendo em vista canais de circulação terrestre preferenciais<sup>(\*\*)</sup> ou que, conjunturalmente, ofereçam uma maior probabilidade de alongamento até ao mar<sup>(\*\*)</sup>.

O «Heartland Insular Norte Americano», detentor à partida da vantagem que lhe é conferida pela liberdade de circulação<sup>(\*\*)</sup>, depende não só da «energia excedentária» gerada no seu núcleo origem de Poder como também das amarrações longínquas dos seus canais de movimento. O seu sentido é-lhe conferido pela capacidade de projectar Poder sobre costas longínquas<sup>(\*\*)</sup>, razão porque estas constituem não só premissa da sua capacidade de actuação como também condição de possibilidade, no tempo, para alcançar a supremacia sobre o «Heartland Continental». Porém, em contrapartida, uma hipotética indisponibilidade de amarração aos espaços transoceânicos representaria a perda da razão de ser da sua essência, logo do seu Poder — daí que as costas longínquas constituam a sua maior vulnerabilidade.

Admitindo estes pressupostos, compreende-se também que materialize o fundamento marítimo da sua expressão do Poder por uma atitude de compressão por linhas exteriores, fundamentalmente assente no controlo de «check points» e na sua projecção para o interior dos espaços marginais da ilha Mundial. Nesta sua acção de contenção utiliza o «canal de

(\*) Na aceção de B. Cohen.

(\*\*) Referenciáveis na constância histórica das suas intenções.

(\*\*\*) A sua actual capacidade naval e espacial permite-lhe, já, a actuação, com êxito, em continuidade no «espaço».

(\*\*\*\*) A abertura da sua prática política e económica constitui um factor multiplicador desta vantagem.

(\*\*\*\*\*) Com particular relevo para as do «espaço oceânico interior».

circulação anfíbio», proporcionado pelo controlo dos espaços oceânicos<sup>(32)</sup> e pela disponibilidade de pontos de amarração nas costas longínquas<sup>(33)</sup>.

Em termos geoestratégicos, a dinâmica de comportamento entre os dois nodos de Poder de primeira ordem, respectivamente assentes nas realidades físicas e humanas dos «Heartland» em que se consubstanciam, não só define uma relação estratégica predominante como também sublinha o ascendente relativo, ainda muito vincado, do Hemisfério Norte<sup>(34)</sup>.

Com base nestas hipóteses, é oportuno salientar os traços geoestratégicos dominantes do espaço interior de cada uma das duas grandes «ilhas mundiais».

No Velho Mundo, referem-se os seguintes espaços parcelares:

- O Euro-Norte Asiático, correspondente ao «Heartland Continental Soviético»<sup>(35)</sup>; assenta no significado continental da articulação da planície asiática com a curopeia.
- O Euro-Norte Africano, correspondente à Europa Ocidental<sup>(36)</sup> e Magreb, cujo sentido lhe é conferido pelo significado marítimo das suas costas atlânticas e do interespaço mediterrânico.
- A Charneira do Velho Mundo, correspondente ao Nordeste Africano (corno de África incluído) e o Próximo e Médio Oriente. O seu sentido é-lhe conferido por constituir, em conjugação com os cinco mares que a bordejam e repartem, um nó de articulação intercontinental<sup>(37)</sup>, que contém a passagem interior de alternativa para a ligação do Atlântico ao Índico. A sua importância é acrescida pelo facto de, entre Baku e Omam, se situarem cerca de 3/4 das reservas energéticas de origem fóssil do Mundo.

---

<sup>(32)</sup> Com ênfase para o «espaço oceânico de circulação interior».

<sup>(33)</sup> A sua capacidade aérea e espacial permite-lhe dispor de uma imediata, mas limitada, capacidade de intervenção directa no Mundo, desde que possa utilizar bases oceânicas intermédias.

<sup>(34)</sup> A emergência do Hemisfério Sul é mais sensível no âmbito da Geopolítica.

<sup>(35)</sup> Onde a URSS emerge como gerador e catalizador de Poder, ou seja, uma região fulcral com capacidade global.

<sup>(36)</sup> Nodo do Poder de segunda ordem — espaço económico com capacidade limitada, cultural e ideologicamente ligado ao Novo Mundo.

<sup>(37)</sup> Esta Região está muito ligada à Europa Ocidental, ao Paquistão na Ásia do Sul e à África a Norte do Sara.

- A África subsaariana, cujo sentido lhe é conferido pela sua especificidade cultural, pela sua excêntrica continentalidade em relação à Eurásia e pelo facto de ser a única região da Ilha Mundial com uma periferia que drena, em continuidade, para toda a vastidão do «espaço oceânico de interior circulação».
- A Ásia do Sul e Sudeste<sup>(58)</sup> cujo sentido lhe é conferido pelo seu isolamento físico, conferido pelo maciço dos Himalaias e pelos seus prolongamentos a Ocidente e Oriente.
- A Ásia Oriental<sup>(59)</sup>, cujo sentido lhe é conferido pela sua separação física em relação aos dois «Heartland» e pela abertura para o «grande oceano exterior». Estas circunstâncias motivam as suas apetências regionais em relação ao Sudeste Asiático e o seu tendencial escorregamento para o Pacífico.

Nestes espaços ressalta, como área de decisão estratégica, a «Charneira do Velho Mundo» e os seus prolongamentos Ocidental e Oriental: para Ocidente, o remanescente da bacia do Mediterrâneo que inclui as regiões com características para-insulares europeias que drenam para este mar<sup>(60)</sup>, as suas ilhas e a extensão pela África a Norte do Saara que se prolonga até ao Noroeste Africano; para Oriente a região do Baluchistão e do Sudeste Asiático peninsular e insular.

Esta faixa de transição marítimo-terrestre, cuja continuidade é só quebrada pela Índia, apoia-se a Ocidente na Europa Marítima e, a Oriente, na Austrália; a Norte, situam-se o «Heartland Continental Soviético» e a China e, a Sul, a África a Sul do Saara.

Quanto ao Novo Mundo, destacam-se os seguintes espaços parcelares:

- A América do Norte, correspondente ao «Heartland Insular Norte Americano»<sup>(61)</sup>; assenta no significado do seu isolamento face aos gelos do Norte, no estrangulamento interamericano<sup>(62)</sup>, e nas vastas

<sup>(58)</sup> Formada pelo Paquistão, Índia, Bangladesh e Sudeste Asiático, onde a Índia emerge como uma potência regional tendencialmente neutral.

<sup>(59)</sup> Continental e insular, onde a China constitui um poder autónomo com expressão global e o Japão emerge como poder regional pró-occidental.

<sup>(60)</sup> Grécia, Albânia, Jugoslávia, a Itália do Sul e a Espanha mediterrânica.

<sup>(61)</sup> Onde os EUA emergem como pólo do poder de primeira ordem, ou seja, como região nodal com capacidade global.

<sup>(62)</sup> Provocado pelos recortes da penetração marítima do mar das Caraíbas e golfo do México, associada ao recorte da costa do Pacífico (golfo da Califórnia).

- costas que oferece aos dois espaços oceânicos de circulação (o interior e o exterior).
- A Charneira do Novo Mundo<sup>(65)</sup> que assenta no significado físico e humano da bacia do mar das Caraíbas<sup>(66)</sup>, no facto de integrar um istmo interoceânico de ligação entre as quase-ilhas do Norte e do Sul e na disponibilidade de hidrocarbonetos.
  - A América do Sul<sup>(67)</sup>, cujo sentido lhe é conferido pela sua especificidade cultural<sup>(68)</sup>, pela sua excêntrica quase-insularidade, pela dissociação das costas que oferece a cada um dos espaços oceânicos de circulação (interior e exterior), e pelo facto de, a Sul, se fechar sobre a ilha polar<sup>(69)</sup>.

Nestes espaços ressalta, como área particularmente sensível<sup>(65)</sup>, a «Charneira do Novo Mundo», que se considera constituída pelo istmo continental — a América Central — e pelas ilhas das Caraíbas<sup>(66)</sup>. Esta área apresenta dois prolongamentos continentais: para Norte, o México que avulta como uma sub-região de amortecimento e, para Sul, a região ribeirinha Norte do Continente Sul-Americano.

Esta contínua faixa regional de transição marítimo-terrestre apoia-se a Norte, directamente, na fronteira dos EUA e, a Sul, na fronteira do Brasil.

---

(65) Espaço americano de articulação Norte-Sul, culturalmente ligado ao Mundo Hispânico da América do Sul.

(66) Onde ressaltam as suas ilhas e penínsulas e o canal do Panamá, alternativa imprescindível à ligação entre os espaços oceânicos de circulação (exterior e interior).

(67) Onde emergem com particular significado o Brasil e a Argentina. O primeiro, uma «ilha cultural» no Continente Sul-Americano, corresponde a um espaço multirracial de expressão lusíada com uma capacidade emergente de poder global propiciada pela vastidão territorial com extensas costas para o Atlântico, pela expressão demográfica e pelos seus imensos recursos naturais. A segunda corresponde a um importante espaço cultural de expressão hispânica com uma capacidade emergente de poder regional; a sua importância é acrescida pelo controlo das passagens interoceânicas ocidentais que partilha com o Chile.

(68) De raiz portuguesa e espanhola.

(69) Este espaço está, de qualquer forma, muito ligado ao dinamismo económico dos EUA.

(65) Crítica para os EUA e, portanto, para o Mundo Ocidental.

(66) Onde Cuba constitui um pólo ideológico antagónico, não regional.

Neste aproximar da aurora do século XXI podem, em síntese, retirar-se algumas conclusões acerca do que caracteriza a envolvente da sociedade tecnológica:

- O sentido integrado do espaço estratégico num único ambiente sistémico de circulação.
- O peso ainda particularmente sensível dos países desenvolvidos, na sua quase totalidade concentrados no Hemisfério Norte, e a permanência da extensão das suas «zonas de impacto»<sup>(\*)</sup> no sentido dos meridianos.
- O predomínio dos dois pólos principais de Poder (os EUA e a URSS), situados também no Hemisfério Norte, os quais, detendo possibilidades semelhantes no espaço aéreo e no espaço exterior, se diferenciam pelo significado real das suas expressões marítima e terrestre, pese embora o sentido integrado do Poder, intrínseco à actual capacidade e comportamento das duas Superpotências.
- O pulsar da Eurásia, onde transparece o significado da «Ilha Mundial» e da faixa que nela é envolvente do «Heartland Continental Soviético», espaço diversificado onde se decide o seu confronto com o «Heartland Insular Norte Americano».
- A existência de dois espaços, particularmente sensíveis, correspondentes às duas Charneiras do Mundo — a do Novo Mundo, crítica para a segurança do «Heartland Insular Norte Americano», e a do Velho Mundo que, sendo fundamental à segurança da Europa, faculta uma relativa margem de manobra para o desenvolvimento da estratégia global das duas Superpotências.
- A permanência directa e indirecta da Europa como espaço fundamental no confronto dominante, cujo sentido se mantém Este-Oeste.
- A perspectiva de uma influência crescente do Hemisfério Sul, na evolução dos comportamentos no sistema global de relações, o qual ainda se caracteriza por uma intensiva competição desenvolvida em ambiente de confronto violento.

---

(\*) No sentido dinâmico atribuído por Samuel Bernard Cohen em «Geography and Politics in a Divided World».



### 3. O AMBIENTE ESTRATÉGICO EUROPEU

#### a. Considerações sobre Segurança

A evolução verificada no modo de coexistência entre as Nações aponta para um repensar dos conceitos de «Guerra» e «Paz», uma vez que a exteriorização destes fenómenos sofreu uma alteração sensível.

Efectivamente o Facto Nuclear gerou uma nova amplitude no desenvolvimento das Estratégias Indirectas, o que trouxe consigo um novo significado para a «Paz» e para a «Guerra» consoante os níveis e as perspectivas de análise.

Nesta circunstância reside uma explicação possível para a situação de «guerra condicionada», implícita no conceito de «Paz Nuclear», a qual constitui a experiência da nossa época, vivida num cenário em que a dissuasão nuclear constitui o modelo de sobrevivência.

A «Guerra Condicionada» corresponderá, então, ao desenvolvimento violento<sup>(1)</sup> da oposição de vontades<sup>(2)</sup>, numa amplitude regional que não ultrapasse o limiar do risco de envolvimento directo das duas superpotências.

É, pois, nesta óptica de «insegurança» que caracteriza o ambiente actual que deve ser compreendido um desdobramento do significado de «Segurança» em três sentidos:

- o restrito, respeitante ao conceito Segurança Nacional, o qual visa, fundamentalmente, a integridade territorial, o exercício da soberania e a independência, ou seja, a defesa de um modo de estar no Mundo;
- o amplo, respeitante ao conceito de Segurança Regional, o qual visa, fundamentalmente, a defesa de interesses conjuntos onde se inclui a protecção contra a violentação de carácter ideológico ou económico;
- o universal, respeitante ao conceito de Segurança Colectiva, o qual visa a garantia da Paz e a defesa da Humanidade.

---

(1) Por confrontos de natureza clássica ou subversiva.

(2) Onde é verificável a permanência do fundamento ideológico.

Em qualquer dos sentidos considera-se como ameaça à «Segurança» toda a acção interna ou externa, directa ou indirecta, que se manifeste sob a forma de violência política, económica, ideológica ou militar (\*).

O facto das expressões Segurança Nacional e Segurança Regional excluírem, por si, o sentido universal e indivisível de Paz, implícito no conceito de Segurança Colectiva, conduz a que se hierarquizem como componentes interactuantes desta última, razão pela qual devem ser entendidas como inseridas num processo de aproximação.

Nesta perspectiva, porque a garantia da Segurança, nos seus sentidos restrito e amplo, não pode ser dissociada do seu sentido universal, torna-se fundamental o esforço de compatibilização entre as estratégias nacionais e as regionais, tendo em vista os interesses globais (\*\*).

Emerge aqui, portanto, vincadamente, a importância crescente das estratégias nacionais de tempo de paz como processo de adequação, de âmbitos genético, estrutural e operacional, ao ambiente de mudança, característico do equilíbrio dinâmico dos sistemas regionais e colectivos.

### b. *Inserção Geopolítica*

A Europa Ocidental, berço da civilização moderna, centro e capital do Mundo até à Segunda Grande Guerra, pese embora o muito que perdeu da sua importância relativa (\*\*), mantém-se, apesar de tudo, como um dos mais importantes centros de actividade cultural, política, económica e tecnológica, pelo que ainda constitui, sem dúvida, um dos pólos da humanidade. A este facto não são no entanto estranhas as suas projecções culturais ocidental americana (\*\*), oriental europeia, e meridiana africana.

Com os seus 350 milhões de habitantes ultrapassa a URSS, mesclada de povos asiáticos, e os EUA, cuja população integra um vasto contingente de raiz africana.

---

(\*) Com carácter nuclear, clássico ou subversivo.

(\*\*) O que corresponde a um deslocamento das estratégias do âmbito nacional para o regional e, deste, para o universal.

(\*\*\*) Em parte devido às dificuldades surgidas no processo consequente à descolonização do seu vasto império, reforçadas, nomeadamente, por fenómenos como os anticolonialismos e neonacionalismos radicais, explorados pelo comunismo internacional.

(\*\*\*) Norte, Centro e Sul.

A sua capacidade económica, quando comparada com a das Superpotências, se bem que mais vulnerável, tem uma ordem de grandeza semelhante à dos EUA, a qual supera, largamente, a da URSS.

Numa primeira aproximação poder-se-á então dizer que a sua importância geopolítica tem uma mesma ordem de grandeza, relativa também.

Esta Europa, revitalizada hoje, após uma fase de declínio<sup>(77)</sup>, está politicamente retalhada pela longa luta dos Estados-Nação e, desde a II Grande Guerra, confronta-se, sob a protecção dos EUA, com a outra Europa<sup>(78)</sup>, num processo de oposição à Rússia soviética.

Procuremos, então, os parâmetros do seu posicionamento.

Ao centrarmo-nos na direcção do relacionamento Este-Oeste, depa-ram-se-nos dois subsistemas de interacção sobrepostos:

EUA — EUROPA OCIDENTAL — URSS (SENTIDO OCIDENTAL)

EUA — URSS — CHINA (SENTIDO OCIDENTAL)

(SENTIDO ORIENTAL)

e um outro que se sobrepõe ao segundo

EUA — JAPÃO — CHINA (SENTIDO ORIENTAL)

Dentre estes, o determinante é o bidireccional EUA — URSS — CHINA.

Porém, com o surgimento de um sexto espaço de interacção<sup>(79)</sup> — o Terceiro Mundo, amálgama instável e heterogénea de países com tendência para o não alinhamento e polarizáveis, circunstancialmente, em torno da criticidade dos recursos que possuem e das posições que ocupam<sup>(80)</sup> — levantou-se uma dúvida com grande impacte na dinâmica dos subsistemas enunciados: onde e como se irão inserir estes países? a Oeste (EUA), a Este (URSS) ou ao Centro (Europa Ocidental)? Conseguirá, no todo ou em parte, o espaço por eles ocupado alcançar um grau suficiente de unidade, ou dispersar-se-á em torno de pólos regionais emergentes?

Este é um dos problemas dominantes do nosso tempo<sup>(81)</sup>, particularmente crítico para o Japão e para a Europa Ocidental<sup>(82)</sup>. Nele se inter-

---

(77) Afirmação que não é invalidada pela crise em que actualmente ainda se debate.

(78) Cujas parcelas mais vincadamente europeias foram artificialmente subtraídas, no pós-guerra, do seu conjunto cultural.

(79) Cujas importâncias se tem vindo a avolumar a partir da década de 60.

(80) Como aconteceu com as tomadas de posição da OPAEP.

(81) Progressivamente acrescido pelo fenómeno da escassez, pela galopante evolução da tecnologia, pela violência da concorrência dos dois sistemas económicos em competição e pela radicalização dos confrontos ideológicos.

(82) Devido à enorme dependência em recursos naturais críticos.

penetram, globalizando-se, as dinâmicas do Velho e Novo continentes, das culturas ocidentais e orientais, do marxismo e do capitalismo, dos pacifismos, dos colonialismos, dos racismos, do cristianismo e do maometismo, dos sobre e subdesenvolvidos, das talassocracias e das epirocracias.

É neste cenário que encontramos a Europa Ocidental, intimamente associada à Potência Marítima — os EUA —, mas dela fisicamente distanciada, não só pela interposição de um vasto espaço oceânico como também pela expressão concorrencial do seu tipo de economia comum. Se é facto que esta Europa se movimenta com um dinamismo político, cultural, tecnológico e económico actuante<sup>(65)</sup>, não é menos verdade que apresenta uma resultante ideológica quebrantada por uma lassidão, talvez própria da sua adiantada civilização marítima.

A outra Europa — a Centro Oriental —, mais jovem, assente e integrada por um controlo hegemónico que emana, em contiguidade, da Potência Terrestre — a URSS —, avulta couraçada pelo isolamento e armada com uma ideologia comum, universalista e militante. A sua expressão externa é, por um lado, limitada por consequências das suas características físicas, como a diversidade do espaço a controlar, a extensão das suas fronteiras terrestres e a sua posição e, por outro, minorada pelas suas vulnerabilidades internas, resultantes de contradições geradas pela autocracia do Poder e pelas numerosas nacionalidades, do espartilho limitativo implícito no fechamento do seu sistema económico centralizado e, ainda, da ameaça latente de movimentos ideológicos de carácter religioso.

Estas duas Europas que constituem, no seu conjunto, um espaço de amortecimento e desgaste entre as duas Superpotências — a Americana e a Euro-Asiática —, estão em contacto directo com uma fronteira artificial entreposta. Esta situação constitui uma fonte de tensões e, muito particularmente, de elevados riscos.

Neste confronto entre os dois Blocos, a Europa Ocidental ressalta como uma «porção de espaço intermédio» onde se sobrepõem os interesses das duas Superpotências, porém com um sentido particularmente crítico para os EUA. Na realidade, sendo a região com a qual, dos pontos de vista cultural, político, económico e tecnológico, mais vincadamente se materializa

---

<sup>(65)</sup> Com uma particular capacidade de diálogo cooperante no Terceiro Mundo, com relevo para a África.

a própria essência de Potência Marítima, natural é que constitua o seu principal e imprescindível espaço de amarração e interiorização transoceânico.

Apanhada nesta encruzilhada de interesses, compreende-se a forte ligação, em salutar competitividade<sup>(64)</sup>, entre a Europa Ocidental e os EUA. É neste quadro que, através de um desenvolvimento integrado, procura ultrapassar as suas divergências internas, a fim de alcançar uma unidade financeira, económica, tecnológica e militar que lhe faculte uma maior afirmação em relação aos EUA e uma maior capacidade de contenção em relação às democracias populares europeias, de maneira a acrescentar o peso da sua posição nos sistemas de interacção mundiais. Esta a razão pela qual surge, como implícito também no seu escorregamento da Europa Continental para o Atlântico, o reforço da sua ligação geopolítica ao Continente Africano. Daí o sentido acrescido, para a Europa Ocidental, do Mediterrâneo e do desenvolvimento do diálogo Norte-Sul.

### *c. Caracterização Geoestratégica*

No quadro global definido, a Europa surge então como uma parcela do Velho Mundo, limitada a Norte pelos mares gelados do Ártico, a Oeste pelo Atlântico, a Sul pelo mar Mediterrâneo, mar Negro, istmo Caucasiano e mar Cáspio e, a Este, pelos montes Urais.

Corresponde, assim, a um «cabo da Eurásia», no qual a Europa Ocidental<sup>(65)</sup> constitui a sua parte peninsular.

Se observarmos, agora, a posição relativa das duas grandes «Ilhas Mundiais», enfrentando-se na região polar ártica<sup>(66)</sup> segundo a direcção do Norte, a Europa Ocidental, porque excêntrica no conjunto euro-asiático, ocupa uma posição de flanco em relação ao «Heartland Continental Soviético», particularidade que, funcionalmente, a caracteriza como uma possível base avançada do «Heartland Insular Norte Americano» contra a massa continental.

---

<sup>(64)</sup> Própria do liberalismo económico inerente ao mundo marítimo.

<sup>(65)</sup> Definida a Oriente pela linha geral Stettin-Trieste.

<sup>(66)</sup> Já citado como espaço de circulação fundamental do confronto atómico intercontinental.

Paralelamente, pese embora a limitada extensão costeira que a Europa Ocidental apresenta para o «oceano interior de circulação», os profundos recortes marítimos que a penetram facultam, à potência marítima, a utilização, em profundidade, de linhas de penetração navais e a disponibilidade de locais de protecção para submarinos portadores de mísseis de longo alcance.

Quanto à Europa Oriental<sup>(67)</sup> que ocupa a região mais continental da Europa, ela constitui a parte mais significativa do «Heartland Continental Soviético», correspondendo à parcela de espaço onde se situam os seus núcleos de poder fundamentais<sup>(68)</sup>.

Olhando a Europa no seu conjunto e a sua ligação à «Charneira do Velho Mundo»<sup>(69)</sup> verifica-se, ainda, uma notável simetria em termos de subpenínsulas (quase com carácter insular) e de istmos. Assim:

- Entre o mar do Norte e o mar Báltico, a Escandinávia e os estreitos dinamarqueses.
- Entre o mar Mediterrâneo e o mar Negro, a Turquia e os estreitos do Bósforo e do Dardanelos.

Esta particularidade aponta para uma semelhança no sentido global destas regiões: como opinou Célérier, «propiciam uma possibilidade de manobra pelos flancos, remuneradora para qualquer um dos dois Mundos conflitantes — o Livre e o Comunista»<sup>(70)</sup>.

Porém, as saídas destes dois conjuntos para o «espaço oceânico interior de circulação» têm características diferentes: de facto, enquanto que a Norte as saídas são para mares livres (ou quase), a Sul depara-se-nos um mar fechado — o Mediterrâneo com as suas duas aberturas: Gibraltar a Oeste e o Suez<sup>(71)</sup> a Este, este último abrindo ao crítico encurtamento da rota para o golfo Pérsico.

<sup>(67)</sup> Definida a Oeste pela linha geral Stettin-Trieste, a Este pelos montes Urais e quando estes se esbatem a Norte do mar Cáspio, pelo Turquestão Russo, e, a Sul, pela bacia do baixo e médio Danúbio navegável, pelo mar Negro, pelo Cáucaso e pelo mar Cáspio.

<sup>(68)</sup> A região fulcral da URSS e a RDA.

<sup>(69)</sup> Onde se articula com os outros subcontinentes da Ilha Mundial.

<sup>(70)</sup> Em «Geopolitique et Géostratégie».

<sup>(71)</sup> A passagem alternativa que liga os prolongamentos marítimos interiores do Atlântico e do Índico, oceanos que, conforme foi ressaltado, integram o «espaço oceânico de interior circulação».

Deste facto resultam diferentes consequências geoestratégicas para o Mundo Ocidental: a Norte as acções conduzidas pelo Leste são, desde logo, directamente ameaçantes, não só para a Europa Ocidental como também para a própria Ilha Norte-Americana, razão porque o Norte escandinavo pode ser considerado como uma cobertura avançada desta última; a Sul, porém, as acções ali conduzidas pelo Leste, ao abrirem a possibilidade da sua extensão pelo Norte de África, em direcção ao Noroeste Africano, ressaltam, numa primeira fase, como ameaça crítica para a Europa Ocidental e, provavelmente só numa segunda fase, para a Ilha Americana (\*).

Daqui o sentido da África a Norte do Saara como complemento do sistema estratégico da Europa Ocidental e, em termos globais, o reforço do significado da bacia do Mediterrâneo, como espaço de prolongamento da Charneira do Velho Mundo, para Ocidente, até às regiões que controlam o estreito de Gibraltar.

Em termos de segurança, a análise geoestratégica da Europa Ocidental (\*\*) e do seu espaço envolvente permite, então, reconhecer a existência de um sistema a quatro componentes:

- A Península Europeia, «fortaleza central», vertebrada pelos Alpes, com a Alemanha a Norte, a Itália Setentrional a Sul, e o corredor francês, conduzindo ao mar e ao estrangulamento ibérico.
- A quase-Ilha Ibérica, «fortaleza ponte» que se articula com a primeira nos Pirenéus e que, abrindo-se a Ocidente ao «espaço oceânico interior de circulação», se debruça a Sul sobre o Magreb para fechar, com o Noroeste Africano, o Mediterrâneo Ocidental (\*\*).
- Cobrindo as faldas marítimas da massa continental, duas «cortinas» (mal ligadas pelo centro): a Norte, a Península da Escandinávia está voltada para a América (\*\*\*) e curva-se sobre a «fortaleza central», olhando as Ilhas Britânicas; a Sul, a Península da Anatólia, integrada na Charneira do Velho Mundo, apoia-se sobre o mundo árabe

---

(\*) Esta ameaça refere-a, também, Célérier, justificando-a pela afirmação de que, para quem não dispõe da Europa Ocidental, a sua materialização representa a utilização do caminho mais curto para a América Central.

(\*\*) Componente fundamental da Segurança da Ilha Americana e, por conseguinte, do Mundo Marítimo.

(\*\*\*) A região interior desta fortaleza funciona como espaço natural de articulação entre a Europa e a África a Norte do Saara.

(\*\*) De quem, como foi referido, o Norte escandinavo constitui uma cobertura avançada.

é cobre a região Oriental do Norte de África, controlando (com a Grécia) os acessos, pelo Norte, ao Mediterrâneo.

- Nos flancos da «fortaleza central», dois «redutos» com significados complementares: o conjunto insular britânico que, ao barrar no Atlântico Norte os acessos setentrionais<sup>(96)</sup>, complementa, a Norte, a cobertura daquela «fortaleza»; em posição quase simétrica, a Itália meridional e o seu prolongamento insular siciliano que, ao penetrar o Mediterrâneo Oriental<sup>(97)</sup>, constitui a cobertura Sul da mesma «fortaleza».

Dentre estas componentes emerge hoje, pelo seu significado, a «fortaleza central», razão por que constitui o espaço fulcral da Europa Ocidental. Importa, porém, sublinhar o carácter sistémico global da sua defesa. Na realidade, só pelo facto de, em termos geoestratégicos, as «cortinas» se se lhe escaparem<sup>(98)</sup>, ressalta a exigência de uma capacidade acrescida de protecção e apoio a essas fundamentais componentes do subsistema europeu.

Daí o manter-se a imprescindibilidade do sistema de Segurança Regional, consubstanciado na capacidade e credibilidade de actuação no «rimland europeu»<sup>(99)</sup>, a partir do «Heartland Insular Norte Americano». É numa tal perspectiva que, em termos de circulação, acresce a importância das regiões periféricas da península europeia, entre as quais, pela sua excentricidade, assume particular relevância a «fortaleza ibérica».

#### 4. O «ESPAÇO IBÉRICO»

##### a. *Análise da Componente Física*

No prolongamento Ocidental da Europa, com a qual se articula através do menos extenso dentre os grandes istmos europeus<sup>(100)</sup> o «espaço ibérico», considerado no seu sentido lato, é banhado pelos recortes atlân-

<sup>(96)</sup> Face à direcção escandinava e, conjuntamente com a Islândia, os «gap» de penetração no Atlântico Norte.

<sup>(97)</sup> Onde a posição central da Grécia tem uma importância fundamental.

<sup>(98)</sup> Logo, a possibilidade de êxito, em manobras pelos flancos, conduzidas a partir da Europa Oriental.

<sup>(99)</sup> Na acepção de Spykman.

<sup>(100)</sup> Pierre Célérier cita em «Geopolitique e Geostratégie» cinco grandes istmos transversais europeus, sendo o pirenaico (400 km) o mais estreito.



ticos do golfo da Biscaia e do golfo de Cádiz, pelo Atlântico oceânico e pelo Mediterrâneo Ocidental. No seu todo situa-se entre os 43° 47' <sup>(101)</sup> e os 27° 38' <sup>(102)</sup> de latitude Norte, e os 31° 16' <sup>(103)</sup> e os 8° <sup>(104)</sup> de longitude, respectivamente Oeste e Este, logo numa extensa área profusamente cruzada por canais de movimento marítimos, aéreos e terrestres.

O posicionamento das diversas parcelas do «espaço ibérico» permite considerar, para além do seu «interland», uma vasta área interterritorial de soberanias e de influências.

Esta área, com características marítimas e oceânicas, apresenta, sem dúvida, um vincado sentido estratégico, particularmente devido ao facto de ser atravessada pelas principais rotas transcontinentais da parcela atlântica do «espaço oceânico interior de circulação» <sup>(105)</sup>. O significado deste facto, conjugado com a posição da massa continental, tem hoje um valor acrescentado devido:

- à dependência da Europa de matérias-primas e mercados exteriores;
- à importância do Atlântico Norte como fundamento da defesa do Ocidente <sup>(106)</sup>;
- ao Mediterrâneo, espaço crítico que dá sentido ao prolongamento ocidental da «Charneira do Velho Mundo»;
- à crise em desenvolvimento no Médio Oriente (que controla as rotas marítimas e terrestres alternativas) e à instabilidade na África do Norte.

Quanto ao «interland» peninsular ibérico, situado no extremo Sudoeste do Continente Europeu (que aprofunda em mais de 1000 Km a partir dos Pirenéus), ele pode ainda constituir uma posição bloqueante em relação ao balanceamento de forças navais entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

<sup>(101)</sup> Estaca de Bares (Corunha — Espanha).

<sup>(102)</sup> Ponta dos Saltos (Canárias — Espanha).

<sup>(103)</sup> Ponta do Baixio (Açores — Portugal).

<sup>(104)</sup> Ponta Esperó (Baleares — Espanha);

<sup>(105)</sup> O fluxo de tráfego veiculado representa cerca de 2/3 das importações de petróleo e mais de metade das importações de outras matérias-primas essenciais à Europa.

<sup>(106)</sup> Logo a necessidade de garantir a capacidade de vigilância e controlo deste espaço de circulação para salvaguarda da sua livre utilização (para além da utilização do espaço aéreo adjacente, cerca de 500 navios, em permanência, na área atlântica referida).

O «espaço ibérico» reparte-se por duas regiões políticas, Espanha e Portugal, qualquer delas constituídas por regiões continentais e insulares<sup>(107)</sup>. A primeira destas regiões apresenta uma importante massa na Península com características de «posição mista ou continental» e, em conjunto com os seus territórios insulares, detém as posições mais a Norte, a Sul e a Oriente do conjunto ibérico. A segunda daquelas regiões, ocupando cerca de 1/5 da Península, estende-se pela quase totalidade da sua faixa atlântica ocidental, apresentando, assim, as características de «posição litoral» e, em conjunto com os seus territórios insulares, ocupa a posição mais a Ocidente do mesmo conjunto.

A análise da «posição» aponta, então, numa primeira análise, para:

- A Espanha, no prolongamento directo da Europa Peninsular através do istmo pirenaico, debruçando-se sobre o golfo da Biscaia e sobre o Noroeste Africano, com o qual se articula no estrangulamento marítimo de Gibraltar, fecha e controla o Mediterrâneo Ocidental e a sua comunicação com o Atlântico.
- Portugal, fronteiro oceânico da Península, com uma inserção profunda no interior do Atlântico, constitui um espaço de articulação transcontinental com a Iha Americana.

Em face do actual estágio da evolução tecnológica, a posição periférica da Espanha e de Portugal (em relação quer à Europa quer à África) ressalta, assim, como uma conjugação de espaços político-estratégicos de ligação entre a Europa Peninsular (onde se inserem), a África do Norte e a América Atlântica.

A superfície total do «espaço ibérico» (aproximadamente 597 mil Km<sup>2</sup>) divide-se com grande desigualdade pelas duas regiões políticas por que se reparte<sup>(108)</sup>. A superfície da Espanha<sup>(109)</sup>, que quase iguala a da França<sup>(110)</sup>,

<sup>(107)</sup> Espanha: espaço continental, arquipélagos das Baleares no Mediterrâneo e das Canárias sobre a costa atlântica do Noroeste Africano, e os territórios de soberania do Norte de África (Ceuta e Melila).

Portugal: espaço continental e arquipélagos dos Açores e da Madeira no oceano Atlântico.

<sup>(108)</sup> Em valores globais, a superfície de Espanha é cerca de 5,5 vezes superior à de Portugal.

<sup>(109)</sup> Cerca de 504 750 km<sup>2</sup>.

<sup>(110)</sup> Que, sem considerar o território europeu da URSS, é o país europeu mais extenso (547 026 km<sup>2</sup>) da Europa.

conjugada com os seus recursos e efectivo populacional<sup>(111)</sup> e com a sua capacidade industrial<sup>(112)</sup>, acresce, significativamente, o valor conferido pela posição ao «espaço ibérico». Portugal, embora sem extensão significativa, tem, em termos relativos, uma elevada densidade de população<sup>(113)</sup> e uma faixa costeira oceânica no continente, cuja orientação, condições naturais, grau de desenvolvimento e facilidades portuárias contribuem para a valorização daquele mesmo espaço.

A configuração global do «espaço ibérico» apresenta características de descontinuidade polarizada na quase-ilha ibérica, a qual se caracteriza por uma elevada compacidade.

Na Península, a Espanha, com uma continentalidade acentuada (1 Km de costa por 156 Km<sup>2</sup> de superfície), tem fronteiras terrestres com a França e Andorra<sup>(114)</sup>, com Portugal que envolve pelo Norte e Este<sup>(115)</sup>, e um limite de 1 km com Gibraltar; o total das suas costas na Península<sup>(116)</sup> reparte-se pelo golfo da Biscaia, Atlântico euro-africano e Mediterrâneo que privilegia; no restante território tem fronteiras em Marrocos<sup>(117)</sup>.

Portugal, que tem uma só fronteira histórica e distanciadora<sup>(118)</sup> com um único país, a Espanha, apresenta na Península, dada a sua extensão Norte-Sul e a pequena profundidade Este-Oeste (1 Km de costa por 106 Km<sup>2</sup> de superfície), 850 Km de praias abertas ao oceano<sup>(119)</sup>; os seus dois conjuntos insulares, totalmente inseridos no Atlântico Norte, penetram este oceano para Sudoeste e Oeste em cerca de 1000 e 1400 km.

As distâncias entre as diversas parcelas de qualquer dos dois países são compatíveis com a escala de valores das distâncias na Europa Ocidental.

---

(111) Exceptuando a URSS, a Espanha ocupa o quinto lugar entre os países europeus (ultrapassou os 37,5 milhões de habitantes).

(112) A décima potência industrial do Mundo, com um PNB oito vezes superior ao de Portugal.

(113) 105 hab./km<sup>2</sup>, face a 72, em Espanha.

(114) 712 km no istmo pirenaico.

(115) Num total de 1232 km.

(116) 867 km na costa cantábrica, 1367 na costa atlântica (1064 de intensos e hostis recortes a Noroeste e 303 a Sul), e 1670 na costa mediterrânica, num total de 3904 km.

(117) No total, a sua periferia continental, insular e territorial de soberania estende-se por 5289 km.

(118) As faixas fronteiriças de Espanha e Portugal são, em geral, pouco humanizadas (rarefaitas e com um baixo nível de desenvolvimento — somente 15 por cento do comércio externo dos dois países se processa através da fronteira terrestre).

(119) Privilegia a fachada ocidental com 675 km.

A conjugação da posição, extensão e configuração, permite reforçar o carácter continental e marítimo da Espanha e o carácter litoral e oceânico de Portugal, países cujo valor geoestratégico é sem dúvida reforçado pelos territórios insulares, os quais, por sua vez, assumem um significado acrescido pela sua adequada proximidade em relação à Península Ibérica.

De facto, a importância das Baleares no controlo do Mediterrâneo Ocidental, a das Canárias que, sobranceiras ao Noroeste Africano, controlam os acessos marítimos, pelo Sul, ao Mediterrâneo, bem como a dos Açores, em posição particularmente adequada ao controlo duma vasta área do Atlântico Norte e quase imprescindível ao apoio (reforço rápido) à Europa Ocidental e ao esforço de contenção na «Charneira do Velho Mundo» (lançados a partir do «Heartland Insular Norte Americano»), e ainda a da Madeira que, no limite Sul da actual área coberta pela OTAN, está em condições de apoiar as rotas que da América demandam o Mediterrâneo e das que do Sul se dirigem à Europa do Norte, são realidades diversas. As suas dimensões estratégicas, em termos de defesa do Ocidente, só atingem a sua plenitude se associadas em subsistemas diferenciados, mas complementares, para operarem em conjugação com as peculiaridades geoestratégicas das duas regiões políticas na Península. Assim, as Baleares e as Canárias apresentam-se funcionalmente ligadas a uma capacidade de influência sobre o Noroeste Africano e ao controlo do Mediterrâneo Ocidental e do crítico estreito que liga este mar ao oceano Atlântico, importantes funções geoestratégicas a que só a extensa e compacta plataforma continental do território espanhol dá sentido. Por outro lado, os Açores e a Madeira apresentam-se funcionalmente ligados à possibilidade de vigilância e apoio de rotas que desfilam ao longo da costa atlântica ocidental da Península, bem como às facilidades de amarração e interiorização proporcionadas pelas características e suficiente profundidade da faixa costeira ocidental peninsular, funções estas específicas da posição litoral do Portugal continental.

No que às massas emersas diz respeito, o espaço ibérico é, no seu conjunto, uma das regiões mais acidentadas da Europa<sup>(20)</sup>, razão porque,

---

<sup>(20)</sup> Embora a máxima altitude não ultrapasse os 3718 m (Canárias), a altitude média roça os 700 m.

na caracterização física da Península, o relevo constitui o elemento dominante.

Sinteticamente, poderemos considerá-lo constituído por uma extensa zona de altiplanície — a Meseta Ibérica —, que, orlada por rebordos abruptos<sup>(121)</sup>, ocupa a maior parte da sua superfície. Esta zona forma, no seu interior, como que dois tabuleiros diferenciados designáveis por Submesetas Setentrional<sup>(122)</sup> e Meridional<sup>(123)</sup>, entre as quais se interpõe o sistema Divisório Central: a do Norte corresponde à bacia hidrográfica do rio Douro e a do Sul às bacias do Tejo e do Guadiana, estas difusamente independentalizadas pelos montes de Toledo. Para além desta zona podem distinguir-se ainda: os maciços exteriores, formados pelas agrestes montanhas dos Pireneus<sup>(124)</sup> e pela cordilheira Bética, a qual, embora adoçando-se, se prolonga na direcção dos contrafortes Sul do Sistema Ibérico; as três depressões terciárias, periféricas, constituídas pela bacia do Ebro (ou vale Ibérico) a Este, o vale do Guadalquivir (ou depressão Bética) a Sul, e as bacias do Tejo e Sado, das quais, as duas primeiras, em Espanha<sup>(125)</sup>, penetram a Península encaixadas entre os maciços exteriores e a Meseta, e a terceira, em Portugal, constitui o molhe oceânico, natural, da Meseta Ibérica.

No conjunto peninsular, a inclinação geral da Meseta Ibérica, com o seu rebordo mais alto, a Oriente, faz com que, à excepção do Ebro, os principais rios corram para Ocidente.

O clima, em consonância com a posição, corresponde ao das regiões meridionais da zona temperada; sujeito às influências do continente Europeu<sup>(126)</sup>, do Atlântico<sup>(127)</sup>, de África<sup>(128)</sup> e do Mediterrâneo<sup>(129)</sup>, é também fortemente condicionado e modificado pela disposição do relevo, o que dá origem, na vasta região do interior peninsular, às suas características con-

(121) Os montes Cantábricos a Norte, o Sistema Ibérico a Este e a serra Morena a Sul.

(122) Planalto de Castela-a-Velha e de Leão.

(123) Planalto de Castela-a-Nova, Estremadura espanhola e Alentejo português.

(124) Implantadas sobre a quase totalidade do istmo ibérico.

(125) Nestas depressões estão implantadas, com excepção da de Torrejon (Madrid) e as dos arquipélagos, as principais bases espanholas que constituem facilidades para os EUA: Moran (Sevilha) e Rota, na do Guadalquivir, e Sanjurno (Saragoça) na do Ebro.

(126) Particularmente a Norte com precipitações abundantes e limitação das amplitudes térmicas.

(127) Particularmente na faixa ocidental, com abundância de precipitação e nevoeiros (adoçada, particularmente para Norte, pela corrente do Golfo).

(128) A Sul e Sudeste com grande insolação, luminosidade e secura (com manifestações do clima das regiões semidesérticas e desérticas).

(129) Para Este, na faixa costeira, amenizando a influência africana.

tinenciais, com um regime térmico extremado<sup>(130)</sup> e escassez de chuvas, particularmente no Verão.

O solo Ibérico apresenta três tipos de formações: a silicogranítica, ocupando fundamentalmente o ocidente peninsular, a calcárea, que ocupa a faixa subpirenaica, o Sistema Ibérico em geral e a faixa costeira mediterrânica, e uma outra argilosa que compreende as duas Castelas e as depressões periféricas. O tipo de solo, associado ao relevo, ao clima, à cobertura e à humanização apontam para que: a área silicogranítica, de relevo ondulado, quebrado por serras e bosques, com abundância de águas, com a população normalmente dispersa e com fraca disponibilidade de recursos, se caracterize como logisticamente adversa, vulnerável aos efeitos dos meios NBQ, e, como zona de refúgio tradicional, é favorável à defesa, inclusivamente por processos irregulares; a área calcárea, de formas amesetadas, rodeadas por profundos barrancos e desfiladeiros, florestada e mais densamente povoada, se caracterize pelas excelentes posições tácticas defensivas que propicia e por sinalizar os movimentos no Verão, dificultando-os no Inverno; a área argilosa, de relevo ondulado e agricolamente rica, se apresente como uma zona de comunicação aberta com o povoamento concentrado, vulnerável, no Inverno, aos efeitos dos meios NBQ, e constituindo terreno adequado ao emprego de grandes unidades mecanizadas e blindadas, muito embora as chuvas lhes possam limitar, intensamente, a manobra fora dos itinerários.

Quanto às regiões insulares do espaço ibérico elas são, com excepção das Baleares, em geral montanhosas; do ponto de vista climático, caracterizam-se de acordo com as suas funções geoestratégicas: as Baleares mediterrânicas, as Canárias enfrentando o Saara, a Madeira e, particularmente, os Açores, singularmente oceânicas.

Esta caracterização muito sucinta dos traços fundamentais da componente horizontal do «espaço ibérico» permite detalhar as suas características defensivas, tendo em vista a sua interacção, no quadro da actual conjuntura estratégica, com a componente vertical desse mesmo espaço.

A «fortaleza poente» da Europa Ocidental constitui, sem dúvida, um excepcional espaço natural defensivo, dotado de uma forte couraça física

---

<sup>(130)</sup> Com a peculiaridade da verificação dos mínimos invernais na Meseta Superior e dos máximos estivais na Meseta Inferior.

e moral, cujo valor só é mitigado pela relativa escassez de recursos. Guardam-se 37 milhões de espanhóis e 9 milhões de portugueses.

Dispondo de dois terraços interiores, é muralhada a todos os azimutes, salvo a Ocidente onde se abre numa ampla gola — as prais lusitanas<sup>(13)</sup>. Nas direcções mais perigosas, face às possibilidades de manobra do «Heartland Continental Soviético», as suas defesas reforçam-se: a Norte as características das costas, apoiadas na natureza dos montes Cantábricos, faz face à hipótese de um braço setentrional da possível «tenaz anfíbia»; na continuidade do continente europeu, enfrenta a ameaça terrestre com um istmo de apenas 400 Km, dotado de uma fortíssima barreira avançada (os Pirenéus) que deixa, apenas, duas exíguas passagens nos seus contrafortes Ocidental e Oriental (estas passagens dão entrada para um fosso — o vale do Ebro — que se fecha frente ao Sistema Ibérico); a Sudeste, deixando de permeio a depressão do Guadalquivir, antepõe à serra Morena a formidável cordilheira Bética, a qual, debruçada sobre o mar, faz face à hipótese de um braço meridional da «tenaz anfíbia».

Como potencialidade acrescida da «fortaleza ibérica» surge o território português continental, particularmente apto, pelas suas características, a constituir um espaço de amarração transoceânico do «Heartland Insular Norte Americano»; ele constitui a área da retaguarda da «fortaleza», através da qual por «sea-lift» poderá ser reforçada a sua capacidade defensiva. Ressalta aqui, portanto, a imprescindibilidade da articulação sistémica das três parcelas do território português e do espaço oceânico interterritorial que as une, como melhor forma de dar consistência à sua função geoestratégica, consubstanciada na livre utilização deste conjunto como espaço de controlo e apoio a todos os azimutes, razão que aponta para a garantia da defesa terrestre das suas três componentes como um imperativo prioritário.

As considerações tecidas acerca do Factor Físico revelam que se pode transpor para o «espaço ibérico» a realidade encontrada na Península Europeia. Nesta, a Europa Ocidental, em contiguidade física com o «Heartland Continental Soviético» revela-se, geograficamente, como marítima,

---

<sup>(13)</sup> Conjunto onde ressalta a bacia terciária do Tejo e Sado e a Orla Mesozóica Ocidental (de Aveiro ao cabo Raso, com vértice em Coimbra).

sentido este reforçado pelos seus prolongamentos insulares<sup>(122)</sup> — daí o sentido da bacia do Atlântico Norte<sup>(123)</sup> como fundamento da OTAN, portanto da estreita articulação entre a Europa Ocidental e o «Heartland Insular Norte Americano». De forma idêntica, a parcela do território português na Península, em contiguidade física com a Espanha continental e marítima, revela-se, geograficamente, como oceânica, sentido este reforçado pelos seus prolongamentos insulares dos Açores e da Madeira — daí a natural inserção de Portugal no SACLANT.

Em termos de defesa a Península surge, assim, desdobrada em duas componentes: uma directamente respeitante à defesa da Europa Marítima (com particular pendor para a bacia do Mediterrâneo) e a outra, voltada para a chave da credibilidade desta capacidade de defesa — a rentabilização do reforço norte-americano, através do Atlântico Norte.

#### b. *As Funções Geoestratégicas Peninsulares*

Integrada na «grande península Euro-Asiática» que a Europa Ocidental constitui, a subpenínsula Ibérica (com características quase insulares) representa um espaço de indiscutida importância na estratégia do Bloco Ocidental.

Do ponto de vista geoestratégico, esta «fortaleza poente» da Europa projecta-se no Atlântico Norte<sup>(124)</sup>, debruça-se sobre o Noroeste Africano<sup>(125)</sup> e fecha, a Oeste, o Mediterrâneo Ocidental<sup>(126)</sup>.

Uma das suas peculiaridades mais relevantes assenta no facto de a sua massa continental (presentemente caracterizável como uma Região Estratégica), conjugada com os arquipélagos atlânticos e mediterrânico (partes integrantes das duas Regiões Políticas em que se subdivide), permitir uma nítida diferenciação em duas «funções geoestratégicas» distintas.

Uma, oceânica, de preponderância portuguesa — conjunto formado por um quase-arquipélago, cujo espaço oceânico de circulação é atravessado

(122) As ilhas Britânicas e Mediterrânicas, e as quase-ilhas escandinava, dinamarquesa, grega, italiana e ibérica.

(123) Ou Bacia do Oceano Médio na acepção de Mackinder, em 1943.

(124) Área fundamental do «espaço oceânico de interior circulação».

(125) Parte integrante do complemento estratégico da Europa que é o Magreb.

(126) Constituído, assim, o ferrolho europeu do prolongamento ocidental da «Charneira do Velho Muro».



pelas rotas que, da grande Ilha Americana se dirigem aos países ribeirinhos da Europa Atlântica e da bacia do Mediterrâneo, e pelas que, ao longo da rota do Cabo, demandam o Norte da Europa. As suas massas emersas constituem importantes pontos de apoio para a capacidade de intervenção estratégica, com meios convencionais, do «Heartland Insular Norte Americano» na Europa Ocidental, no Norte de África e no Médio Oriente.

Uma outra, continental e marítima, de preponderância espanhola — conjunto que, vincadamente centrado na significativa expressão da sua massa peninsular, se afigura como «placa giratória» (em relação ao TO da Europa Central, ao flanco Sul da OTAN e ao TO Norte Africano), com uma extensão, uma configuração e um poder efectivo, adequados à materialização de um esforço estratégico e à impulsão e dinamização correspondentes; a sua posição, conjugada com a das suas parcelas insulares e territórios de soberania, facultava-lhe, ainda, um papel decisivo no controlo do Mediterrâneo Ocidental e no Noroeste Africano e, através do domínio do estreito de Gibraltar, uma função geobloqueante em relação ao balanceamento de forças navais entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

No seu escorregamento, historicamente reiterado, da Península para o oceano, Portugal surge então, na actual conjuntura<sup>(137)</sup>, como um pluri-espaço de articulação entre a Zona da Interior Norte-Americana e a plataforma europeia<sup>(138)</sup>. Significa isto um sistema charneira que, assente em três rótulas com funções complementares, propicia uma faixa de continuidade espacial, no Atlântico Norte<sup>(139)</sup>, entre o Novo e o Velho Mundos — componente crítica do fundamento estratégico da Aliança Atlântica.

Porque uma tal função representa uma possibilidade acrescida de vigilância, controlo e intervenção nos sistemas de circulação<sup>(140)</sup>, é pacífico em termos da OTAN que interessa utilizá-la em seu proveito, negando-a ao adversário.

Em termos nacionais, o valor real da potencialidade geoestratégica de Portugal afirma-se pela credibilidade de um ajustado nível<sup>(141)</sup> de capacidade

---

(137) Quer em termos de Estratégia directa como indirecta.

(138) No qual se inclui o interior peninsular ibérico.

(139) A coberto das ameaças aéreas convencionais.

(140) Vectores transportadores marítimos, aéreos e espaciais, e, comunicações.

(141) Compatível com as suas potencialidades intrínsecas, complementadas pela ajuda externa.

de defesa autónoma das suas parcelas territoriais e, complementarmente, pelo sentido de utilidade implícito à presença e vigilância no espaço inter-territorial de circulação.

Do ponto de vista da Aliança Atlântica, no quadro da qual Portugal procura complementar a defesa de interesses vitais (em matéria de segurança e desenvolvimento), o seu contributo será tanto mais válido quanto mais funcionalmente se adaptar aos interesses de conjunto, tanto regionais como globais.

O processo de compatibilização entre o que é, política e estrategicamente, vital para o País e útil à Aliança constitui a atitude mais eficiente de garantir segurança, não só porque é premissa de um mais eficaz aproveitamento dos meios materiais como também porque é condição de inteligibilidade de aceitação de riscos, portanto um reforço da vontade nacional.

Entendida, assim, nos quadros nacionais, no regional e no global, a defesa da Península assenta, fundamentalmente, no entendimento, pelas Nações peninsulares, do efeito multiplicador da sua conjugação de esforços, em complementaridade, segundo as suas especificidades geoestratégicas.

Com este pressuposto, a Espanha e Portugal reforçarão, inequivocamente, as muralhas da «fortaleza poente» da Europa Marítima com o cimento da diferença fraterna das suas identidades, numa afirmação de vontade na defesa do Mundo Ocidental, por cujo universalismo são historicamente responsáveis.

Instituto de Altos Estudos Militares, 27 de Abril de 1984.

*João Carlos de Azevedo de Araújo Galdes*

Coronel Engenheiro

---

## A DEFESA NO MUNDO

---

*Redacção*



---

## A DEFESA NO MUNDO

---

### «MARITIME DEFENCE» (INGLATERRA), Agosto de 1984

Os aviões de descolagem e aterragem vertical e/ou curta HARRIER poderão operar a partir de navios sem pista própria, segundo dois esquemas sugeridos pela British Aerospace: o sistema SCADS (Shipborne Containerised Air Defence System), consistindo na conversão de navios porta-contentores em navios auxiliares porta-aéreos; e o sistema SKYHOOK, em que um guindaste de bordo agarra o Harrier quando voando ao lado do navio a velocidade igual à deste e o deposita no convés, o que consegue fazer em um minuto; o mesmo tempo leva também para a operação de lançamento.

O sistema SKYHOOK, que prevê um guindaste a cada bordo do navio, permite que um navio da ordem das 5500 toneladas e dos 120 metros de comprimento possa dispor de 5 aviões «HARRIER», além de vários helicópteros.

### «NATO SIXTEEN NATIONS» (BÉLGICA), n.º 2/84

Neste número, especial, os responsáveis pelas Forças Aéreas dos países membros da NATO expõem os seus principais projectos e preocupações.

De salientar, por se tratar de um país ainda não integrado na estrutura militar da Aliança, a opinião do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de Espanha, que salienta a importância para a NATO da área compreendida entre as ilhas Baleares, o Estreito e as Ilhas Canárias. Na mesma exposição é revelado que a Força Aérea da Espanha vai adquirir 100 aviões «FEFA» (Future European Fighter Aircraft) para entrarem em serviço nos anos 90, e novos aviões de patrulha marítima «P-3C ORION», a juntar aos 70 «MIRAGE» e 75 «F-18A» encomendados.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA),

16 de Outubro de 1984

O Governo francês decidiu estabelecer ligações com 17 universidades norte-americanas com o objectivo de iniciar uma cooperação tecnológica entre o seu país e os EUA.

Segundo fontes governamentais francesas, a motivação para tal cooperação decorre da necessidade de modernizar as indústrias da França e dos receios acerca do eventual domínio do Japão na aplicação industrial de tecnologia.

A iniciativa do Governo francês, cortando com a preocupação Gaullista de independência relativamente aos EUA, insere-se no objectivo de modernização do país, para o que o conhecimento científico norte-americano constitui um contributo importante.

«ATLANTIC NEWS» (BÉLGICA), 26 de Outubro de 1984

A indústria japonesa de armamento está a manufacturar algumas das mais perfeitas armas do mundo, segundo o American Defense Bureau (DSB).

No seu Livro Branco de 1984, a Agência Japonesa de Defesa salientou que o Japão havia decidido passar a desenhar e a fabricar as suas próprias armas, abandonando as importações dos EUA. Assim, os japoneses estão já a fabricar 90 por cento do equipamento de defesa do seu país. Entre os sistemas de armas contam-se o avião supersónico «F-1», o carro de combate tipo «M/47», o míssil ar-mar «80» e o míssil terra-ar «81»; também todos os cruzadores vão ser produzidos em estaleiros japoneses.

A DSB pediu ao Pentágono para esclarecer o Governo japonês de que se as transferências tecnológicas para este país continuam, então o Japão terá de cooperar com os EUA no desenvolvimento tecnológico.

«TIME» (EUA), 15 de Outubro de 1984

A celebração do 35.º aniversário da República Popular da China foi digna da nação mais populosa do mundo.

Na parada participaram militares, dançarinos, estudantes e atletas olímpicos medalhados. Mas foi a revista militar que mais fascinou os diplomatas e convidados estrangeiros, principalmente porque constituiu uma impressionante mostra de equipamento revelador de muito boa capacidade em termos de manufatura, e cujo clímax foi constituído pelo orgulho da China, os grandes mísseis.

O contingente de mísseis foi liderado por dois mísseis mais pequenos, provavelmente os balísticos que equipam a classe de submarinos «Xia», com alcance semelhante aos antigos «Polaris» norte-americanos (1200 a 1500 milhas), que asseguram, apesar de tudo, que a capacidade de retaliação chinesa possa sobreviver a um ataque contra mísseis baseados em terra. Foram seguidos pelos intermédios «CSS-3» e pelos muito maiores «CSS-4» intercontinentais, com alcance da ordem das 8000 milhas, isto é, capazes de alcançar a URSS, os EUA e toda a Ásia.

Após a revista passada às tropas em desfile, o líder da RPC, Deng Xiaoping, fez uma proclamação de oito minutos, de que sobressaíram referências ao acordo com a Inglaterra para o regresso de Hong-Kong à soberania chinesa em 1997, à reunificação pacífica com a Formosa como tendência irresistível, e à necessidade de o país reforçar a sua defesa, dada a séria deterioração da situação internacional.

#### «*RÉVUE INTERNATIONALE DE DÉFENSE*» (SUIÇA),

*Outubro de 1984*

As Forças Armadas Espanholas encontram-se agora numa fase de modernização que pode considerar-se profunda e histórica, uma vez que diz respeito ao domínio conjunto da Defesa.

Três razões principais se opõem, no entanto, a uma reorganização demasiado rápida: a necessidade de evitar uma crise no seio da colectividade militar, a acumulação de problemas inumeráveis, e a crise económica. A reorganização deverá efectuar-se, assim, de maneira progressiva.

A lei da reestruturação orgânica da Defesa foi aprovada em 1984, estando agora em preparação textos que determinam as modalidades de serviço militar, da mobilização e da protecção civil, da instrução, do estatuto dos objectores de consciência, do direito penal militar, etc. Estuda-se também uma lei visando a unificação de serviços de saúde, justiça militar e controlo da produção farmacêutica.

Em Julho de 1980 o Governo Suarez promulgou uma lei orgânica que precisou os critérios fundamentais da Defesa Nacional e da organização militar, a qual sofreu algumas alterações em 5 de Janeiro de 1984. Uma novidade importante foi a criação do cargo de Chefe de Estado-Maior da Defesa (JEMAD), com atribuições de principal colaborador do Ministro da Defesa, de quem depende de modo orgânico e funcional, para o estudo e execução do aspecto operacional da política militar, e que pode ser o Comandante-Chefe das Forças Armadas para a condução das operações militares sob a autoridade do Chefe do Governo.

A política exterior de Espanha, a partir dos acordos de defesa com os EUA, alinou-se indirectamente com a NATO, mas subsiste a conhecida questão da integração das forças militares espanholas na organização militar aliada. O Mediterrâneo Ocidental não põe problemas graves à integração militar de Espanha, mas já Portugal manifesta abertamente os seus receios quanto a um comando unificado e à modificação da área IBER-LANT, que engloba as Canárias. A solução de transformar este arquipélago num comando insular subordinado ao SACLANT desagrada à Espanha, e poderia suscitar dificuldades com certos países de África. A criação de um comando espanhol (BISCLANT) no golfo da Biscaia, dependente do britânico EASTLANT — sem falar do problema da cobertura da costa francesa —, seria a origem de desconfianças relacionadas com a questão de Gibraltar, que continua pendente, e com o comando britânico GIBMED. Um comando do Mediterrâneo Ocidental (MEDOC) que não contivesse Gibraltar, e incluísse a costa mediterrânica da França, não alteraria nada. Enfim, quanto a Ceuta e Melilla, há a lembrar o apoio que os EUA concedem a Marrocos.

\*

\* \*

Em conformidade com o projecto de lei submetido ao Parlamento britânico, as Royal Ordnance Factories (ROF) serão desligados do Ministério da Defesa para se tornarem num organismo independente com estatuto de empresa susceptível de beneficiar de apoios de capital privado.

O regresso de empresas industriais do Estado ao sector privado é um dos princípios fundamentais da política governamental.



Um dos inconvenientes de as ROF estarem na dependência do Ministério da Defesa era a sua subordinação aos estabelecimentos de pesquisa e desenvolvimento do mesmo, o que as impedia de mostrar a sua aptidão para produzir materiais à medida dos desejos de clientes estrangeiros. Além disso impedia-os ainda de se integrarem em projectos de cooperação aliados, o que constitui uma fórmula particularmente promissora, dado o interesse crescente manifestado pela compra em comum de armamentos para os membros europeus da NATO e da França.

\*  
\*   \*  
\*

O Ministério da Defesa da RFA deu em Setembro o último retoque ao novo plano de Defesa do país.

As principais necessidades definidas no plano são:

- Melhoria da defesa aérea para fazer face a todo o tipo de ameaça;
- Aumento do «stock» e das reservas de munições;
- Melhoria dos sistemas de apoio ao comando, reconhecimento e guerra electrónica;
- Aumento dos créditos para a pesquisa e desenvolvimento.

Até ao presente, os créditos disponíveis para a aquisição de material estavam repartidos como se refere: 48 por cento para o Exército, 30 por cento para a Força Aérea, 20 por cento para a Marinha e 2 por cento para fundos comuns. Para 1985-1997 serão os seguintes: 70 biliões de marcos para o Exército, 50 para a Força Aérea e 30 para a Marinha.

O potencial do Exército vai ser melhorado com novos carros «Leopard 2» (total destes, em 1987, 1822), com helicópteros anticarro «PAH-2», capazes de operar de dia e de noite, com veículos caçadores de carros de combate aptos à luta anti-helicóptero, e com minas anticarro de acção horizontal. Quanto à Força Aérea, o programa «Tornado» será concluído em 1987, sendo posta ênfase na defesa aérea (aquisição de mísseis «Roland» e «Patriot») e na defesa pontual; o avião «Phantom» deverá ser substituído pelo Avião de Combate Europeu (ACE). No concernente à marinha, as fragatas «F90» entrarão ao serviço a meio dos anos 90 (altura em que cerca de 40 por cento das fragatas e dos «destroyers» atingirão o fim da sua carreira), o material da aeronáutica naval será modernizado, far-se-á a

entrega de aviões «Tornado» e de mísseis ar-mar «Kormoran», e serão postos ao serviço 6 novos submarinos tipo «211».

O plano de defesa para os próximos 15 anos ficará muito longe dos 3 por cento recomendados pela NATO e dos 4 por cento recomendados pelo general Rogers.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA),

12 de Novembro de 1984

A Europa Ocidental aumentou a sua parada no desafio para partilhar o mercado comercial do espaço, colocando dois satélites de comunicações em órbita no mesmo dia em que o vaivém dos EUA, «Discovery», se entregava à mesma tarefa.

Segundo o chefe executivo da Europe's Ariespace, o presente objectivo desta é conquistar um terço do mercado mundial na matéria por volta de 1987. Acrescentou, ainda, que a Ariespace lançará o mais poderoso «Ariane 4» ainda em 1986.

\*  
\* \* \*

Numa altura em que os investidores norte-americanos estão a perder entusiasmo com os «stocks» de alta tecnologia, nunca ele esteve tão alto entre os investidores europeus. Muitas das novas e vibrantes companhias que se iniciaram nos Britain's Unlisted Securities Markets, que apareceram no mercado numa onda de novidades ocorrida na RFA, estão a tornar-se em empresas promissoras para investidores que possam correr riscos.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA),

20/21 de Outubro de 1984

O recrutamento militar obrigatório é um caminho possível para despoletar a bomba da agitação social que está a avolumar-se, em consequência do desemprego juvenil.

Muitos especialistas europeus interrogam-se agora sobre se não haverá mesmo uma geração perdida na juventude sem trabalho, da qual os menos habilitados poderão nunca arranjar emprego.

As estatísticas falam de 40 por cento de uma comunidade de 12,5 milhões de desempregados registados, com menos de 25 anos de idade, e um em cada três dos jovens saídos das escolas sem possibilidade de emprego. Este panorama, que pode ser ainda pior do que referem as estatísticas, levou tão diferentes países como a Suécia, a Bélgica e Malta a enveredar por programas de trabalho obrigatório. Na Inglaterra, uma sondagem de opinião revelou que 80 por cento dos jovens entre os 15 e os 24 anos veriam com bons olhos a introdução do serviço voluntário comunitário. Para os conscritos ou para os voluntários há esperanças de um emprego lhes poder surgir entretanto, o que tem acontecido na Suécia onde os jovens utilizados em brigadas de trabalho municipais têm visto aumentar as suas possibilidades de conseguir um trabalho mais tarde.

A ideia de mobilizar o presente «exército» de desempregados merece que se pense nela.

*«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA),*

*23 de Novembro de 1984*

As nações ocidentais industrializadas, e o Japão, estão a procurar novas maneiras de estimular o crescimento económico, examinando a possibilidade de estabelecer ligação entre as políticas económicas e educacional. Essa preocupação foi salientada numa conferência de dois dias dos ministros da educação de 24 países, realizada por iniciativa da OCDE.

Entretanto, o Governo francês anunciou que o treino técnico fará parte integrante dos cursos das escolas primárias e secundárias a iniciar no Outono de 1985.

A recessão económica e uma crescente procura de novas tecnologias para fortificar as economias foi o que motivou a reavaliação da qualidade do ensino. Nos EUA, por exemplo, os relatórios sobre o assunto advogam a melhoria do ensino nos domínios da matemática e do treino científico.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), 23/29 de Novembro de 1984

Segundo as estatísticas da OCDE, a França contraiu desde o princípio do ano, no mercado internacional de capitais, um empréstimo de mais cem biliões de francos, quase tanto como em 1983.

Segundo o último relatório de conjuntura da Comissão de Finanças do Senado, o montante da dívida total da França atinge actualmente 1174 biliões de francos. Em Abril de 1981 a dívida apenas atingia 450 biliões de francos.

Em 1984 o serviço da dívida atinge o valor de 66 biliões, o que significa o equivalente ao valor de um mês de exportações.

Por outro lado, no mês de Outubro houve mais 8000 pedidos de emprego, atingindo o número total de dois milhões e meio de pedidos.

O ritmo do crescimento do desemprego diminuiu nitidamente em relação ao da Primavera, durante o qual aumentou ao ritmo de 50 000 pessoas por mês.

«CAMBIO 16» (ESPAÑA), 26 de Novembro de 1984

Uma economia subterrânea, em maior ou menor grau, existe em todos os países, incluindo os mais desenvolvidos como os Estados-Unidos, o Japão e a Alemanha Federal, onde se podem atingir níveis próximos dos 10 por cento. Mas nalguns países, como a Espanha e Portugal, a economia paralela pode, por vezes, chegar a atingir 30 por cento do total.

As empresas clandestinas podem originar importantes progressos tecnológicos, mas, em geral, o lado oculto da economia de cada país está relacionado com o respectivo estado de subdesenvolvimento, desemprego e fraude.

Noutros países desenvolvidos os empresários subterrâneos têm mais dificuldades que em Espanha; enfrentam sistemas de inspecção mais severos; as pequenas e médias empresas (onde é mais fácil o desenvolvimento da economia oculta) têm menor importância; e existe uma maior mobilidade tecnológica que lhes permite uma melhor reacção perante as crises.

É a seguinte a relação dos países em percentagem das suas economias paralelas:

PORTUGAL .....	35
ITÁLIA .....	27
ESPAÑA .....	20
FRANÇA .....	12
GRÃ-BRETANHA .....	10
SUIÇA .....	8
EUA .....	10
R. F. DA ALEMANHA .....	8
JAPÃO .....	8

*COMUNICADO DE IMPRENSA (NATO), 4 de Dezembro de 1984*

Dados económicos e financeiros respeitantes à defesa de alianças de 1949 a 1984:

NOTAS:

1. Os dados estatísticos correspondentes à Espanha não estão ainda disponíveis.
2. Os valores indicados pelos Estados- Unidos e pelo Canadá correspondem às despesas efectuadas por estes países no quadro do programa da ajuda militar.
3. As cifras indicadas pelos países europeus da NATO não incluem o valor do material recebido a título do programa de ajuda militar dos Estados Unidos e do Canadá.
4. Membro da Aliança, a França não participa na estrutura militar integrada; os valores apresentados apenas devem ser tomados como indicação.

I — FORÇAS ARMADAS DA ALIANÇA ATLÂNTICA

País (0)	Efectivos militares (Milhares)						Conjuncto das F. A. em percentagem da população activa (b)					
	1979 (1)	1980 (2)	1981 (3)	1982 (4)	1983 (5)	1984 (c) (6)	1979 (7)	1980 (8)	1981 (9)	1982 (10)	1983 (11)	1984 (c) (12)
Bélgica	107	108	109	110	109	108	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,7
Dinamarca	33	33	33	30	30	31	1,7	1,6	1,6	1,5	1,5	1,6
França (a)	578	575	575	577	578	571	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
RFA	492	490	493	490	496	495	2,5	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4
Grécia	187	186	187	188	177	177	6,4	6,1	5,8	5,6	5,1	5,1
Itália	491	500	505	517	498	507	2,4	2,4	2,4	2,5	2,4	2,4
Luxemburgo	1	1	1	1	1	1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Holanda	107	107	108	106	104	103	2,6	2,5	2,5	2,4	2,3	2,2
Noruega	40	40	39	41	41	39	2,6	2,6	2,5	2,6	2,6	2,4
Portugal	81	88	88	89	93	94	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Turquia	698	717	741	769	824	815	4,3	4,4	4,4	4,5	4,7	4,5
Reino Unido	324	330	341	334	333	336	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1
Europa NATO	3 139	3 175	3 220	3 252	3 284	3 277	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Canadá	79	82	81	82	81	83	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Estados Unidos	2 050	2 101	2 168	2 201	2 222	2 269	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Total NATO	5 268	5 358	5 469	5 535	5 587	5 629	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8

NOTAS:

(a) Membro da Aliança, a França não participa na estrutura militar integrada; os números apenas possuem um valor indicativo.

(b) Efectivos militares e civis.

(c) Estimativa.

II — DESPESAS DE DEFESA  
(Em percentagem do PIB ao preço dos factores)

<i>País</i> (0)	<i>Média</i> 1974-1983 (1)	1979 (2)	1980 (3)	1981 (4)	1982 (5)	1983 (6)	1984 (c) (7)
Bélgica	3,3	3,3	3,4	3,5	3,4	3,3	3,4
Dinamarca	2,4	2,3	2,4	2,5	2,5	2,4	(d)
França (a)	4,0	3,9	4,0	4,2	4,1	4,2	4,1
RFA (b)	3,4	3,3	3,3	3,4	3,4	3,4	3,3
Grécia	6,6	6,3	5,7	7,0	7,0	6,4	6,8
Itália	2,5	2,4	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8
Luxemburgo	1,1	1,0	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
Holanda	3,2	3,2	3,1	3,2	3,2	3,2	3,2
Noruega	3,0	3,1	2,9	2,9	3,0	3,1	3,0
Portugal	3,7	3,5	3,5	3,5	3,4	3,4	3,3
Turquia	4,9	4,3	4,3	4,9	5,2	5,0	5,0
Reino Unido	4,9	4,6	5,0	4,8	5,0	5,3	5,4
Europa NATO	3,7	3,6	3,7	3,8	3,8	3,9	(d)
Canadá	1,9	1,8	1,8	1,8	2,1	2,0	2,1
Reino Unido	5,8	5,1	5,5	5,8	6,4	6,6	6,9
Total NATO	4,6	4,2	4,4	4,7	5,1	5,3	(d)

## NOTAS:

(a) Membro da Aliança, a França não participa na estrutura militar integrada; os números apenas possuem um valor indicativo.

(b) Estas percentagens foram calculadas sem contar com as despesas da guarnição de Berlim; se estas despesas tivessem sido consideradas, as percentagens seriam as seguintes:

1979: 4,1      1981: 4,3      1983: 4,2  
1980: 4,1      1982: 4,3      1984: 4,2

(c) Estimativa.

(d) Informação não disponível.

III — PIB A PREÇOS CONSTANTES E DESPESAS DE DEFESA POR CABEÇA, EM DOLARES

País (0)	Produto interno bruto por cabeça					Despesa de defesa por cabeça						
	1979 (1)	1980 (2)	1981 (3)	1982 (4)	1983 (5)	1984 (d) (6)	1979 (7)	1980 (8)	1981 (9)	1982 (10)	1983 (11)	1984 (d) (12)
Bélgica	8 289	8 568	8 456	8 548	8 574	8 711	296	301	304	293	90	298
Dinamarca	10 798	10 733	10 663	11 021	11 330	11 663	271	272	274	274	276	275
Frância (b)	9 774	9 868	9 871	10 016	10 070	10 151	386 (b)	398 (b)	412 (b)	415 (b)	420 (b)	413 (b)
RFA	10 665	10 825	10 804	10 699	10 831	11 147	359 (c)	366 (c)	377 (c)	374 (c)	379 (c)	381 (c)
Grécia	3 919	3 948	3 900	3 870	3 851	3 889	246	224	274	269	245	264
Islândia	11 108	11 462	11 559	11 264	10 510	10 213	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)
Itália	5 974	6 194	6 195	6 154	6 061	6 164	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)
Luxemburgo	9 329	9 427	9 349	9 257	9 446	9 635	150	157	156	160	164	172
Holanda	9 966	9 972	9 837	9 624	9 642	9 738	90	104	109	113	117	120
Noruega	13 024	13 525	13 604	13 673	14 062	14 372	307	298	309	312	312	324
Portugal	2 181	2 260	2 269	2 333	2 312	2 248	383	388	398	412	427	430
Turquia	1 114	1 081	1 103	1 132	1 144	1 163	75	79	80	80	78	75
Reino Unido	8 732	8 534	8 422	8 589	8 864	9 133	58	58	58	59	55	55
Europa NATO	7 548	7 593	7 545	7 555	7 608	7 738	393	404	410	430	438	461
Canadá	12 466	12 431	12 768	12 087	12 326	12 727	274	279	286	290	291	296
Estados Unidos	13 505	13 320	13 587	13 138	13 458	14 124	233	238	244	252	265	278
Total NATO	10 093	10 052	10 151	9 959	10 132	10 495	455	468	486	509	534	568

NOTAS:

- (a) Todos os números são expressos em preços de 1982; os montantes em moedas nacionais foram convertidos em dólares com base na média da taxa de câmbio de 1982. Depois de 1982 houve variações na taxa de câmbio e, por isso, as comparações devem ser feitas com prudência.
- (b) Membro da Aliança, a França não participa na estrutura militar integrada; os números apenas possuem um valor indicativo.
- (c) Estas cifras foram calculadas sem contar com as despesas com a guarnição de Berlim; se estas despesas tivessem sido consideradas os números seriam os seguintes, em dólares:  
 1979: 436                      1981: 460                      1983: 460  
 1980: 447                      1982: 455                      1984: 463
- (d) Estimativa.
- (e) Zero ou cifra inferior a metade da mais pequena unidade indicada.



## IV — DESPESAS DE EQUIPAMENTO

(Em percentagem do total das despesas de defesa)

País (0)	Média 1974-1983 (1)	1979 ou 1979/80 (2)	1980 ou 1980/81 (3)	1981 ou 1981/82 (4)	1982 ou 1982/83 (5)	1983 ou 1983/84 (6)	1984 ou 1984/85 (b) (7)
Bélgica	12,9	13,1	14,4	14,0	13,6	14,9	15,8
Canadá	13,8	13,8	15,4	15,9	17,4	20,4	22,5
Dinamarca	17,7	16,2	18,1	17,5	16,8	16,5	15,5
RFA	14,6	13,7	14,8	17,3	17,4	17,3	17,3
Grécia	18,1	17,7	18,8	20,5	17,0	15,9	18,3
Itália	15,2	15,1	17,5	17,3	13,2	14,9	15,0
Luxemburgo	2,0	2,1	1,8	1,8	2,3	1,7	1,7
Holanda	18,9	20,2	18,0	18,8	20,4	22,9	22,6
Noruega	18,2	19,5	19,3	19,0	19,6	21,1	19,3
Portugal	4,4	3,8	6,1	6,5	5,2	4,9	4,7
Turquia	10,7	9,1	4,7	9,4	10,8	10,1	13,1
Reino Unido	24,1	23,2	25,2	26,5	25,6	26,7	27,5
		1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Estados Unidos	20,8	20,0	19,5	20,3	21,3	23,5	25,2

## NOTAS:

(a) Ano civil para todos os países menos o Canadá e o Reino Unido (exercício financeiro Abril-Março), a Turquia (exercício financeiro 1979/81 e 81/82: Março-Fevereiro; exercício financeiro 1982: Março-Dezembro; a partir do exercício financeiro 1983: Janeiro-Dezembro) e os Estados- Unidos (exercício financeiro: Outubro-Setembro).

(b) Estimativa.

## «CAMBIO 16» (ESPAÑA), 3 de Dezembro de 1984

O Ministério da Defesa de Espanha vai providenciar no sentido de se iniciar a preparação dos pilotos para aviões «HARRIER AV-8B» de des-

colagem vertical, com os quais o porta-aviões «Príncipe das Astúrias» será equipado.

Para que os futuros pilotos possam começar a sua familiarização com os novos aparelhos, estão já a desenvolver-se as diligências para a aquisição de um simulador tático de voo.

O preço do simulador, vendido pela empresa Mc Donnel Aircraft Company, será de 1978 milhões de pesetas, enquanto que os 12 «Harrier» custarão 40 mil milhões de pesetas, ascendendo aproximadamente a 20 por cento as compensações oferecidas à Espanha pela Mc Donnel.

*«HERALD TRIBUNE» (EUA), 14 de Dezembro de 1984*

A Câmara Alta da Assembleia Federal Suíça pronunciou-se a favor de o país aderir às Nações Unidas, abrindo o caminho para um referendo nacional sobre esta matéria.

No entanto parece pouco provável que o plebiscito venha a ter lugar antes de 1986 ou 1987 devido, principalmente, ao pesado calendário eleitoral para 1985.

Sondagens de opinião pública indicam que a maioria do povo suíço poderá opôr-se à entrada naquela organização mundial.

Durante vários anos o Governo suíço — composto por sete elementos — tem tentado promover a ideia de adesão, argumentando que a Suíça já não poderá manter-se por mais tempo fora da única organização mundial dedicada à manutenção da paz.

Os partidos conservadores e outros agrupamentos políticos da direita opõem-se à adesão porque esta poderá vir a enfraquecer a tradicional posição de neutralismo suíço.

A decisão da adesão tem que ser tomada constitucionalmente e, por conseguinte, necessita do sancionamento por uma maioria da votação popular e, também, da aprovação dos 26 cantões que constituem a União Helvética.

Os outros Estados que também não pertencem à ONU são as duas Coreias.

«*HERALD TRIBUNE*» (EUA), 17 de Dezembro de 1984

Um porta-voz da Agência Espacial Europeia informou que 10 países europeus irão promover a construção de um veículo espacial destinado ao cumprimento de missões orbitais de longa distância. O regresso à Terra far-se-á após o encontro com o vaivém espacial americano.

O veículo, que terá 3 toneladas de peso e 4 metros de comprimento, poderá ser posto em órbita por um vaivém espacial e terá capacidade para alterar a altitude da órbita e para estabelecer contactos com outros objectos no espaço.

A primeira missão, com a duração de 6 meses, iniciar-se-á no princípio de 1988.

A experiência custará cerca de 150 milhões de dólares.

«*HERALD TRIBUNE*» (EUA), 18 de Dezembro de 1984

Camionistas franceses e suíços bloquearam o tráfego ao longo dos 355 Km da fronteira comum para protestarem contra a nova portagem de utilização das estradas suíças.

A nova medida será imposta tanto a veículos ligeiros como pesados, atingindo o máximo de 6 dólares por dia ou 1200 por ano.

Os países vizinhos da Suíça, a Comunidade Europeia e as associações profissionais de transportes alegam que a nova portagem viola o acordo internacional sobre a liberdade de movimentação de pessoas e de bens.

*EXECUÇÃO GRÁFICA*

---

**DO CEGRAF/Ex—RUA DOS REMÉDIOS, 202 —1100 LISBOA**